

Departamento de História

**As Ações Armadas Revolucionárias na degradação do  
Estado Novo.**

Duarte Amador Carrasquinho

Dissertação submetida como requisito para a obtenção do grau de

Mestre em História Moderna e Contemporânea  
Especialidade em Relações Internacionais

Orientadora

Doutora Ana Mónica Fonseca, Professora Auxiliar Convidada

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2019



## Agradecimentos

Os agradecimentos são por norma uma celebração daqueles que através de uma influência positiva, direta ou indiretamente, têm cota parte na realização deste trabalho.

Um especial agradecimento à minha orientadora, a Professora Ana Mónica Fonseca. Todas as reuniões e encontros que tivemos foram sempre muito ricos. Sem a sua ajuda este trabalho não tinha encontrado o seu fim.

No início foram sempre eles, os meus pais e a minha irmã. O berço é a base daquilo que temos para dar ao mundo e a educação e influência que sempre tiveram até aqui julgo estar espelhada neste trabalho. Espero que se sintam orgulhosos.

Aos meus amigos. Vocês são a escolha mais acertada que já fiz e é sempre com um sorriso que utilizo essa palavra. O futuro só a nós nos pertence e esse só será concretizável com vocês.

Esta dissertação foi feita com um forte cunho pessoal.

A sua realização é coerente com o meu passado e com a minha grande paixão, a história. Espero que essa coerência nunca se perca no futuro.

**Duarte Amador Carrasquinho**

*“Que o poema seja microfone e fale  
uma noite destas de repente às três e tal  
para que a lua estoire e o sono entale  
e a gente acorde finalmente em Portugal.”*

Manuel Alegre

## Resumo

Entre 1933 e 1974, o Estado Novo foi o regime ditatorial que governou Portugal. Influenciado pelas ditaduras europeias, que surgiram na primeira metade do século XX, o Estado Novo inspira-se nesses regimes, auferindo características próprias devido à realidade do enquadramento social português. Durante estes quarenta e um anos, foram criadas várias organizações políticas de combate ao regime, ilegais de acordo com o sistema jurídico português. Este combate foi sempre desigual, obtendo várias formas e características de luta ao longo do tempo. A luta armada é uma das formas de luta contra o Estado Novo, com maior preponderância nos anos que precedem o fim do regime. Esta dissertação compromete-se a estudar o modo como é que a luta armada foi uma opção para a oposição, quais foram as organizações que a levaram avante e, por fim, qual a importância que as organizações armadas revolucionárias tiveram para a realização do 25 de abril de 1974.

Palavras – Chave: Estado Novo, Luta Armada Revolucionária, Partido Comunista Português e 25 de Abril de 1974.

## Abstract

Between 1933 and 1974, the Estado Novo was the dictatorial regime that ruled Portugal. Influenced by the European dictatorships, which emerged in the first half of the 20<sup>th</sup> century, the Estado Novo is inspired by such regimes, reaching specific characteristics due to the reality of the Portuguese social framework. During these forty-one years, several political organisations for the fight against the regime were created, illegally according to the Portuguese judicial system. This fight was always unequal, taking different forms and characteristics of struggle throughout the time. The armed struggle is one of the types of fight against the Estado Novo, with greater preponderance in the years that precede the end of the regime. This dissertation commits to study the way in which the armed struggle was an option to the opposition, which organisations pushed it forward and, lastly, what was the importance that the revolutionary armed organisations had in carrying out the revolution of April 25<sup>th</sup> of 1974.

Keywords: Estado Novo, Revolutionary Armed Struggle, Portuguese Communist Party and April 25<sup>th</sup> of 1974.

*“Mesmo na noite mais triste  
em tempo de servidão  
há sempre alguém que resiste  
há sempre alguém que diz não”*

Manuel Alegre

## Índice

<i>Glossário de siglas</i> .....	9
<i>Introdução</i> .....	11
<i>1º Capítulo, A ditadura portuguesa</i> .....	18
<b>1.1-A ascensão de Salazar</b> .....	<b>18</b>
<b>1.2- A formalização do Estado Novo</b> .....	<b>21</b>
1.2.1- O sistema repressivo .....	22
1.2.2- As prisões políticas .....	26
1.2.3-A Polícia Política .....	27
<b>1.3-O Fim da Segunda Guerra Mundial e a adaptação do Estado Novo</b> .....	<b>29</b>
1.3.1- As manobras políticas de Salazar: As eleições de 1945 .....	30
1.3.3-A “liberalização” da política interna .....	33
<b>1.4-As eleições de 1949</b> .....	<b>34</b>
<i>2º Capítulo, A oposição à ditadura</i> .....	37
<b>2.1 Greves populares</b> .....	<b>39</b>
<b>2.2 A reorganização do PCP</b> .....	<b>42</b>
<b>2.3 Estratégias de transição política: PCP e a restante oposição</b> .....	<b>46</b>
2.3.1 A política de transição no PCP .....	46
2.3.2 A estratégia da oposição não comunista .....	51
<b>2.4 1949-1958: Entre eleições</b> .....	<b>53</b>
2.4.1 Na ótica do governo.....	53
2.4.2 Entre eleições, na ótica da oposição.....	56
2.4.3 Oposição Comunista .....	57
<b>2.5 As eleições de 1958 e a viragem na perspectiva da luta</b> .....	<b>58</b>
<b>2.6 A Operação Dulcineia</b> .....	<b>63</b>
2.6.1 O fim da operação .....	67
<i>3º Capítulo, As Organizações Armadas Revolucionárias</i> .....	70
<b>3.1- A “Abrilada”</b> .....	<b>71</b>
<b>3.2- A Guerra Colonial</b> .....	<b>73</b>
<b>3.3 – O que se seguiu à Operação Dulcineia</b> .....	<b>74</b>
<b>3.4 – A Operação Vagô</b> .....	<b>77</b>
<b>3.5 – A Operação Íkaro</b> .....	<b>79</b>
<b>3.6 – LUAR</b> .....	<b>80</b>
3.6.1 – A Operação Mondego .....	81
3.6.2 – A estruturação da LUAR.....	83
3.6.3 – As Operações da LUAR.....	84

3.6.4 – O princípio do fim da LUAR .....	85
<b>3.7 – Ação Revolucionária Armada .....</b>	<b>87</b>
3.7.1 – O contexto da criação da ARA.....	87
3.7.2 – A preparação para as ações armadas .....	88
3.7.3 – As ações da ARA.....	89
3.7.4 – A suspensão da organização .....	91
<b>3.8 – Frente Armada Popular.....</b>	<b>92</b>
<b>3.8.1 – A estruturação da FAP.....</b>	<b>93</b>
3.8.2 – A atividade da FAP .....	93
3.8.3 – O fim da FAP .....	94
<b>3.9- Brigadas Revolucionárias.....</b>	<b>95</b>
3.9.1 – O contexto para a criação das Brigadas Revolucionárias.....	95
3.9.2 – A estruturação das Brigadas Revolucionárias e a primeira ação armada .....	97
3.9.3 – As ações das Brigadas Revolucionárias.....	98
3.9.4 – A capela do Rato .....	99
<b>3.10 - O 25 de Abril, influências externas e internas .....</b>	<b>99</b>
<b>3.11 – O balanço.....</b>	<b>101</b>
3.11.1 – Aspetos que não contribuíram para o fim do regime .....	102
3.11.2 – Aspetos que contribuíram para o fim do regime .....	105
3.11.3 – Análise detalhada às ações armada .....	109
Gráfico nº1 - Distribuição do número de ações armadas ao longo do tempo .....	111
Gráfico nº2 - Distribuição do número de ações armadas ao longo do tempo. ....	111
Gráfico nº3 - Distribuição do número de ações por Organização .....	112
<b>4 – Conclusão.....</b>	<b>113</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>117</b>
<b>Fontes: .....</b>	<b>122</b>



## Glossário de siglas

ARA – Acção Revolucionária Armada

BR – Brigadas Revolucionárias

CCE – Centro Cartográfico do Exército

CDE – Comissões Democráticas Eleitorais

CEUD – Comissões Eleitorais de Unidade Democrática

CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

CMLP – Comité Marxista-Leninista Português

DRIL – Directório Revolucionário Ibérico de Libertação

EUA – Estados Unidos da América

FAP – Frente Armada Popular

FAPLE – Frente Antitotalitária de Portugueses Livres no Exílio

FJCP – Federação das Juventudes Comunistas Portuguesa

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

Gestapo – Geheime Staatspolizei

GACs – Grupos Antifascistas de Combate

GNR – Guarda Nacional Republicana

JOC – Juventude Operária Católica

LPCGF – Liga Portuguesa Contra a Guerra e o Fascismo

LUAR – Liga de Unidade e Acção Revolucionária

MFA – Movimento das Forças Armadas

MND – Movimento Nacional Democrático

MNI – Movimento Nacional Independente

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

MUD – Movimento de Unidade Democrática

MUNAF – Movimento de Unidade Nacional Antifascista

NATO – North Atlantic Treaty Organization

ONU – Organização das Nações Unidas

ORA – Organização Revolucionária da Armada

ORE – Organização do Exército

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PCE – Partido Comunista Espanhol

PCP – Partido Comunista Português

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PIDE – Polícia de Intervenção e Defesa do Estado

PPD – Partido Popular Democrático

PREC – Processo Revolucionário em Curso

PRP – Partido Republicano Português

PRP – Partido Revolucionário do Proletariado

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Polícia de Segurança Pública

PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

RDA – República Democrática Alemã

TAP – Transportadora Aérea Portuguesa

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Introdução

Entre 1933 e 1974, Portugal viveu numa ditadura que ficaria para a História como Estado Novo. António de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho de Ministros, não foi só a personagem mais marcante deste regime pelos anos que o dirigiu, mas também por ser dele a base ideológica posta em prática e que, mesmo depois da sua morte, em 1970, continuou a servir de alicerce intrínseco à administração do Estado até ao fim do regime, que aconteceu no dia 25 de abril de 1974.

O princípio do regime provém da revolta militar que iniciaria a ditadura com o mesmo nome a 28 de maio de 1926, condenando ao fracasso a I República, que se tinha iniciada em 1910.

De facto, aos olhos de um seu contemporâneo, Fernando Pessoa, encontramos referência a um país: “dividido em duas «metades» incompatíveis, sem um «ideal nacional» comum, nem uma «vida institucionalmente legítima», só a força armada poderia manter a «ordem»: «tem pois a força armada que ser ela mesmo o regime»”<sup>1</sup>. Nesta frase, Fernando Pessoa legitima o rumo que Portugal toma, apoiando-o com uma forte crítica à I República, resumindo as suas preocupações relativamente ao estado a que o país tinha chegado.

A manutenção da ordem levou à afirmação de um regime ditatorial onde a falta de liberdade se tornou um dos princípios básicos para a conservação do Estado Novo. É esta opressão e falta de direitos que estimula e cria uma oposição que teve que viver a maior parte do tempo na clandestinidade e que ambiciona o derrube do regime. Esta finalidade foi alvo de uma grande teorização e motivo de confronto dentro da oposição. É esta a realidade que surge na primeira metade do século XX e vai levar à constituição de movimentos que motivaram ações armadas com vista a fragilizar o regime.

De forma a concretizar esta tese de mestrado, vamos passar a descrever a metodologia utilizada.

O primeiro passo para a elaboração deste trabalho foi fazer o levantamento da informação existente em suporte físico e suporte digital. Foi realizada uma busca de obras que abordassem o tema escolhido ou cujo conteúdo estivesse relacionado e assim

---

<sup>1</sup> Pessoa, Fernando (1979), *Da República (1910-1935)*, Lisboa, ed. J. Serrão, pp. 301-328.

fosse oportuna a sua consulta. Assim, dividimos a pesquisa levada a cabo tendo em conta o tempo histórico, listando as obras identificadas para serem utilizadas, prosseguindo com a sua análise relativamente aos capítulos que seriam citadas. De seguida, foi feito um levantamento da informação contida em cada obra, identificando os capítulos e as páginas mais importantes, de modo a organizar o conteúdo mais relevante na perspetiva de ser introduzido no corpo de texto de um modo coerente, na tentativa de não existir um choque entre a informação utilizada e o texto produzido.

Foi feita uma pesquisa na Torre do Tombo, nomeadamente no arquivo da PIDE. Foi sondado o material que abordava as informações que a polícia política detinha das organizações abordadas ao longo do trabalho, informação sobre o general Humberto Delgado e o capitão Henrique Galvão, bem como o conteúdo relativo à facção dos católicos progressistas. A informação deste arquivo não se encontra no trabalho pois não encontramos nenhum conteúdo que fosse realmente importante e que pudesse contribuir para o trabalho realizado.

Também decidimos considerar uma entrevista feita por nós a Camilo Mortágua em dezembro de 2015. A informação relativa à LUAR, abordada nesta conversa, foi considerada oportuna e de interesse no enriquecimento do texto.

Por último, através de informação trocada com a orientadora, foram feitos alguns ajustes sobre as obras a abordar, de modo a criar um corpo de texto mais completo, bem como outras características que este trabalho poderia ter. Um exemplo são os gráficos presentes no fim do texto, que ajudam a visualizar melhor o enquadramento das várias ações armadas ao longo do tempo e quais foram os seus protagonistas.

Para o sucesso na realização desta tese, começámos por fazer uma análise do estado da arte. Assim, julgamos necessário que se faça uma retrospectiva em relação a duas temáticas importantes: as Memórias, explorando os testemunhos escritos, de vídeo ou de áudio dos intervenientes que contribuam de uma forma positiva para o enquadramento do trabalho e uma investigação da História, explorando os três temas que para nós são os mais interessantes de investigar neste tópico, a História do Estado Novo, a História do Partido Comunista Português e, por fim, a História da Oposição ao Estado Novo.

Do ponto de vista das Memórias, é necessário fazer a divisão entre as Memórias que pertencem a pessoas que lutaram na oposição ao Estado Novo e aquelas que planearam e executaram o golpe do 25 de Abril. A publicação de Memórias tem crescido nos últimos anos, podendo afirmar que a razão para tal está intrinsecamente ligada à idade avançada que os intervenientes têm e, como tal, acaba por existir uma maior necessidade de prestar um depoimento de modo a ficar para as gerações futuras.

Considerando esse primeiro aspeto, as Memórias mais relevantes pertencem aos intervenientes que estiveram na linha da frente no combate ao regime. Em relação ao que já foi publicado, existe uma grande bibliografia que retrata as experiências pessoais dos operacionais, explorando, em primeiro lugar, o seu percurso inicial de vida e como se iniciou a sua consciencialização política que levou à sua integração nas fileiras da oposição ao Estado Novo. A descrição dos recursos que tinham e de como essa oposição era executada é retratada em segundo lugar, acabando por estar ligada obviamente com uma análise, feita em praticamente todas as obras, dos motivos morais que estavam por detrás da luta armada. No livro “Luta Armada”, Isabel do Carmo faz exatamente essa análise. Recorrendo a um suporte histórico, a autora enquadra a forma como essa luta era executada, incluindo também a influência que o combate a outras ditaduras teve na luta contra o Estado Novo, e como essa inspiração teve impacto na sua vida. Na elaboração do seu livro, Isabel também faz entrevistas, nomeadamente a Camilo Mortágua que transmite a visão de quem emigrou e, através dos contactos feitos no estrangeiro, é criada a ideia de como a vida no exterior é muito diferente da vivida em Portugal. É a confrontação entre viver em Liberdade e perceber que os direitos mais básicos, que são algo fundamental e banal em outras sociedades, não são praticados na própria pátria, levando à revolta individual e disponibilidade pessoal em focar a sua vida na luta por uma forma de vida conhecida em outras paragens que atua de um modo fulcral na criação de um ideal antifascista.

Outro fator importante nesta primeira parte das Memórias é o viver na clandestinidade. No II capítulo de “A.R.A, Acção Armada Revolucionária”, Raimundo Narciso foca-se no tema da clandestinidade. A forma como o autor aborda o tema contribui para dar uma dimensão de como a construção de uma vida feita nestas circunstâncias podia muitas vezes ser o motivo para desertar da causa, já que o dia a dia era uma prisão fora de grades e qualquer passo em falso podia significar ser apanhado

pela Polícia Política, tendo repercussões desastrosas quer a nível pessoal como a nível da Organização ou Partido para qual estavam recrutados.

Na segunda parte das Memórias, os relatos dos militares são muito importantes no estudo de como a sua consciencialização política internacional e nacional levou ao golpe de Estado do 25 de Abril. Neste tópico é imprescindível nomear o Capitão Salgueiro Maia. No livro “Capitão de Abril”, e em entrevistas que Salgueiro Maia deu no período final da vida, é dada a visão de como os acontecimentos que marcaram a sua vida antes da Revolução tiveram um impacto e uma consciencialização de que era necessário acabar com o Regime do Estado Novo, “ Meus senhores, estamos aqui porque como vocês sabem há varias modalidades do Estado se organizar, há os Estados Socialistas, os Estados ditos Comunistas, os Estados Capitalistas e há o Estado a que chegámos. Eu proponho acabar com o Estado a que chegámos”.<sup>2</sup>

Através deste material, conseguimos descortinar a visão e o percurso teórico que um militar palmilhava com a experiência do combate na Guerra Colonial e de como o piorar da situação no teatro de guerra incutiu o desejo a alguns capitães e outros militares de patente mais baixa a organizarem-se de modo a pôr fim ao curso que a nação tinha tomada nos últimos anos.

Em relação ao segundo tema, como foi dito anteriormente, a divisão será feita entre a História do Estado Novo, a História do Partido Comunista Português e a História da Oposição ao Estado Novo.

O Partido Comunista Português foi a principal força de oposição ao Estado Novo, estando na linha da frente no combate ao regime. Desde a sua fundação, em 1921 até ao 25 de Abril de 1974, o PCP esteve sempre praticamente a viver na clandestinidade, ultrapassando tempos difíceis e de derrocada eminente, como em 1942 quando o seu secretário-geral, Bento Gonçalves, foi assassinado no campo de concentração do Tarrafal. No livro de João Madeia, “A História do PCP”, são retratados de forma veemente os anos de luta do partido contra a ditadura salazarista. Existe um antes e depois inegável com a influência e posterior direção de Álvaro Cunhal,<sup>3</sup> a partir de 1961. As duas razões que nos foram transmitidas no livro envolvem a sua capacidade

---

<sup>2</sup> Entrevista a Salgueiro Maia: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ProtSalMaia>

<sup>3</sup> Pereira, José Pacheco (2001), *Álvaro Cunhal, uma biografia política*, Volume 2, Lisboa, Temas e Debates.

de resiliência e de admiração por parte dos restantes membros do Partido, mas também pela imagem positiva que nutria no bloco de leste e a legitimação internacional que dava à sua direcção e à existência do Partido Comunista Português.

Mais tarde, numa fase posterior, é sentida a necessidade por parte do PCP em ter uma organização paralela à sua, de modo a efetuar ações armadas contra o Estado Português. O número de organizações desta índole aumentava e era necessário que o Partido também se fizesse representar perante aquilo que era o combate na linha da frente ao regime, e mostrar força e vitalidade, valores transmitidos pela luta ativa e que eram importantes para, na óptica do Partido, fazer surgir no povo português o “Levantamento Nacional”<sup>4</sup>, como caminho único e imprescindível para a Revolução. “As lutas do povo trabalhador enfraquecem o inimigo e educam as massas. É na luta que se forja e tempera a Unidade Nacional. É na luta que o povo se apercebe da própria força e ganha confiança na própria força. É na luta que o povo compreende com toda a exactidão quem são os seus inimigos e as forças de que dispõem. É na luta que o povo se habitua a confrontar a sua força com a força do inimigo. É na luta que o povo ganha hábitos de combate e de sacrifício. Só a luta educa a classe explorada - disse Lenine. Só a luta lhe revela a grandeza da sua própria força, alarga o seu horizonte, desenvolve as suas forças, esclarece a sua consciência, forja a sua vontade.”<sup>5</sup>.

Porém, o Partido Comunista Português, força mais perdurável no tempo e marcante, não esteve sozinho na oposição ao regime. A seguir à II Guerra Mundial, a primeira ação que demonstra que a oposição ao Estado Novo existia e era feita por altas patentes do regime foram as eleições de 1958 com a participação do General Humberto Delgado.<sup>6</sup>

Humberto Delgado, militar de excelência, representou Portugal em vários órgãos internacionais, como na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A entrada de Portugal na NATO em 1949, e com ela a circulação de oficiais por vários países

---

<sup>4</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso, Sétimo Volume*, Lisboa, Círculo de Leitores.

<sup>5</sup> Cunhal, Álvaro (1997), *O Caminho para o Derrubamento do Fascismo - IV Congresso PCP*, Lisboa, Editorial Avante.

<sup>6</sup> Rosa, Francisco Delgado (2015), *Humberto Delgado, Biografia do General sem Medo*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

membros, com especial realce pelos EUA; o contacto com a realidade exterior, fomentou o descontentamento pela situação interna;<sup>7</sup>

As eleições de 1958 dão o mote para uma série de revoltas de personalidades enquadradas com o regime, como é o caso de Henrique Galvão.<sup>8</sup> A sua dissidência vai resultar na Operação Dulcineia, a tomada do paquete Santa Maria.<sup>9</sup> É com esta ação que a Ditadura Portuguesa vai estar sob os holofotes da política mundial, já que o Presidente Norte-Americano, John F. Kennedy fez uma declaração no congresso, pois existia um número considerável de cidadãos americanos a bordo.

Um dos vários homens que acompanha Galvão é Camilo Mortágua, que através desta ação ganha alguma notoriedade no seio daqueles que eram contra o regime e acaba por conhecer Hermínio de Palma Inácio.<sup>10</sup> Estes dois homens vão ser posteriormente os grandes responsáveis na criação da Liga de Unidade e Acção Revolucionário (LUAR)<sup>11</sup>, executando aquela que foi a ação revolucionária mais conhecida contra o regime, o assalto ao banco da Figueira da Foz em 1967, a Operação Mondego. A LUAR iria fazer várias ações contra o regime apesar de terem menos relevo para a história. Nos últimos anos do regime, surgem outras organizações importantes, como as Brigadas Revolucionárias e a Acção Armada Revolucionária, enquadrada com o Partido Comunista.

Estas três organizações, no seu programa político tinham objetivos diferentes sobre o futuro de Portugal e qual seria o seu enquadramento geopolítico depois da Revolução. As Brigadas Revolucionárias e a Acção Armada Revolucionária tinham uma visão mais conectada com o bloco de leste, tendo como pressuposto levar, no futuro, Portugal a estar próximo da URSS e da China maoísta e passar por aí a sua transformação política. A LUAR, única organização que não tinha apoio do outro lado da cortina de ferro, acreditava que a democracia tinha de ser imposta no país e que seria o povo que escolheria livremente o futuro que a nação devia tomar e qual a melhor forma de lidar com as colónias portuguesas.

---

<sup>7</sup> Maia, Salgueiro (1994), *Capitão de Abril - Histórias da Guerra do Ultramar e do 25 de Abril*, Lisboa, Editorial Notícias.

<sup>8</sup> Santos, José Hipólito dos (2011), *Felizmente Houve a LUAR*, Lisboa, Âncora Editora.

<sup>9</sup> Galvão, Henrique (1973), *Assalto ao "Santa Maria"*, Lisboa, Edições Delfo.

<sup>10</sup> Vaz, Luís (2012), *Palma Inácio e o Desvio do Avião (1961)*, Lisboa, Âncora Editora



Antes da Revolução do 25 de Abril, um dos acontecimentos que mais abalou o regime e a nação foi o início da Guerra Colonial, em 1961. Esta Guerra vai marcar tremendamente a sociedade portuguesa e o esforço de guerra será cada maior com as revoltas sucessivas das várias províncias ultramarinas com base em movimentos de libertação que ao longo do decorrer do conflito se vão estabilizando e guarnecendo com melhor equipamento militar que advém do apoio por parte de potências estrangeiras externas ao conflito.

A procura pela liberdade, com todas as componentes que esta contém, é um dos pilares para a preparação do golpe de estado, mas aquela que para os capitães foi a maior causa de revolta acaba por ser o fim de uma guerra que, na perspetiva destes oficiais, não tinham maneira de vencer e que, com o prolongar do tempo, só poderia propagar no mundo uma visão de Portugal cada vez mais negativa. O que também acaba por sustentar a posição dos militares é o descontentamento sentido quer por aqueles que iam para as campanhas em África, como os que ficavam em Portugal na expectativa do retorno do seu ente querido. Na opinião de Fernando Rosas “esta agitação política e social, por expressiva que fosse, era insuscetível, só por si, de levar ao derrube do regime. Não havia uma «situação insurreccional», uma «situação revolucionária» da qual o MFA seria a expressão armada, como pretendem certas tentativas tardias de ressuscitar as teses do «levantamento nacional». O país era, sem dúvida uma panela de pressão, mas ela só iria explodir pela porta que, em larga medida involuntariamente, o golpe militar lhes vai abrir”.<sup>12</sup> O descontentamento populacional era um pressentimento, o desgaste do regime e o seu enfraquecimento uma certeza.

---

<sup>12</sup> *Pensamento e Acção Política Portugal Século XX (1890-1976)*, Lisboa, Editorial Notícias, p. 131.

## 1º Capítulo, A ditadura portuguesa

A crise económica e financeira internacional, que ficaria para a história como a Grande Depressão, em 1929, consome grande parte das economias mundiais, atingindo em particular a realidade europeia. Salazar consegue financeiramente afastar Portugal desta desgraça económica mundial, tendo o respeito e consideração por parte dos seus pares de governo. Fernando Rosas afirma que Salazar foi promotor de um crescimento económico harmonioso, através de quatro frentes: a regeneração financeira, “Equilibrando o orçamento, restaurando o valor da moeda, barateando o crédito”; a construção de infra-estruturas, nomeadamente “Estradas, portos, electrificação e urbanização”; através do apoio à agricultura, fomentando a “colonização interna, hidráulica agrícola, repovoamento florestal, defesa dos preços agrícolas, protecção dos mercados nacionais, créditos, apoio às exportações...” e a protecção e fomento industrial, através do “condicionamento e regulamentação das actividades industriais, defesa pautal do mercado interno e dos mercados coloniais, substituições de importações, exploração de recursos naturais, apoio às exportações, créditos, disciplinamento da concorrência”<sup>13</sup>.

Porém, todo o mérito que se dá a Salazar acaba por esquecer um pouco o enquadramento financeiro do país aquando da sua ocupação do cargo de Ministro das Finanças, pois “os governos republicanos já tinham feito muito do trabalho, e a crise não afetou Portugal como os outros países europeus.”<sup>14</sup>.

O ressurgimento da economia foi muito importante para a perpetuação de Salazar no poder até à promulgação da Constituição de 1932, que redefiniria o sistema político e, conseqüentemente, a balança de poderes dentro do governo português, saindo a posição do Presidente do Conselho de Ministros bastante reforçada.

### 1.1-A ascensão de Salazar

“A Ditadura Militar foi sempre um aglomerado heterogéneo de personalidades e grupos que só tinham em comum a rejeição da esquerda republicana: uns eram

---

<sup>13</sup> Rosas, Fernando (Lisboa), *O Estado Novo nos anos Trinta 1928-1938*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 33.

<sup>14</sup> Ramos, Rui, Sousa, Bernardo Vasconcelos Sousa, Monteiro, Nuno Gonçalves Monteiro (2015), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 631.

monárquicos e outros republicanos; uns católicos e outros maçons”<sup>15</sup>. O projeto político que nasce com a ditadura militar era, ao princípio, a anulação da atividade da esquerda republicana, sem ter um desígnio nacional maior do que salvar o país da bancarrota, dando espaço à aglomeração de várias forças políticas e sociais, mesmo que apresentassem entre si diferenças estruturais.

O conceito de “Salazarismo”<sup>16</sup> nasce nesta altura. A recusa do “demoliberalismo” e a aglutinação das várias forças de direita conservadoras numa causa só, de forma a estabelecer uma aliança que as abrangesse de igual modo num programa político comum, são a pedra angular na mudança de regime. A liderança de Salazar possibilita-lhe que no final da criação desta frente de direita conservadora consiga apresentar-se como o futuro Presidente do Conselho. O Professor Fernando Rosas encontra “quatro fontes principais” para justificar este conluio de forças.

“O centro agregador”<sup>17</sup> foi premissa essencial para a sua concretização. Não dispersar as várias direitas em questões secundárias<sup>18</sup> e não muito importantes, é um dos fatores de mérito de Salazar. “O corporativismo, o antiparlamentarismo, o anticomunismo e a defesa dos interesses da Igreja aliam-se à recusa do «paganismo» do Estado irrestrito e total e, sobretudo, a uma notável mobilidade tática”. Porém, o salazarismo também vai conseguir reunir os políticos ligados ao Integralismo Lusitano e ao Sidonismo que tinham dado corpo à direita de inspiração fascista, integrando-se futuramente “na União Nacional, no Estado Novo e nas suas instituições”. A sua ação

---

<sup>15</sup> Ramos, Rui, Bernardo Vasconcelos Sousa, Nuno Gonçalves Monteiro (2015), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 629.

<sup>16</sup> “ O Salazarismo surge-nos, assim, como um compromisso entre as diversas correntes políticas de direito e os vários sectores de interesse das «forças vivas», a partir de uma base comum da rejeição do liberalismo herdado da I República e da apologia de um Estado político, económico e socialmente forte e interventor – o único capaz de dar, na viragem dos anos 20 para os anos 30, uma resposta à crise consensual para os grupos dominantes”, Rosas, Fernando, *História de Portugal*, Direcção de José Matoso, Sétimo Volume, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, p. 185

<sup>17</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal*, Direcção de José Matoso, Sétimo Volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 198

<sup>18</sup> A direita portuguesa na década de 20 era composta por monárquicos e republicanos, os descendentes da Iª República. O tipo de regime era uma questão sensível dentro desta facção política. A destreza e capacidade de Salazar revelou-se pois nunca matou por completo as aspirações dos monárquicos de verem a monarquia restaurada através dele, deixando a ideia de que essa aspiração seria concretizada no futuro. Além disso, o Estado Novo acabou por partilhar características de um regime tanto Republicano como Monárquico. Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal*, Direcção de José Matoso, Sétimo Volume, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 211

política e económica consegue ser executada através de uma balança de poder bastante bem oleada e conseguindo na maioria das vezes encontrar um ponto de equilíbrio que satisfizesse a maioria das partes envolvidas, “a direita católica, a direita republicana, os integralistas e os fascistas”<sup>19</sup>.

“A recusa do demo-liberalismo”, a não aceitação da “liberdade” e da “soberania popular” como conceitos que por si só legitimam um regime político, não apoiando “fundamentos liberais, democráticos e parlamentaristas do Estado”, levam Salazar a afirmar que, face “às desordens cada vez mais graves do individualismo, do socialismo e do parlamentarismo”, o seu programa de governo é algo essencial e a única via para o progresso da nação. A questão para o Salazarismo não é se o povo detém a soberania dos órgãos de Estado, mas sim é bem governado. A anulação do individualismo de cada cidadão é doutrina de governo, estando a nação que faz parte de todos os cidadãos, acima de qualquer outra realidade. De forma a ludibriar esta norma, a Constituição que seria proposta posteriormente confere “direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses”, não obstante estes direitos existirem sozinhos, mas vivendo a par com as leis especiais. O futuro Estado Novo não se reclama como um regime totalitário, porém a sua prática não faz jus a esta afirmação, existindo uma conceção de vida e de moral transmitida aos seus cidadãos, presente no ensino com uma forte orientação ideológica, de modo a influenciar o espírito “da juventude, da família, do trabalho e da cultura, no quadro da organização corporativa ou de organismos como a Mocidade Portuguesa, criada em 1936”<sup>20</sup>.

O nacionalismo corporativo é então o terceiro parâmetro fundamental. O Estado Corporativista é o modelo utilizado por Salazar, de modo a obter o controlo total dos aparelhos de Estado. A questão do nacionalismo chega porque “estão subordinadas aos supremos objetivos da nação, com os seus interesses próprios, todas as pessoas singulares e coletivas que são elementos constitutivos do seu organismo”<sup>21</sup>. O interesse nacional surge em vez do interesse individual de cada cidadão, anulando o receio de

---

<sup>19</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso, Sétimo Volume*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 185

<sup>20</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso, Sétimo Volume*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 198

<sup>21</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso, Sétimo Volume*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 199

Salazar da luta de classes e traz para a esfera estatal a Nação como princípio orientador da legitimação e do direito para a boa prática política.

Por fim, a questão do Estado forte. Este conceito é a forma de conseguir levar à prática os restantes já referenciados. Para a sua realização, o Presidente do Conselho detinha em si a concentração total dos poderes executivos. Por isso mesmo, o poder legislativo que estava na posse do parlamento desaparece, perdendo a capacidade do derrube de governos e ministros, fator este que promovia a estabilidade governativa, funcionando “ apenas pelo tempo indispensável para bem a exercerem”<sup>22</sup>. O efeito desestabilizador era o maior receio para Salazar, conseguindo periodicamente que este órgão de Estado acabasse por perder cada vez mais poder ao longo do tempo.

Antes mesmo da assinatura da nova constituição que revolucionaria os limites de poder dentro do regime, o retorno a uma situação de maior abertura política ainda não estava completamente fora das possibilidades do futuro regime. Salazar tinha um objetivo, e esse objetivo era a manutenção e ambição por mais poder dentro do Governo, “Todas as diretrizes e providências tomadas vão até à próxima constitucionalidade. Não nos esqueçamos, porém, de que a Ditadura se faz contra os partidos e contra o espírito partidário. A própria constituição, depois de promulgada, não facilitará, pela sua doutrina, pelo seu conteúdo, a ressurreição desses partidos...”. Concluindo, “Não os deixaremos formar. Seria a negação de nós próprios para aglutinar todas as actividades políticas, que se manifestaram dentro da situação, que se formou a União Nacional”<sup>23</sup>.

## 1.2- A formalização do Estado Novo.

A 11 de abril de 1933, entra em vigor a Constituição que dá o mote à formalização do Estado Novo, “ com as suas características particulares, filtradas pelo caldo económico, social, cultural e político próprio da sociedade em que emergia”, o

---

<sup>22</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso, Sétimo Volume*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 200.

<sup>23</sup> Ferro, António (2003), *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira e Livraria Editora, Lda, p. 23

Estado Novo é a modalidade adotada à luz das ditaduras autoritárias e fascistas que emergiam pela Europa.<sup>24</sup>

Portugal continuou a ser formalmente uma República, são mantidos igualmente o hino, A Portuguesa, a bandeira e os feriados que tinham sido definidos anteriormente pelo governo provisório de 1910. A separação do Estado com a Igreja foi conservada, bem como os direitos concedidos aos cidadãos, definindo aos olhos da lei que todos seriam tratados de forma igual pelo poder jurídico, preservando a independência deste em relação ao executivo e ao legislativo. enveredando por um caminho diferente daquele que Franco iria tomar a partir de 1939, na definição do seu regime.

### 1.2.1- O sistema repressivo

Para a manutenção do regime no tempo era necessário, tal como acontecia com outros regimes autoritários da Europa, criar órgãos estatais de repressão às liberdades fundamentais e individuais dos cidadãos. Salazar justificava que a força exercida pelo regime era o único caminho que podia trazer ordem ao país, para não voltar a cair no clima de instabilidade que Portugal tinha vivido nos anos da I República. Reconhece que as correntes políticas contrárias à do regime são causadoras de instabilidade, atraso e divergência em relação ao plano que o seu governo tinha para o país. Esta era a verdadeira revolução, que outro modelo político pautado por valores democráticos só podia criar instabilidade e anarquia, sendo necessário, por isso, disciplina através da força<sup>25</sup>.

A polícia de repressão política, surge pela primeira vez em 1927, com a Polícia Especial.

O fator, “violência”, é uma das razões que o Professor Fernando Rosas dá, para a durabilidade do Regime. “A violência está inscrita no código genético de todos os regimes tipo fascistas”<sup>26</sup>.

A violência era o método que a elite política portuguesa, constituída por Salazar e por aqueles que estavam próximos dele, utilizava de modo a controlar as grandes massas, o povo. Na sua jornada messiânica de ressurgimento nacional através dos

---

<sup>24</sup> Rosas, Fernando (2004), *Pensamento e Acção Política*, Lisboa, Editorial notícias, p. 90

<sup>25</sup> Campinos, Jorge (1975), *Ideologia Política do Estado Salazarista*, Lisboa, Portugália Editora, p.12

<sup>26</sup> Rosas, Fernando (2013), *Salazar e o Poder, a arte de saber durar*, Lisboa, Tinta da China, p 190

verdadeiros valores que se insurgiam contra os herdados pela Revolução Francesa, o reerguer do autêntico destino nacional procurava ser a cura contra os males que provinham do liberalismo de Estado e de ideologias ligadas ao socialismo e ao comunismo. Uma “Revolução contra-revolucionária” assente na necessidade de sacrifício em nome de um destino pré-traçado, de algo maior que nós e que é nosso dever cumprir. Para isso, era necessário afastar aqueles que não eram ativos desta missão, utilizando a força, “como uma cruzada”<sup>27</sup>, como um precedente necessário para um bem maior, retirar o mal que se tinha propagado na nação. Na entrevista a António Ferro, Salazar justifica a limitação das liberdades através da força, como, não um retrocesso, mas um avanço civilizacional, argumentando que o progresso da humanidade é feito pela abdicação individual da liberdade em prol da felicidade do conjunto, da comunidade, do plural, “ a liberdade vai diminuindo à medida que o homem vai progredindo, que se vai civilizando”. Essa abdicação individual, na visão de Salazar, era o que distinguia o homem civilizado do “homem primitivo”, cedendo à autoridade a regulação dessas liberdades.<sup>28</sup>

A prática desta ideologia de restrições à liberdade em nome do bem maior tinha o foco bem definido aonde ser empregue. O pluralismo político, que pressupunha à partida a restrição das liberdades de associação e de expressão, adicionando os sindicatos e o direito à greve eram fatores de desestabilização por criarem divisões na sociedade e, em vez de consenso, colocavam em causa a política corporativa, no sentido de “decretar o fim da luta de classes em favor do enlace corporativo”.<sup>29</sup>

A utilização dessa violência é concebida em duas dimensões: a violência preventiva e a violência repressiva.

A violência preventiva era o lado dissuasor da violência, a vigilância como arma suprema de controlo de comportamento, de método desinibidor de ação, de dominação do espírito dos inquietos e revoltosos. A Igreja Católica, influência preponderante no dia a dia das comunidades, mecanismo essencial para o controlo de espírito,

---

<sup>27</sup> Rosas, Fernando (2013), *Salazar e o Poder, a arte de saber durar*, Lisboa, Tinta da China, p 191

<sup>28</sup> Ferro, António (2003), *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira e Livraria Editora, Lda, p. 34

<sup>29</sup> Rosas, Fernando (2013), *Salazar e o Poder, a arte de saber durar*, Lisboa, Tinta da China, p 191

legitimando e apoiando o regime na fiscalização ética e moral da população, tem aqui um papel fundamental.

Para a execução da violência preventiva, três órgãos do aparelho de Estado eram a base para o seu cumprimento: os órgãos de censura prévia, os do sistema de ordem pública e os órgãos oficiais de inculcação ideológica.

“ porta-te bem, alguém está a vigiar o teu comportamento”<sup>30</sup>, esta era a premissa da censura prévia aos órgãos de informação, comunicação e espectáculos. As escutas feitas pela polícia política e a violação da correspondência, mecanismos base de censura, violavam a privacidade de relacionamento entre os vários cidadãos e o seu direito à informação independente. Neste parâmetro encontra-se o controlo seletivo que a polícia política efectuava na nomeação para cargos públicos e para certas empresas privadas, a partir de 1935.

Ponto-chave no aparelho preventivo era o “sistema de ordem pública”<sup>31</sup>. A sua boa execução propunha que as forças policiais, Polícia de Segurança Pública (PSP) e Guarda Nacional Republicana (GNR), pertencessem ao enquadramento ideológico do regime, através do Ministério do Interior, a partir de 1933. As duas polícias tinham incumbências distintas: as “tarefas preventivas e de repressão inicial, eram incumbidas à PSP na urbe; missões de “choque”<sup>32</sup> eram da responsabilidade da GNR, cuja área de ação eram quer as zonas urbanas, como as rurais, obtendo, assim, o monopólio da segurança. As forças de segurança detinham uma permissão por parte do Governo Central, que se reflectia em “impunidade e livre trânsito”<sup>33</sup>.

Uma delas, inserida no Ministério da Educação Nacional, a Mocidade Portuguesa, com inspiração na Juventude Hitleriana, tinha como papel a doutrinação das crianças e jovens e a sua aproximação aos valores nacionais. Há ainda a considerar a Organização das Mães para a Educação Nacional e um variadíssimo número de mecanismos à disposição do regime, como a escolha seleccionada dos professores, os

---

<sup>30</sup> Rosas, Fernando (2013), *Salazar e o Poder, a arte de saber durar*, Lisboa Tinta da China, p 197

<sup>31</sup> Rosas, Fernando (2013), *Salazar e o Poder, a arte de saber durar*, Lisboa Tinta da China, p 198

<sup>32</sup> Rosas, Fernando (2013), *Salazar e o Poder, a arte de saber durar*, Lisboa, Tinta da China, p 197

<sup>33</sup> Rosas, Fernando (2013), *Salazar e o Poder, a arte de saber durar*, Lisboa, Tinta da China, p 198



livros únicos e a própria ideologia inserida nos programas escolares. Em contrapartida, a organização corporativa manifestava-se na “ tutela política e ideológica ao nível das relações laborais e das empresas”, que ficavam a cargo do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência, e ao nível do lazer e dos tempos livres, através da Federação Nacional para a Alegria do Trabalho e da Junta Central das Casas do Povo, instrumento de controlo do mundo rural. Tudo isto existia na busca do “homem novo”<sup>34</sup>, “poderosos organismos que tinham como missão, na família, na escola, nos locais de trabalho (no mundo urbano ou rural), nos lazeres, vigiar o quotidiano...”.

A perspetiva era a de que existiam homens capazes de exercer cargos públicos, que tinham competências pessoais de liderança e de gestão social, os restantes estavam confinados ao trabalho, “a política dos que obedeciam era o trabalho”<sup>35</sup>.

“A afirmação do poder monocrático por Salazar, que ele postula antes ainda da sua subida ao poder, supõe uma sociedade política hierarquizada e não igualitária: no cume da hierarquia um chefe que, fundando o seu poder de comando na Providência, legítima a sua autoridade, porque ele é quem «por dever e posição tudo tem de ver à luz do interesse de todos»”<sup>36</sup>.

O papel político de cada indivíduo está aqui presente, um “Rei-Filósofo”<sup>37</sup>, uma Oligarquia política sem o transparecer, em nome do bem da nação.

Contra aqueles que não se subjugavam à violência preventiva exercida pelo regime, e pisavam esse risco, era exercida a violência punitiva, passo seguinte na lógica da violência.

A punição estava relegada àqueles que se organizavam politicamente contra o regime, através de partidos ou de organizações armadas cuja existência clandestina era o

---

<sup>34</sup> Conceito ligado às ditaduras autoritárias, incluindo as comunistas e as fascistas. Pressupõe que através das modificações sociais, um homem com características ímpares, até então, nasceria. Nos regimes comunistas ligado à emancipação do operariado; nos regimes fascistas, ligado à perda do individualismo em prol do desígnio da nação. No Estado Novo a criação de um homem novo era baseada nos regimes fascistas com uma forte componente católica, assente no valor da família. Pereira, José Pacheco (1993), *A sombra: estudo sobre a clandestinidade comunista*, Lisboa, Gradiva, p.54

<sup>35</sup> Rosas, Fernando (2013), *Salazar e o Poder, a arte de saber durar*, Lisboa, Tinta da China, p 199

<sup>36</sup> Campinos, Jorge (1975), *Ideologia Política do Estado Salazarista*, Lisboa, Portugália Editora, p.36

<sup>37</sup> Amaral, Diogo Freitas (2016), *História do Pensamento Político Ocidental*, Lisboa, Almedina, p. 47

único espaço possível para lhe fazer frente, mas também àqueles que participavam em manifestações, greves e abaixo-assinados, ou que eram solidários com alguém que tivesse uma participação política contrária ao regime. A integridade física e psicológica estava em perigo na iniciativa pessoal da rebeldia perante o sistema, era saber à partida que por uma sociedade melhor, a paga poderia ser o encarceramento, a tortura e, em certos casos, a própria vida.

### 1.2.2- As prisões políticas

A maioria dos presos políticos não chegavam a ir a julgamento e, de 1933 a 1974, foram presos cerca de trinta mil portugueses por motivos políticos. Os locais mais emblemáticos são a sede da Polícia de Intervenção e Defesa do Estado (PIDE), na rua António Maria Cardoso, a prisão do Aljube, em Lisboa, a prisão do Forte de Caxias, em Oeiras, a Cadeia do Forte de Peniche e o Campo de Concentração do Tarrafal, em Cabo Verde.<sup>38</sup>

De forma a quebrar o espírito e o corpo dos encarcerados, a tortura era o mecanismo de eleição do regime na hora de levar os presos políticos a denunciarem os membros e a organização de qual faziam parte. A “estátua”, ou tortura do sono, era uma das formas de cumprir esses objetivos, levando o preso a ficar de pé durante vários dias, até o corpo ceder.<sup>39</sup> Quando as forças chegavam ao fim e a pessoa caía e se deixava dormir, o espancamento era a próxima fase. O isolamento prolongado, a solitária, outro mecanismo de tortura, tinha como objetivo o afastamento total de contacto humano, cultivando o sentimento de estar só, de abandono, e quem sabe do abandono dos princípios morais que tinham levado à prisão. A solidão era uma arma política do regime.

A prática da humilhação pessoal, de levar a gente a deixar de ser gente, de retirar a humanidade do humano, era o culminar. Quem saía da prisão já não era o mesmo que tinha entrado, vivo ou morto, a experiência de viver à lei da polícia política marcava o nascer obrigatório de alguém novo, de alguém que não existia até então.

O assassinato era a conclusão. Torturar era, em certos cenários, o princípio do fim para o preso político. A fase de maior mortandade às mãos da polícia política foram

---

<sup>38</sup> Neves, Alexandre (1974), *PIDE, A História da Repressão*, Amadora, Editora Jornal do Fundão, p.5

<sup>39</sup> Neves, Alexandre (1974), *PIDE, A História da Repressão*, Amadora, Editora Jornal do Fundão, p.19

os anos entre a sua fundação, 1933, e o fim da Segunda Guerra Mundial, 1945. Exemplo disso foi Bento Gonçalves, Secretário-Geral do Partido Comunista Português, enviado para o campo de concentração do Tarrafal em 1936, que morre vítima de doença em 1942. A sua morte leva a um período de dezanove anos de impasse na direção do Partido Comunista Português (PCP), devido à desorganização que o partido vivia, exatamente por ter perdido a sua cúpula dirigente às mãos, da então, Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE)<sup>40</sup>.

Dezenas de presos morreram neste período de tempo. Entre 1945, já como PIDE, e o fim do regime o número de mortes diminui.

### 1.2.3-A Polícia Política

A polícia política do Estado Novo tem uma forte influência da *Geheime Staatspolizei* (Gestapo), a polícia secreta do regime Nazi. Sebastião Ribeiro, opositor à ditadura que ingressou no curso de direito com Salazar, no seu livro “Anotações ao Presente”, aborda esta proximidade, “Pela forma adquirida, vieram a Lisboa abrir cursos de especialidade agentes da Gestapo e outros de cá foram aprender a Berlim as suas manhas e barbaridades”. A influência não cessava aí, tal como indica o mesmo autor, “ao fim e ao cabo se fossem readoptar os antigos processos inquisitoriais: os «atos da extinta arma da velha igreja»”<sup>41</sup>.

O ato fundador será o decreto 22151, que surge a 23 de Janeiro de 1933, a dar início à PVDE. A sua necessidade para o bem da nação, “a segurança do Estado e da boa ordem social e política” provinha desde logo no decreto. A secção de vigilância política e social é extinta dentro da Polícia Internacional Portuguesa e é criada a Polícia de Defesa Política e Social.

“Considerando que a eficiência dos serviços de repressão dos crimes políticos e sociais está na razão direta da simplicidade da sua orgânica e da unidade da sua direcção; considerando que tais objectivos não podem atingir-se conservando-se esses

---

<sup>40</sup> Rosas, Fernando, José Maria Brandão de Brito (1996), *Volume 1 de Dicionário de história do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, p.340

<sup>41</sup> Ribeiro, Sebastião (1900), *Anotações ao presente*, Vol. 1. Sebastião Ribeiro.

serviços distanciados do Ministro do Interior, responsável, em virtude da natureza mesma do seu cargo, pela manutenção da ordem pública em todo o país”<sup>42</sup>.

Posteriormente, a 29 de Agosto do mesmo ano, em nome da concentração dos aparelhos de repressão do regime, surge o decreto 22992, aglomerando a Polícia de Defesa Política e Social e a Polícia Internacional numa só.

As funções que a PVDE tinha no âmbito da defesa política e social estavam estritamente ligadas à Polícia Internacional, não justificando a separação destas duas polícias. A aglomeração num só organismo subordinado ao Ministério do Interior na área da “vigilância de estrangeiros nas fronteiras terrestres e marítimas como também dar às duas polícias uma acção de comando único”<sup>43</sup> leva à criação da PIDE.

As atrocidades cometidas, já abordadas anteriormente, aos olhos de Salazar eram um mal menor em nome de um bem maior. Ao ser questionado por António Ferro, Salazar responde que, “chegou à conclusão de que os presos maltratados eram sempre, ou quase sempre, terríveis bombistas que se recusavam a confessar, apesar de todas as habilidades da Polícia, onde tinham escondido as suas armas criminosas e mortais. Só depois de empregar esses meios violentos é que eles decidiam a dizer a verdade. E eu pergunto a mim próprio, continuando a reprimir tais abusos, se a vida de algumas crianças e de algumas pessoas indefesas não vale bem, não justifica largamente, meia dúzia de safanões a tempo nessas criaturas sinistras.”

Salazar diaboliza e vai exacerbar aqueles que estavam contra o regime, utilizando palavras como «terríveis bombistas», enaltecendo que a força repressiva do regime apenas atua de um modo mais severo em casos em que a vida de inocentes está em causa, justificando o emprego da força, à qual apelida de “safanões”<sup>44</sup>.

---

<sup>42</sup> Neves, Alexandre (1974), *PIDE, A História da Repressão*, Amadora, Editora Jornal do Fundão, p.16

<sup>43</sup> Neves, Alexandre (1974), *PIDE, A História da Repressão*, Amadora, Editora Jornal do Fundão, p.17

<sup>44</sup> Ferro, António (2003), *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira e Livraria Editora, Lda, p. 54

## 1.3-O Fim da Segunda Guerra Mundial e a adaptação do Estado Novo

As forças do Eixo, em 1945, perdem a Segunda Guerra Mundial. Portugal, que tinha adotado oficialmente uma posição neutral ao longo do conflito, vai pender em determinados momentos para um lado e para o outro, acabando por se estabilizar no apoio aos Aliados. No plano interno, a mensagem de Salazar era a de total independência perante as potências exteriores, afirmando que, “só os povos que não sabem governar-se é que estão à espera de saber como os outros se governam e na gestão dos negócios internos pautam pela alheia conduta própria”<sup>45</sup>. Salazar pretendia passar a noção de que só com a continuidade do Estado Novo à frente dos destinos de Portugal, a “manutenção do império colonial e, em última análise, a própria sobrevivência de Portugal enquanto nação independente”<sup>46</sup>, podia ser salvaguardada.

O desembarque aliado em Marrocos e na Argélia, a 9 de novembro de 1942, preocupa Portugal na aproximação ao seu território do teatro de guerra e às futuras intenções que os Estados Unidos da América (EUA) e a Inglaterra pudessem vir a ter em relação ao território continental e às ilhas no atlântico. Estas intenções são discutidas em janeiro de 1943 em Casablanca, encarando os Açores como um ponto estratégico fundamental para os Aliados, caso se deparassem com uma ofensiva alemã ou no apoio às tropas aliadas a combater no Norte de África ou na Europa.<sup>47</sup>

O pedido de cedência de bases nos Açores foi formalmente apresentado a 18 de junho de 1943 por parte dos Britânicos, “para o emprego de aviões e de navios de superfície”<sup>48</sup>, invocando a aliança histórica entre os dois países e iniciando as negociações no mês seguinte. O acordo final foi assinado não só pelo Reino Unido, mas também pela África do Sul e a Austrália, sendo “que a inclusão da Austrália no texto do acordo tinha sido uma exigência colocada pelo governo português”<sup>49</sup>. Esta exigência parte da questão do futuro de Timor-Leste. Este território português, ocupado pelos

---

<sup>45</sup> Oliveira, Salazar (1943), *Discursos e Notas Políticas*, Vol. III, 1938 – 1943, Coimbra, Coimbra Editora L.da, p. 189

<sup>46</sup> Rodrigues, Luís Nuno (2005), *No Coração do Atlântico*, Lisboa, Prefácio, p. 14.

<sup>47</sup> Rodrigues, Luís Nuno (2005), *No Coração do Atlântico*, Lisboa, Prefácio, p. 45.

<sup>48</sup> *Documentos Relativos aos Acordos entre Portugal, Inglaterra e Estados Unidos da América para a Concessão de Facilidades nos Açores durante a Guerra de 1939-1945*, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1946, pp. 8-9.

<sup>49</sup> Rodrigues, Luís Nuno (2005), *No Coração do Atlântico*, Lisboa, Prefácio, p. 55.

japoneses desde fevereiro de 1942, era alvo da preocupação de Salazar caso os Australianos expulsassem o Japão da ilha. Exigindo a introdução da Austrália no acordo, era um modo de salvaguardar que, no caso de uma invasão bem conseguida por parte deste país, a soberania de Portugal sobre Timor não era afetada.

No final do ano de 1943, em outubro, Portugal entra em negociações com os Estados Unidos para a concessão de bases militares no arquipélago dos Açores. A lista incorporava “ bases navais e aéreas em Ponta Delgada, na Horta, no Faial, na ilha Terceira e na ilha das Flores”<sup>50</sup>. Este pedido era demasiado audacioso em relação ao que Portugal estava apto a negociar, motivo que contribuiu para a extensão das negociações para o final do ano seguinte. A 28 de novembro de 1944, é assinado o acordo entre os dois países, comprometendo-se os dois lados a construir na ilha de Santa Maria um aeródromo que serviria de base aérea, deixando o acordo de ter efeito “ seis meses depois do fim das hostilidades ou da assinatura de um armistício”<sup>51</sup>.

Porém, esta posição não vai ser definitiva. É assinado em 1946 outro acordo entre Portugal e os Estados Unidos, prolongando a estadia americana nos Açores, mas alterando a localização da base da ilha de Santa Maria para a ilha Terceira, estabelecendo a base das Lajes, até Dezembro de 1947, garantindo um apoio militar americano, caso Portugal fosse vítima de agressão.<sup>52</sup> Por fim, em fevereiro de 1948 é assinado um novo acordo, expandindo o prazo para mais três anos, podendo ser cinco. Pouco depois da assinatura do acordo de 1949, Portugal entra na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

### 1.3.1- As manobras políticas de Salazar: As eleições de 1945

As forças do Eixo, em 1945, perdem a Segunda Guerra Mundial. Portugal, que nunca tinha declarado o seu apoio a favor de qualquer uma das duas fações, tem de alterar a sua política externa daqui para a frente.

Os Aliados dividem-se, nasce uma cortina de ferro na Europa e o mundo bipolariza-se entre o bloco comunista, ou de leste, e o bloco capitalista, ou ocidental. Fica a restar o Estado Novo e o Franquismo, como regimes corporativistas de inspiração fascista na Europa. Surge a necessidade de Portugal transmitir ao bloco ocidental o

---

<sup>50</sup> Rodrigues, Luís Nuno (2005), *No Coração do Atlântico*, Lisboa, Prefácio, p. 68.

<sup>51</sup> Rodrigues, Luís Nuno (2005), *No Coração do Atlântico*, Lisboa, Prefácio, p. 127.

<sup>52</sup> Rodrigues, Luís Nuno (2005), *No Coração do Atlântico*, Lisboa, Prefácio, p. 192.

esforço de se reformar, na capacitação de se poder posicionar como um dos países em que o combate à expansão do comunismo a nível internacional era uma das suas principais bandeiras de política externa.

A 18 de Maio de 1945, Salazar reconhece o desfecho ideológico da guerra: “a guerra foi conduzida pelas potências aliadas sob a bandeira da democracia”<sup>53</sup>. Porém, com o surgimento da Guerra Fria, a prioridade das potências democratas não foi a abolição das ditaduras europeias que sobreviveram. O fim dos regimes podia significar uma instabilidade política, culminando no surgimento de Estados comunistas na Península Ibérica, coisa a que não se podiam sujeitar. Eisenhower, Presidente dos Estados Unidos da América à altura, defendia que: “ditaduras deste tipo são por vezes necessárias em países cujas instituições políticas não são tão avançadas como as nossas”<sup>54</sup>.

A Assembleia Nacional foi dissolvida a 6 de outubro, fixando o dia 18 de novembro de 1945 para novas eleições. O regime, de modo a ludibriar os seus aliados com laivos de uma abertura a um nível de democracia superior, decreta uma amnistia política<sup>55</sup>, instituindo o regime de *habeas corpus*<sup>56</sup>, a abolição da censura prévia, “para um certo número de assuntos durante a campanha eleitoral”<sup>57</sup>, permitindo também dentro deste período, reuniões da oposição e a sua divulgação. A perceção inglesa é transmitida na forma de uma carta do Embaixador Britânico em Lisboa que escreve para Londres que Salazar “está a posicionar as velas no sentido dos ventos dominantes”<sup>58</sup>.

As perceções inglesas são variadas. Por um lado, criticam a oposição ao regime que pressionava Carmona, e por extensão, Salazar a adiantar as eleições, de modo a preparar as listas de uma melhor forma, afirmando que esta posição demonstrava o amorismo da oposição portuguesa.<sup>59</sup> Por outro lado, na análise feita pelo Foreign Office a uma carta recebida pelo embaixador em Lisboa, afirma ser “perfeitamente claro

---

<sup>53</sup> Ramos, Rui, Bernardo Vasconcelos Sousa, Nuno Gonçalves Monteiro (2015), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 667.

<sup>54</sup> Ramos, Rui, Bernardo Vasconcelos Sousa, Nuno Gonçalves Monteiro (2015), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 667

<sup>55</sup> Decreto-lei n.º 35041, de 18/10/1945

<sup>56</sup> Decreto-lei n.º 35043, de 20/10/1945

<sup>57</sup> Oliveira, Pedro Aires, Maria Inácia Rezola (2010), *O Longo Curso, Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*, Lisboa, Tinta da China, p.249

<sup>58</sup> Despacho n.º 280 da embaixada em Lisboa para o FO, 13/10/1945, e análise do ministério. FO 371/49475

<sup>59</sup> Despacho da Embaixada em Lisboa para o FO, 15/10/1945. FO 371/49475

que as eleições não serão justas”<sup>60</sup>. No entanto, a diplomacia britânica fica convencida que Salazar está a preparar os portugueses para progressivamente se adaptarem a uma forma de regime mais liberal.<sup>61</sup>

Em concordância com a afirmação destacada anteriormente do Presidente dos Estados Unidos, Owen O'Malley, o embaixador britânico em Lisboa afirmava que “os portugueses eram politicamente imaturos e que um sistema como o britânico não se adaptava ao temperamento dos portugueses”<sup>62</sup>. O Governo Britânico estava convencido que a forma ideal para uma progressiva liberalização política em Portugal seria através da concessão de lugares à oposição na Assembleia Nacional, convicção que não foi levada à prática, apresentando-se a eleições somente candidatos da União Nacional.

Portugal integra a Organização Europeia da Cooperação Económica, em 1948, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, em 1949, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1955, e por fim a Associação Europeia de Livre Comércio, em 1960. Anos antes, é cedida a Base das Lages na Ilha Terceira, no arquipélago dos Açores, à disposição dos Estados Unidos da América e do Reino Unido.

O regime persuade o bloco ocidental de que a sua existência ia ao encontro dos ideais cristãos do chamado “ Mundo Livre”, que a sua forma de governo antidemocrática não era o fator de maior importância na altura de defender esses mesmos valores. O próprio regime convence-se, na análise de José Soares da Fonseca, que “o regime político não está ultrapassado pelos chamados ventos da História, e, ao invés, ele é pioneiro ou precursor dos sistemas políticos que dominarão o futuro da vida política nos países civilizados”<sup>63</sup>. As potências ocidentais assumem que a permanência de Salazar no comando dos destinos do país é benéfica na contribuição para a estabilidade internacional e que a previsibilidade da ação do Estado Novo, um regime anticomunista que delineava bem o bloco de influência externa em que queria participar, contribui também para a estabilidade da própria Península Ibérica.

---

<sup>60</sup> Análise do FO ao despacho n.º. 292 da embaixada em Lisboa para o FO, 27/10/1945. FO 371/49475

<sup>61</sup> Oliveira, Pedro Aires, Maria Inácia Rezola (2010), *O Longo Curso, Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*, Lisboa, Tinta da China, p.256

<sup>62</sup> Oliveira, Pedro Aires, Maria Inácia Rezola (2010), *O Longo Curso, Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*, Lisboa, Tinta da China, p.257

<sup>63</sup> União Nacional (1966), *A Campanha Eleitoral de 1965. Documentos Políticos*, Lisboa, pp.153-154.



Para além da manutenção do Estado Novo no poder, a questão colonial é alvo de preocupação por parte do governo português. Este problema leva o país a aproximar-se da República Francesa, país que se encontrava em situação paralela à portuguesa, exercendo a sua política externa na ambição de levar “à perpetuação da permanência colonial ocidental em África”<sup>64</sup>. Esta posição conjunta e de solidariedade materializa-se através do apoio, primeiro, de Portugal a França na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1957, devido aos ataques que sofreu em relação à sua política colonial, principalmente no caso da Argélia, e em segundo, no apoio que França dá a Portugal, quando este se negava a “disponibilizar informações acerca dos territórios não-autónomos que administrava”<sup>65</sup> na ONU, recebendo também apoio da Bélgica nesta questão.

### 1.3.3-A “liberalização” da política interna

Objetivamente, no encalce deste novo paradigma, a 22 de Outubro de 1945, em deterioramento da PVDE, é criada a Polícia Internacional e de Defesa do Estado, PIDE. No decreto que lhe dá existência, lê-se: “A reforma dos serviços da Polícia Judiciária supõe a criação, como organismo autónomo, da Polícia Internacional e de Defesa do Estado. A sua orgânica interna e os seus poderes e funções são os mesmos que o direito comum atribui à Polícia Judiciária.”<sup>66</sup>. Não era, de todo, a amenização da polícia política, objetivo a transparecer aos parceiros internacionais, mas sim a cimentação e ampliação de competências que a antiga organização dispunha.

A prisão preventiva passou de oito até quinze dias para três a seis meses. Uma simples denúncia, mesmo que fosse infundada, era o suficiente para um cidadão português passar três meses encarcerado. Caso fosse requerido, o Ministério do Interior concedia um acréscimo de três meses de prisão preventiva, acompanhada pela continuação dos maus-tratos e torturas físicas e psicológicas com o fim de obter um depoimento, de modo ao processo seguir para o Plenário, tribunal que não era mais do que um prolongamento da PIDE. Por fim, a acrescentar a isto, as aplicadas “medidas de

---

<sup>64</sup> Marcos, Daniel da Silva Costa (2007), *Salazar e de Gaulle: a França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*, Lisboa, Instituto Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros, p.23

<sup>65</sup> Marcos, Daniel da Silva Costa (2007), *Salazar e de Gaulle: a França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*, Lisboa, Instituto Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros, p.26

<sup>66</sup> Neves, Alexandre (1974), *PIDE, A História da Repressão*, Amadora, Editora Jornal do Fundão, p.19

segurança por crimes contra a *segurança* do Estado é o exemplo mais gritante. Eram medidas que poderiam ser aplicadas mesmo se o acusado fosse absolvido!”<sup>67</sup>.

A PIDE detinha plenos poderes para, se assim fosse sua vontade, condenar qualquer pessoa a prisão perpétua.<sup>68</sup>

Portugal, com sucesso, enquadra a nova ordem internacional proveniente da conclusão da II Guerra Mundial. Esta posição internacional portuguesa, estabelecendo-se na área de influência dos Estados Unidos, é motivo de êxito para as aspirações portuguesas na manutenção da sua independência em relação ao exterior, nomeadamente na continuação da presença portuguesa em África. Para o bloco ocidental, a inclusão de Portugal significava ter como aliado um país que detinha uma posição geostratégica no continente europeu de relevância, principalmente por causa do arquipélago dos Açores, contribuindo, também, com as possessões portuguesas em África. A conivência do bloco ocidental em apoiar a manutenção de Salazar no poder é assunto de forte debate dentro da oposição. Por um lado, a oposição democrática, encabeçada pela general Humberto Delgado, vai tentar recolher o apoio das potências ocidentais, garantindo que a mudança de regime na forma de uma democracia liberal beneficiava todos os envolvidos. Por outro lado, o PCP utiliza como argumento a posição destas países em relação à ditadura portuguesa, afirmando que o único apoio internacional com que a oposição conseguia efectivamente contar era o apoio do bloco de leste, contrário à ditadura portuguesa e às políticas por esta adoptada. Concluindo, “O Estado Novo tinha garantido o seu lugar na nova ordem saída do conflito. Apesar de reconhecidas as diferenças, era um mal menor que não interessava pôr em causa”<sup>69</sup>.

## 1.4-As eleições de 1949

O Estado Novo, ao pretender demonstrar aos seus aliados internacionais uma maior abertura de regime ao nível democrático, decide efetuar eleições no ano de 1949.

---

<sup>67</sup> Neves, Alexandre (1974), *PIDE, A História da Repressão*, Amadora, Editora Jornal do Fundão, p.21

<sup>68</sup> Neves, Alexandre (1974), *PIDE, A História da Repressão*, Amadora, Editora Jornal do Fundão, p.20

<sup>69</sup> Oliveira, Pedro Aires, Maria Inácia Rezola (2010), *O Longo Curso, Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*, Lisboa, Tinta da China, p.260

Quatro anos antes era criado o Movimento de Unidade Democrática (MUD) que, no dia 17 de outubro, era recebido pelo Presidente da República, Óscar Carmona. Sete dias depois, a 24 do mesmo mês, é anunciado em conferência de imprensa que: “só em Lisboa, havia mais de 50000 subscritores”.<sup>70</sup>

A 14 de novembro do mesmo ano, em entrevista ao Diário de Notícias, Salazar assume: “considero as próximas eleições tão livres como na livre Inglaterra”<sup>71</sup>. Esta afirmação provinha de um contexto orquestrado pelo regime com a extinção dos tribunais militares especiais, amnistiando a maior parte dos presos políticos que se encontravam no Tarrafal e o direito ao *habeas corpus*. Este era o plano do regime: dar luzes de que a liberdade estava a ser concedida à população de um modo progressivo, quando não era mais do que um ato único e isolado, sem propagação para o futuro. Salazar ao encerrar a campanha admite que a realização das eleições foi um ato isolado: “deverá ser esta a última vez em que é tecnicamente possível um golpe de Estado constitucional”<sup>72</sup>

Em 1947, por ordem do Ministério do Interior, é dissolvido o MUD, por contar nas suas fileiras com militantes comunistas, como Mário Soares, Octávio Pato e Júlio Pomar, entrando a organização para a clandestinidade.<sup>73</sup> Com este entrave, a oposição necessitava de uma resposta. É neste clima que surge a candidatura do General Norton de Matos, em 1948. A sua candidatura tinha como objetivo juntar os opositores ao regime numa força de frente comum, obtendo assim maior impacto na corrida eleitoral contra o regime. As suas principais bandeiras de campanha eram a denúncia da repressão política e o fracasso e desatualização que o regime vivia com o fim da II Guerra Mundial. O grande momento da campanha, por parte da oposição, foi a 23 de janeiro de 1949, reunindo no Porto cerca de cem mil pessoas.

A repressão à campanha foi forte, sendo perseguidos vários apoiantes de Norton de Matos, intimidando aqueles que votassem no General com represálias quer para si, quer para os seus familiares. A campanha do regime baseou-se na elaboração de

---

<sup>70</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso*, Lisboa, Sétimo Volume, Círculo de Leitores, p. 396

<sup>71</sup> Seaman, G. (1975). Dossier Brigadas Revolucionárias. [online] Marxists.org. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/brigadas/index.htm> [15 Sep. 2019].

<sup>72</sup> Nogueira, Franco (1986), *Salazar, vol. IV*, Lisboa, Livraria Civilização, p. 380.

<sup>73</sup> Rosas, Fernando, José Maria Brandão de Brito (1996), *Volume 2 de Dicionário de história do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, p.634

acusações que iam diretamente contra a integridade de Norton de Matos, acusando-o de ser maçom, de ter o apoio dos comunistas e de pedir à Igreja Católica Portuguesa de para o acusar anti-religioso.<sup>74</sup>

Nascem disputas internas dentro da campanha de Norton de Matos. Com o comício no Porto, a ala mais à direita, próxima do antigo Partido Republicano, estava convencida que teria uma hipótese e que devia de ir a eleições, mesmo se estas não fossem completamente democráticas. Por outro lado, o Partido Comunista Português era da opinião que não estava assegurada essa transparência eleitoral e que a campanha só devia avançar caso essa transparência fosse garantida. No dia 7 de fevereiro é feita uma reunião para decidir se a campanha avançava ou não, prevalecendo a posição do PCP de abstenção.

No dia 13 de fevereiro são realizadas as eleições e o poder do regime sai reforçado depois do ato eleitoral. Por um lado, comprovava que não existia nenhuma força secundária à sua que lhe pudesse fazer frente e, por outro, identificava aqueles que se opunham ao Estado Novo e que só se mostrariam publicamente com a candidatura por parte da oposição.

Para a oposição, a conclusão destas eleições é que dividiam a fação. O PCP saiu destas eleições como força dominante da clandestinidade e, com o avançar da Guerra Fria, não só tinha de fazer oposição ao regime, mas também a outras forças democráticas que viviam na clandestinidade. A criação do Movimento Nacional Democrático (MND) é exatamente a materialização desse reforço de poder, que nos anos seguintes não teria uma grande relevância em fazer oposição ao regime. O MND era uma organização composta por pró-comunistas, constituída por membros das comissões de apoio a Norton de Matos, com poucos meses de atividade, criada a 13 de fevereiro de 1949, cuja comissão central política é presa em dezembro desse ano.

---

<sup>74</sup> Pereira, Pacheco (2001), *Álvaro Cunhal - Uma biografia política: «Duarte», o dirigente clandestino (1941-1949)*, Lisboa, Temas e Debates – Actividades Editoriais, p. 826

## 2º Capítulo, A oposição à ditadura

A história da oposição à ditadura portuguesa tem como um dos seus principais protagonistas o Partido Comunista Português. Embora tenham existido outras organizações e movimentos que combateram de algum modo o regime, aparecendo em maior número nos últimos anos de vida deste, impulsionados pelo início da Guerra do Ultramar, nenhum se prolongou durante todos os 48 anos de ditadura como o PCP, sobrevivendo aos acontecimentos posteriores ao 25 de abril e existindo atualmente com representação parlamentar e poder efetivo em vários concelhos de Portugal.

O Partido Comunista Português surge ainda durante a Primeira República, fundado no dia 6 de março de 1921. São cinco anos o tempo que separa o surgimento do Partido e o golpe militar de 28 de maio de 1926, o que significa que o PCP surge praticamente como um partido clandestino, que a partir do golpe militar é considerado ilegal pelo poder político emergente do 28 de maio. “Desde essa data e até ao 25 de Abril de 1974, a história do comunismo português tem como principal termo de referência das suas estratégias e práticas a existência do regime ditatorial que então se iniciava.”<sup>75</sup>

As primeiras ações revolucionárias que o Partido leva a cabo são a revolução de 3 a 7 de fevereiro de 1927 e a revolta de 20 de junho de 1928, ações estas que não têm o resultado pretendido e acabam por significar a prisão e deportação de vários militantes do Partido.

A partir de 1933, com a grande “fascização” do poder político, o PCP procura formar uma frente única, idealizando uma luta por parte de todos os portugueses, independentemente da sua classe ou meio social, contra o regime. O Secretário-Geral, Bento Gonçalves, elabora propostas que iam ao encontro do combate ao corporativismo que o regime tinha como ferramenta fundamental, propondo: “acordo das três centrais sindicais, dinamização das acções de protesto, formação de comités de base, com carácter de massa, para a luta por reivindicações económicas e liberdades políticas”<sup>76</sup>. As propostas tinham como finalidade a contribuição para a concretização da “luta de

---

<sup>75</sup> Rosas, Fernando, Brito, José Maria Brandão de Brito (1996), *Volume 1 de Dicionário de história do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, p.173

<sup>76</sup> Rosas, Fernando, Brito, José Maria Brandão de Brito (1996), *Volume 1 de Dicionário de história do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, p.175

massas”, ou seja, a luta feita por parte das classes baixas e operárias contra as classes privilegiadas, através de movimentos e protestos que culminariam na tomada de poder por parte da classe que representaria a maioria da sociedade. A 18 de janeiro de 1934, alavancada pelas diretrizes que o Comité Central tinha decretado, ocorre na Marinha Grande uma revolta iniciada pela grande comunidade de vidreiros que aí existia. A repressão por parte do regime é violenta, causando a morte a vários membros do Partido<sup>77</sup>.

Embora com várias ações a terem pouco ou nenhum do efeito pretendido, o PCP consegue destacar-se de outros movimentos herdeiros da Primeira República e que acabaram por se desintegrar nos primeiros anos de ditadura, através quer de disputas internas quer pelo sucesso que a PVDE tinha em calar vozes contrárias ao poder regente.

São criadas organizações próprias do PCP com o objetivo de organizar a resistência e chegar de um modo mais eficiente às classes desfavorecidas. Nasce a Organização do Exército (ORE), a Organização Revolucionária da Armada (ORA), a Liga Portuguesa Contra a Guerra e o Fascismo (LPCGF) e a Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas (FJCP). O Partido reduz ao mínimo o aparelho clandestino, alargando os seus quadros com vista à penetração nos meios mais populares, como por exemplo associações culturais. Há efetivamente uma exposição do Partido aos aparelhos de repressão do regime, acreditando que um processo de avalanche revolucionária estava em curso e mesmo pondo em risco a prisão dos seus dirigentes, as massas revoltar-se-iam e o gatilho para o início da revolução estaria premido.

Bento Gonçalves, Secretário-Geral do PCP, depois de ter sido preso entre 1930 e 1933, é novamente preso em 1936 e enviado para o campo de concentração do Tarrafal, na ilha de Santiago, Cabo Verde. O seu encarceramento culmina na morte do dirigente político em 1942. A morte de Bento Gonçalves vai significar um hiato de quase 20 anos de uma orfandade na ocupação do cargo de Secretário-Geral para o PCP.

A Segunda Guerra Mundial tem um forte impacto no partido. Primeiro, pela luta assumida do Estado Novo contra o comunismo e a sua aproximação aos países que compunham o Eixo. Segundo, pela conclusão que a Guerra acabou por ter, com a vitória dos Aliados a que pertencia a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, pois este

---

<sup>77</sup> Rosas, Fernando, Brito, José Maria Brandão de Brito (1996), *Volume 1 de Dicionário de história do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, p.174

exemplo internacional mostrava ao PCP que uma ditadura que partilhava características com as potências do eixo estava condenada à sua secessão.

## 2.1 Greves populares

O país também se ressentiu muito da guerra, efeito colateral importante para promover a agitação popular. “ Desde logo, sob os efeitos da falta de géneros e da fome, dos salários insuficientes, do agravamento das condições de vida que já desafiavam os mínimos de subsistência, da chocante evidência das desigualdades que a guerra acentua, é o primeiro e principal elemento viabilizador do sistema que se rompe: a contenção do movimento operário”. Os vários protestos reivindicativos que acontecem durante estes anos são a prova de que, embora o regime tenha blindado as hipóteses de existirem greves em larga escala, com a criação de sindicatos nacionais de modo a controlar estas incursões, na prática isso não aconteceu. Também é de destacar que não foi o proletariado pertencente às maiores indústrias do país que agitou o panorama grevista português, “É certo que as suas greves são a espinha dorsal da vaga de agitação dos anos da guerra. Mas com elas, e arrastadas por elas, registam-se significativos movimentos grevistas de assalariados rurais, sobretudo na zona do Ribatejo e na região «salóia» circundante de Lisboa, entre 1943 e 1944, e, mais pontualmente no Alentejo, em 1945.”<sup>78</sup>

As greves começaram a acontecer em 1941, registando-se, por exemplo, a greve dos salineiros de Alhos Vedros e Lavradio em junho, o início dos motins camponeses contra a requisição de géneros no Norte do País ou a tentativa de greve nas minas da Panasqueira em maio. Porém, o grande movimento teve lugar nos meses de outubro e novembro de 1942. Já em abril desse ano, os sindicatos nacionais enviam um documento a Salazar, conhecido como “ A Mensagem”, onde davam a conhecer ao regime que “no meio do fogo cruzado que contra si é feito pelas massas insatisfeitas, pelos inimigos políticos, pelas entidades patronais, pelos grémios”, os sindicatos nacionais sentem-se impotentes para cumprir a sua missão e apelam à intervenção pessoal de Salazar, para que aplique “sem habilidades, sem escamoteações, sem

---

<sup>78</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso*, Lisboa, Sétimo Volume, Círculo de Leitores, p. 353

favoritismos”<sup>79</sup>, a legislação de proteção ao trabalho, mas também o aumento salarial por via contratual.

Salazar não concede os pedidos feitos pelos sindicatos nacionais, centralizando a resolução deste problema no Estado, como via mais facilitadora para lidar com a situação, esvaziando o poder de ação dos sindicatos para resolver as contestações feitas pelos trabalhadores. A resposta negativa por parte de Salazar vai despoletar, nos meses de outubro e novembro do mesmo ano, um conjunto de greves consecutivas que não tinha por detrás nenhuma força política ou sindical organizada a coordenar o movimento. Muito centralizada na Margem Sul, a resposta dada pelo regime ocorre a 6 de novembro, classificando-o como uma “manobra de alguns agitadores profissionais que, a soldo dos interesses inconfessáveis e opostos ao interesse nacional” procurando “minar a ordem económica e social estabelecida”.<sup>80</sup> O regime consegue criar uma campanha mediática em torno desta ideia de que quem fazia as greves tinha uma cartilha só e apenas ideológica e que não estava por detrás destes movimentos a luta por melhores condições de vida, mensagem esta que foi reproduzida futuramente nos sindicatos nacionais, nos grémios, nas casas do povo e nos organismos da União Nacional.

Esta foi a última greve em que o Governo foi apanhado desprevenido, o que não voltou a acontecer nas greves futuras. A partir daqui houve “Uma maior atenção da PVDE às actividades do Partido Comunista, recém- «reorganizado», e o instrumental legislativo aprovado em fevereiro de 1943, sobre a possível organização militar das actividades económicas, vão permitir ao regime uma outra posição de partida face às novas e mais graves «perturbações da ordem» que se adivinhavam.”<sup>81</sup>

Vários movimentos grevistas têm lugar nos anos posteriores. Primeiro, em 1943, acontecem uma série de greves que ficariam conhecidas para a história como o “Verão Quente de 1943”. Estas greves que ocorrem um pouco por todo o país são motivo de comentário e análise ao nível internacional, existindo um paralelismo entre a queda de Mussolini e o início das greves. O próprio embaixador britânico admite que “os planos

---

<sup>79</sup> Castanheira, José Pedro (1983), *Os sindicatos e o Salazarismo – A história dos bancários do Sul e ilhas*, Lisboa, Sindicato do Sul e ilhas, p. 189.

<sup>80</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso*, Lisboa, Sétimo Volume, Círculo de Leitores, p. 355

<sup>81</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso*, Lisboa, Sétimo Volume, Círculo de Leitores, p. 356



agitadores profissionais» teriam certamente sido «precipitados pela queda de Mussolini, que despertou a imaginação dos Portugueses e os levou a ter esperanças que ela fosse seguida pela queda de outros ditadores»<sup>82</sup>.

Em resposta a estas greves, o Governo decide tomar uma série de medidas publicadas no Diário de Notícias a 29 e a 30 de junho desse ano. Essas medidas eram, por exemplo, a comunicação por parte dos patrões de todas as fábricas ao gabinete do Ministério da Guerra assim que tivesse lugar uma greve, o despedimento imediato de todos os grevistas e o envio para o campo de concentração do Tarrafal de todos os grevistas que tivessem sido presos e, mediante o julgamento, tivessem sido considerados culpados.

Um ano volvido destes acontecimentos, tem lugar a 8 e 9 de maio de 1944 o último grande movimento grevista durante a guerra. Os motivos desta agitação social estão muito ligados à deterioração das condições de vida. “O principal fator condicionador é, claramente, o agravamento da escassez de géneros, em geral, e o início do racionamento de pão (anunciado a 20 de abril), em particular. Um outro elemento importante decorreria da nova ofensiva contra os salários rurais iniciada em fevereiro desse ano, tentando implementar o despacho de 14 de maio de 1943, o que mantinha, desde essa altura, um ambiente de agitação na zona do Ribatejo e na região «saloia» circundante de Lisboa.”<sup>83</sup>

Embora os operários tenham tido uma grande importância na agitação social nos anos da guerra, as zonas rurais, muito ligadas à agricultura e ao trabalho na terra, também se rebelaram contra a falta de condições de vida. De 1940 a 1949, tiveram lugar no país sessenta e um motins de camponeses. A região do Alentejo, em 1941, foi a primeira a manifestar-se. Com grandes índices de desemprego, agravando o acesso a géneros alimentares, acaba-se naturalmente por criar as condições perfeitas para a agitação popular, com roubos por parte das populações às grandes herdades e assaltos a casas de comércio, no concelho de Aljustrel, alastrando-se posteriormente um pouco por todo o país.

---

<sup>82</sup> PRO/FO n° 371, G 8710, telegrama de 31 de julho de 1943

<sup>83</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso*, Lisboa, Sétimo Volume, Círculo de Leitores, p. 361

Alavancados pela greve de 8 e 9 de maio de 1944, os assalariados ruais do Ribatejo juntam-se ao movimento, paralisando significativamente os concelhos de Vila Franca de Xira, Loures, Sintra e Arruda dos Vinhos. Fernando Rosas assume que existem dois aspetos importantes a realçar. Primeiro, o relativo sucesso alcançado, conseguindo o reforço das rações nas zonas rurais, e depois pelo facto de ter sido a primeira tentativa com sucesso a mobilizar num único ato grevista operários e camponeses a reivindicar direitos com um objetivo partilhado. Porém, Rosas admite que “Este sucesso seria, no entanto, demasiado restrito geograficamente e demasiado tardio para influenciar a continuação do movimento reivindicativo dos operários, cujo inêxito, a somar à repressão de que é alvo, o lançariam para um processo de refluxo”.<sup>84</sup>

As greves na década de quarenta mostram que os operários e camponeses tinham capacidade de mobilização para organizarem atos reivindicativos sob a forma de greves na busca de melhores condições de vida. A sobrevivência às greves por parte do regime desencorajou a organização de outros movimentos deste tipo nos anos seguintes. Embora vários movimentos grevistas tivessem tido lugar ao longo do país, como é defendido no parágrafo anterior, foram dispersos em relação ao espaço e tardios em relação ao tempo, não conseguindo mobilizar um maior número de operários e camponeses e fazer evoluir as greves para formas mais avançadas de contestação ao regime.

Os anos quarenta são dos momentos mais difíceis para um Partido Comunista desorganizado, devido às sucessivas prisões de que era alvo o seu núcleo dirigente. A evolução que não se registou encontra aqui umas das causas para tal. Porém, as greves davam força à tese do PCP, analisada de seguida, de que o caminho para o derrubamento do regime seria executado através do “Levantamento Nacional”<sup>85</sup>.

## 2.2 A reorganização do PCP

O processo de reorganização do PCP inicia-se em 1940 com o retorno dos dirigentes do partido que tinham estado presos no Tarrafal e em Angra do Heroísmo. Com o regresso ao continente, Júlio Fogaça é tido como o dirigente mais antigo e com

---

<sup>84</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso*, Lisboa, Sétimo Volume, Círculo de Leitores, p. 365

<sup>85</sup> Cunhal, Álvaro (1997), *O Caminho para o Derrubamento do Fascismo - IV Congresso PCP*, Lisboa, Editorial Avante, p.28

maior notoriedade para levar a cabo esta reorganização. Com a saída da prisão em novembro de 1940, Álvaro Cunhal começa a sua caminhada dentro dos órgãos dirigentes do partido, acabando em 1942, com a prisão de Fogaça, novamente, por se tornar o líder deste processo, impulsionado também pela morte de Bento Gonçalves a 3 de setembro desse ano. “A reorganização do PCP, já antes o sugerimos, constituiria, efectivamente, um verdadeiro processo de cisão e refundação do partido, em clara ruptura – ainda que não assumida – com o que até aí existia, tanto do ponto de vista da linha de organização, da estratégia e da tácita política como até dos quadros dirigentes”<sup>86</sup>

A primeira reunião com o objetivo de reorganizar o partido tem lugar na Cova da Piedade, em 1940. A realidade do PCP era de “enormes dificuldades económicas e materiais nesta fase inicial da «reorganização»”<sup>87</sup>, contribuindo para tal as condições de precaridade ao nível dos fluxos de bens que Portugal estava a travar com o advento do início da guerra. Na conceção de Cunhal, “A debilidade da organização do Partido, que não ia além de contactos dispersos, a escassez de quadros, a delicada situação conspirativa (...) tornavam praticamente impossível o funcionamento dum organismo de direcção central muito mais amplo que o Secretariado”.<sup>88</sup>

As conceções que o partido vai adotar na questão de reorganização são da autoria de Júlio Fogaça, anteriormente mencionado, propondo a aproximação do PCP ao modelo de organização do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

A bolchevização do partido, através do modelo leninista, é conseguida com a aplicação de medidas inovadoras, “criação, como «espinha dorsal», de um quadro profissionalizado de funcionários clandestinos; montagem de uma rede de «pontos de apoio» e tipografias instalados em casas clandestinas; funcionamento de acordo com métodos conspiratórios rigorosos (compartimentação dos quadros e organismos, uso de pseudónimos, adopção de normas variadas de segurança, nas reuniões e deslocações,

---

<sup>86</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso*, Lisboa, Sétimo Volume, Círculo de Leitores, p. 381

<sup>87</sup> Pereira, José Pacheco (2001), *Álvaro Cunhal, uma biografia política*, Volume 2, Lisboa, Temas e Debates, p.345

<sup>88</sup> Comité Central do PCP (1960), *A tendência anarco-liberal na organização do trabalho de direcção*, Edições Avante.

etc...), e estruturação a partir das células de empresa como organismos de base.”<sup>89</sup>. Esta reorganização vai permitir uma implementação do partido no território nacional como nunca se tinha visto até então, alastrando-se e atraindo para os seus quadros não só proletários, mas também estudantes e intelectuais.

Este processo também esteve ligado à fundação, em 1943, do Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), a primeira organização unitária clandestina<sup>90</sup>. A criação do MUNAF marca a aproximação das várias forças que faziam parte da oposição ao regime. Sendo primeiro batizado como Conselho Nacional de Unidade Antifascista, o MUNAF era formado por personalidades que não estavam ligadas formalmente a nenhum partido, “como Bento de Jesus Caraça, António Sérgio ou Mário de Azevedo Gomes”, nem também a organizações políticas<sup>91</sup>.

Num primeiro momento, a grande unidade passou por uma fase de incómodo junto das forças oposicionistas não comunistas. O acordo feito com o PCP era necessário na perspectiva de, enquanto movimento de alternativa política ao regime, transparecer uma unidade, inexistente, que tinha argumentos sérios de coesão e responsabilidade para futuramente formar um governo legítimo, condição que fomentaria uma maior unidade política e menor probabilidade de confrontos pelo poder entre a oposição não comunista e as forças leais ao PCP. Para os comunistas, o acordo que levou à criação do MUNAF ia ao encontro dos interesses do partido, como força da oposição mais organizada seria mais fácil aglutinar e absorver as outras forças oposicionistas através de um organismo comum, liderando a transição de governo e tornando-se a voz principal em nome de toda a oposição. É interessante constatar, como faz Pacheco Pereira, que embora os comunistas tenham sido nos anos quarenta os

---

<sup>89</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso*, Lisboa, Sétimo Volume, Círculo de Leitores, p. 382

<sup>90</sup> Pereira, José Pacheco (2001), *Álvaro Cunhal, uma biografia política*, Volume 2, Lisboa, Temas e Debates, p.345

<sup>91</sup> “O Partido Comunista Português, a União Socialista, o Partido Socialista (Secção Portuguesa da Internacional Operária), o Partido Republicano Português, a Maçonaria (através de Dias Amado), a Confederação Geral do Trabalho e o grupo dos seareiros (Alberto Candeias), todos sob a presidência do general Norton de Matos, alto dignatário da Maçonaria e do Partido Republicano Português: praticamente o universo oposicionista de antes do fim da guerra”- Pereira, José Pacheco (2001), *Álvaro Cunhal, uma biografia política*, Volume 2, Lisboa, Temas e Debates, p.389

principais defensores das organizações unitárias, “nunca estiveram na vanguarda da sua criação”<sup>92</sup>.

Em março de 1943, o PCP elabora um programa de “unidade nacional”, como proposta para um futuro programa político do MUNAF, intitulado: “PCP - os «Nove Pontos» a realizar com o derrube de Salazar”<sup>93</sup>. O conteúdo da proposta do PCP tem algumas divergências com o comunicado que anuncia a existência do MUNAF em janeiro de 1944, optando por uma abordagem mais ligeira para derrubar Salazar contrapondo-se com a proposta comunista. O comunicado de 1944 enquadrava a organização no panorama internacional, afirmando que Portugal devia posicionar-se “ao lado das Nações Unidas”<sup>94</sup>, aproximando-se e comprometendo-se com a aliança Luso-Britânica, aspeto contrário às pretensões comunistas de reposicionamento internacional do país, depois da queda do Estado Novo.

Efetivamente, esta luta de poder encaminhou o MUNAF a não ter uma linha de atuação e organização comum. Como prova disso é o facto de até ao final do ano de 1945, o Conselho Nacional do Movimento só se ter reunido duas vezes, em dezembro de 1943 e em julho de 1944, revelando-se tremendamente inoperante. Resumindo, “(...) cada um procurava reforçar-se para discutir a sua influência no pós-salazarismo, sem que ninguém se entendesse sobre a forma de lá chegar, isto é, de apertar o regime – talvez porque a via para o fazer implicasse, desde logo, uma lógica de liderança diferente para o processo.”<sup>95</sup>

Naturalmente, em outubro de 1945, o MUNAF desaparece. No mesmo ano, as forças não comunistas acabam por criar, à margem do MUNAF, o Movimento de Unidade Democrática, levando, não oficialmente, o PCP a abandonar este tipo de movimentos.

---

<sup>92</sup> Pereira, José Pacheco (2001), *Álvaro Cunhal, uma biografia política*, Volume 2, Lisboa, Temas e Debates, p.345

<sup>93</sup> CC do PCP (1943), *9 Pontos-Programa para a Unidade Nacional*

<sup>94</sup> CNUAF (1944), *Comunicado a Povo Português*

<sup>95</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso*, Lisboa, Sétimo Volume, Círculo de Leitores, p. 389

## 2.3 Estratégias de transição política: PCP e a restante oposição

### 2.3.1 A política de transição no PCP

“(…) sendo a questão central que dividia a oposição a da hegemonia ou partilha do futuro poder, o problema que imediatamente dele decorria, separando águas e demarcando tácticas, era o da linha para o alcançar. Quem liderasse a luta vitoriosa para o derrube do salazarismo é que distribuiria as posições do pós-salazarismo.”<sup>96</sup>

É na década de quarenta, em 1943 e 1946, que ocorrem dois Congressos muito importantes para a definição da estratégia e política tomadas pelo Partido Comunista e que se iriam propagar nas décadas seguintes.

O III Congresso do PCP ocorre no ano de 1943 e conta com a presença de 19 militantes.<sup>97</sup> É neste Congresso que Álvaro Cunhal terá a sua primeira participação com algum mediatismo dentro do Partido. Cunhal apresenta o informe político “Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência”<sup>98</sup>, informe político este que vai definir durante praticamente toda a vida do Partido Comunista em ditadura as diretrizes e valores de modo a levar a cabo o Levantamento Nacional, ideia base e marcante do partido. Nele, Cunhal defende a “definição de um conjunto de objectivos políticos unificadores das forças antifascistas, desenvolvimento das lutas de massas na base de acções reivindicativas e do aproveitamento dos sindicatos nacionais, perspectiva de levantamento nacional com participação de uma parte das Forças Armadas”<sup>99</sup>.

Neste mesmo informe, com a II Guerra Mundial a acontecer ao mesmo tempo que o III Congresso, Cunhal coloca aos portugueses uma escolha inevitável a fazer. Tendo em conta que ao longo da Europa vários Estados fantoches eram criados à medida que as tropas alemãs avançavam, era colocada a questão a Portugal de se manter como Estado Independente ou ser uma “semi-colónia de potências imperialistas”. A escolha a fazer era então entre “a democracia ou o fascismo”. O Informe Político, já

---

<sup>96</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso*, Lisboa, Sétimo Volume, Círculo de Leitores, p. 391

<sup>97</sup> Pereira, José Pacheco (2001), *Álvaro Cunhal, uma biografia política*, Volume 2, Lisboa, Temas e Debates, p.289

<sup>98</sup> «Duarte» [Álvaro Cunhal] (1944), *Unidade da Nação Portuguesa na Luta pelo Pão, pela Liberdade e pela Independência. Informe Político do Secretariado do Comité Central ao I Congresso Ilegal do Partido Comunista Português. Tomo I – A Frente Única da Classe Operária*, Editorial Avante.

<sup>99</sup> Rosas, Fernando, José Maria Brandão de Brito (1996), *Volume 1 de Dicionário de história do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, p.175

referido anteriormente, vai definir a prática política do PCP no combate ao regime nos anos posteriores. Nele é possível vislumbrar a questão da “frente única”, que com o exemplo das greves que estavam a ocorrer por todo o país, Cunhal assumia que já estava constituída, “ nas mais variadas formas de luta da classe operária”<sup>100</sup>. De realçar que a futura frente única que Cunhal aborda seria constituída por várias fações do povo português, que realizaria a revolução, adicionando os povos das colónias portuguesas, que eram, na sua visão, aliados naturais do proletariado.

No entanto, a linha defendida por Cunhal no III Congresso acaba por cair em desuso com o relativo insucesso das greves de maio de 1944. As greves e manifestações que ocorreram acabaram por não levar a uma forma superior de luta. Com esta constatação, surge uma das primeiras organizações com fins armados, criada por membros do Partido Comunista e do MUNAF, os Grupos Antifascistas de Combate (GACs). Os GACs acabaram por não conseguir ter nenhuma ação concreta, muito pela pressão exercida pelo PCP para a sua dissolução, considerada um desvio na luta desenvolvida pelo Partido.<sup>101</sup>

Em 1946, tem lugar, na Lousã, o IV Congresso do PCP, o segundo na clandestinidade. É neste Congresso, já depois do fim da Segunda Guerra Mundial, que o partido vai debater qual será o melhor método e a forma de fazer cair o regime português. Nas palavras de Cunhal, “neste contexto, a pouco mais de um ano da vitória sobre o fascismo na Segunda Guerra Mundial, havia razões bastantes para o IV Congresso sublinhar que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) se encontrava na vanguarda da luta pela paz e pela liberdade dos povos”, que “a democracia caminhava no mundo”, que o PCP se propunha ser “o Partido da vitória antifascista, a grande tarefa na situação existente”. Cunhal não fica por aqui, acabando por se diferenciar do resto da oposição à ditadura, originando uma “Guerra Fria” dentro da própria oposição, afirmando que a luta de classes era uma realidade em Portugal e que essa luta tinha de ser o ponto de partida na prática política do governo que tomasse posse depois da queda do regime. Esta posição serve para separar as águas entre os

---

<sup>100</sup> «Duarte» [Álvaro Cunhal] (1944), *Unidade da Nação Portuguesa na Luta pelo Pão, pela Liberdade e pela Independência. Informe Político do Secretariado do Comité Central ao I Congresso Ilegal do Partido Comunista Português. Tomo I – A Frente Única da Classe Operária*, Editorial Avante,

<sup>101</sup> Pereira, José Pacheco (2001), *Álvaro Cunhal, uma biografia política*, Volume 2, Lisboa, Temas e Debates, p.464

oposicionistas ao Estado Novo pró-ocidente e pró-oriente, vincando a posição do PCP na questão da política internacional e nacional a enveredar com a modificação do *status quo* em Portugal. Para mais, argumentava que o apoio político dado pelo ocidente a Salazar e a compactuação com o mesmo, como era exemplo o acordo em relação à Base das Lajes nos Açores, mostrava que o único apoio que a oposição portuguesa podia contar no futuro era exactamente do bloco de leste.<sup>102</sup>

O enquadramento em que Portugal se posicionou com o fim da guerra, nomeadamente a sua pertença à OTAN, significava que as “democracias burguesas”, ainda nas palavras de Cunhal, eram coniventes com a ditadura por não exigirem uma mudança de regime com a contrapartida de o país se posicionar no leque de países que pertenciam ao bloco ocidental. “Essa base sólida é o conhecimento de que estavam no Poder nesses países forças ao serviço do capitalismo e que o capitalismo tem os seus interesses egoístas como determinante da sua política. Nada de admirar que, sendo a NATO declarada, na sua própria Carta, como «uma organização de países democráticos», tenha admitido Portugal havendo então em Portugal uma ditadura fascista.”<sup>103</sup>

É então que se discute o modo como a ditadura irá cair. O IV Congresso afirma que “Salazar e a sua camarilha pela força e só pela força se têm mantido no poder [...]. Para os derrubar será preciso o emprego da força”. O PCP declarava assim que a deterioração do regime só era possível com uma crise geral do sistema, graças ao “Levantamento Nacional”, embora admitisse que as condições ainda não estavam criadas e o caminho para levar à insurreição ainda tinha de ser percorrido.

Nos anos cinquenta, quando Álvaro Cunhal já se encontrava novamente detido e antes de concretizar com outros camaradas do partido a famosa Fuga de Peniche, o PCP tomou como política de transição a chamada “solução pacífica”, acreditando que “é possível uma solução pacífica do problema político português”<sup>104</sup>. A solução pacífica não era algo de novo, já que outros partidos comunistas da Europa Ocidental tinham tomado o mesmo caminho. Essa política de transição deveria ter “como objetivo

---

<sup>102</sup> Cunhal, Álvaro (1997), *O Caminho para o Derrubamento do Fascismo - IV Congresso PCP*, Lisboa, Editorial Avante, p.11

<sup>103</sup> Cunhal, Álvaro (1997), *O Caminho para o Derrubamento do Fascismo - IV Congresso PCP*, Lisboa, Editorial Avante, p.18

<sup>104</sup> Cunhal, Álvaro (1997), *O Caminho para o Derrubamento do Fascismo - IV Congresso PCP*, Lisboa, Editorial Avante, p.28



provocar «a degradação do fascismo», da qual resultaria a «queda pacífica» de Salazar, uma «saída doce» para a situação e a formação de «um governo de transição», «embora com elementos do fascismo e de correntes moderadas»<sup>105</sup>. O Partido percebeu que para ter o apoio dos países do bloco ocidental uma via revolucionária não era exequível, sendo necessário utilizar outra forma de derrube do regime. Era a “ideia de um golpe de Estado por cima”. Concluía assim, que “Para obter tal resultado, o Partido deveria pôr totalmente de lado a consigna do “levantamento nacional”, da “insurreição nacional contra o fascismo”, deveria deixar de falar e agir para a mobilização de massas. A sua orientação, propaganda e ação deveriam preocupar-se fundamentalmente em tranquilizar os não salazaristas, mesmo que fascistas”<sup>106</sup>.

Esta foi futuramente considerada uma viragem à direita por parte do Partido, entre 1956 e 1959, sendo retificada em março de 1961 numa reunião do Comité Central, demonstrando-se contra a retórica de “ (...) tal como pretendiam os liberais, aceitar apagar-se politicamente, congelar os movimentos de massas, moderar a sua linguagem «excessivamente de classe», eliminar, até, os seus símbolos distintos da imprensa, facilitando o derrube «suave» do salazarismo”<sup>107</sup>.

As conclusões que se retiram do desvio de direita por parte do partido, na reunião do Comité Central, são a da necessidade de alterar o rumo que o partido tinha seguido. A viragem à direita é considerada a adoção por parte do PCP de uma via oportunista, uma traição ao proletariado e aos camponeses, medida esta tomada pela “carência de quadros”<sup>108</sup>, que resultaram neste posicionamento do partido. Era necessário retomar a anterior posição do partido, junto das classes operárias, de modo a ressurgir a posição do PCP como expoente máximo do movimento democrático. Deste modo, na opinião de Cunhal, as consequências dessa política são, “ devastadoras para o

---

<sup>105</sup> Cunhal, Álvaro (1997), *O Caminho para o Derrubamento do Fascismo - IV Congresso PCP*, Lisboa, Editorial Avante, p.29

<sup>106</sup> Cunhal, Álvaro (1997), *O Caminho para o Derrubamento do Fascismo - IV Congresso PCP*, Lisboa, Editorial Avante, p.30

<sup>107</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso*, Lisboa, Sétimo Volume, Círculo de Leitores, p. 393

<sup>108</sup> «O Desvio de Direita do Partido Comunista Português nos Anos de 1956-1959 (Resolução do Comité Central do PCP)»

papel do PCP, da classe operária, da acção de massas, e do próprio caminho para o derrube do fascismo”<sup>109</sup>

De forma a perceber a posição de Cunhal, é necessário ter o plano internacional como base de apoio. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, surge uma orientação por parte de Estaline, líder da URSS, no sentido de desarmar os partidos comunistas do bloco ocidental. Estaline não queria que existissem motivos para ser criado um ambiente político em que fosse necessária a ingerência dos Aliados na área de influência soviética, propondo que a luta comunista fosse feita através do movimento de massas. Este ideário estendeu-se ao Partido Comunista Português. É esta a linha que Cunhal irá seguir e que só terá um interregno mais tarde, nos últimos anos da ditadura. Como Isabel do Carmo afirma no livro *Luta Armada*, o PCP ao longo dos anos de ditadura, principalmente depois de II Guerra Mundial, adotou a posição de fidelidade à URSS, afastando-se da concretização da insurreição ao regime. A defesa feita pelo PCP de que o caminho a tomar tinha como ator principal o “levantamento nacional”<sup>110</sup>, obriga à criação de ilusões dentro do partido pela constante inação verificada, devido à aliança com a linha política internacional de Moscovo. A contradição política do PCP é a razão de muitas deserções de militantes o que leva à criação de organizações de ação armada direta.<sup>111</sup>

Esta ideia ganha novo impulso com a morte de Estaline e a subida ao poder de Nikita Khrushchev, quando tem lugar em Moscovo o XX Congresso da URSS. Neste Congresso, Khrushchev defende a coexistência pacífica entre os dois blocos, admitindo que há lugar para existirem simultaneamente sistemas com métodos de produção distintos. Distancia-se das políticas tomadas pelo seu antecessor, “condenando os crimes cometidos por Estaline”<sup>112</sup> O Partido Comunista Espanhol (PCE) e o Partido Comunista Português elaboram um comunicado conjunto cujo conteúdo da mensagem era: “(...) consideram que na actualidade é possível uma mudança do regime fascista por um regime democrático nos dois países, sem necessidade de guerra civil, por meios

---

<sup>109</sup> Pereira, José Pacheco (2015), *Álvaro Cunhal, uma biografia política*, Volume 4, Lisboa, Temas e Debates, p.70

<sup>110</sup> Cunhal, Álvaro (1997), *O Caminho para o Derrubamento do Fascismo - IV Congresso PCP*, Lisboa, Editorial Avante, p.28

<sup>111</sup> Carmo, Isabel do (2017), *A Luta Armada*, Lisboa, Dom Quixote, p.447

<sup>112</sup> Gaddis, John Lewis (2007), *A Guerra Fria*, Lisboa, edições70, p. 115

pacíficos (...)”<sup>113</sup>, propondo um acordo entre as alas mais à esquerda e mais à direita contra o seu inimigo comum, em Portugal, Salazar e, em Espanha, Franco.

A política soviética com a chegada de Khrushchev é de tal maneira revolucionária em comparação com a da administração anterior que é um choque a nível interno, propagando o seu impacto a nível externo. As revoltas nas Repúblicas Soviéticas iniciaram-se na Polónia, difundindo posteriormente para a Hungria, “Khrushchev organizou o afastamento do poder do líder estalinista Matyas Rakosi”<sup>114</sup>, culminando no confronto entre tropas russas e húngaras.

### 2.3.2 A estratégia da oposição não comunista

A política de transição das forças não comunistas, durante o período da guerra e nos primeiros anos que se seguiram, ia em desacordo com a política de “levantamento nacional”, proposta pelo PCP. Temiam que no processo de derrube de regime, caso feito por intermédio de uma revolução ou de um levantamento popular, o país fosse afetado por um estado de anarquismo revolucionário que, encabeçado pelo PCP, levaria naturalmente a uma aproximação ao bloco soviético.

De modo a que esta transição não ocorresse, a alternativa apresentada seria o *putsch* militar, em aliança com o grupo de oficiais que estavam descontentes com o rumo do regime. Esta aliança iria promover uma pressão interna no presidente da República da altura, o general Óscar Carmona, que através de mecanismos constitucionais afastaria Salazar, dando início a um governo de transição com fins democráticos, distanciando-se da possibilidade de uma revolução e da criação de um Estado aliado à URSS. <sup>115</sup> Nos promotores desta iniciativa por parte da ala Republicana, destacavam-se nomes como Norton de Matos, João Soares, pai de Mário Soares, Mendes Cabeçadas e Tamagnini Barbosa.

Outra alternativa apresentada, dentro da possível transição pacífica, seria a realização de eleições. Esta opção era a que tinha mais licitude pelo facto de, à partida, podendo disputar umas eleições contra o candidato apresentado pelo regime, levar o próprio Estado Novo a reconhecer a legitimidade política para existir uma oposição. Este caminho demonstrava o início da abertura do regime a um modo mais avançado de

---

<sup>113</sup> Carmo, Isabel do (2007), *A Luta Armada*, Lisboa, Dom Quixote, p.450

<sup>114</sup> Gaddis, John Lewis (2007), *A Guerra Fria*, Lisboa, edições70, p. 116

<sup>115</sup> Rosas, Fernando, José Maria Brandão de Brito (1996), *Volume 2 do Dicionário de história do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, p.696

democracia, até então inexistente. “A iniciativa de construir o Movimento Unidade Democrática (MUD) – completamente à margem do MUNAF e do PCP – deve entender-se como fruto desta lógica”<sup>116</sup>.

Como o regime tinha de demonstrar aos seus aliados ocidentais uma democratização com o fim da II Guerra Mundial, o Estado Novo decide fazer eleições. A primeira tomada de posição do PCP é o boicote às eleições que, mediante a sua previsão, seriam uma burla democrática, perpetuando o Estado Novo quer a nível nacional, quer a nível internacional. O MUNAF, controlado pelo PCP, perdia importância na aglutinação da oposição em torno de si. Toda a ação tinha-se transferido para o MUD e, com isto, o PCP percebia que estava a perder terreno para o resto da oposição e distanciava-se cada vez mais da política de unidade que o partido defendia, apoiando a criação de uma lista única por parte da oposição. É neste contexto que se dá a aproximação do partido ao MUD, no final do ano de 1945.<sup>117</sup> Esta lista única, caso fosse aceite na corrida às urnas, colocaria os funcionários e simpatizantes do partido em risco, já que “ (...) naquilo que é a ilusão numa iminente legalização do partido, faz assinar o documento com o nome próprio e a profissão dos membros da comissão política do comité central do Partido Comunista Português.”<sup>118</sup>

Em maio de 1946, com a crescente influência do PCP dentro do MUNAF é constituída a Junta Militar de Libertação Nacional. Esta Junta, constituída pela ala mais à direita mas dissidente do regime, queria combater essa influência do PCP, estando nos seus quadros o general Norton de Matos, futuro candidato à presidência da República. A Junta Militar de Libertação Nacional tinha como objetivo fomentar um golpe misto entre civis e militares. Com quadros militares próximos da direção do Estado Novo, o Presidente da República, Carmona, chega a receber, sem dar conhecimento a Salazar, oficiais pertencentes à Junta. Os objetivos transmitidos ao Presidente, passavam por “Assegurar a S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da República a força necessária para a substituição do

---

<sup>116</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso*, Sétimo Volume, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 392

<sup>117</sup> Pereira, José Pacheco (2001), *Álvaro Cunhal, uma biografia política*, Volume 2, Lisboa, Temas e Debates, p. 579.

<sup>118</sup> Silva, Isabel Alarcão e (1992), *A génese do MUD e o Partido Comunista Português*, Lisboa, *in Vértice*, p.23.

Governo, sendo a força armada a garantia desse «manter a ordem», evitando que ela seja perturbada por quaisquer aventuras ou subversões.”<sup>119</sup>

A ação de derrubar o governo é marcada para o dia 10 de outubro de 1946. Esta acaba por falhar massivamente, adiada então para 10 de abril de 1947. Este adiamento deu tempo a Salazar para se preparar e conseguir desmobilizar, através de remodelações dentro do governo nos meses anteriores ao golpe. Com o fracasso do Junta, a PIDE começa a fazer várias prisões políticas nos meses posteriores, levando à desmobilização do movimento. Durante cerca de uma década não se voltaria a tentar fazer um golpe, recompondo-se o regime e controlando as forças armadas.

## 2.4 1949-1958: Entre eleições.

### 2.4.1 Na ótica do governo

O regime sai do ano de 1949 com o pleno controlo de toda a política interna. A sobrevivência e abafamento das tentativas da oposição alterar o governo mediante um golpe militar e posteriormente através de eleições transmitem, quer a nível interno quer externo, a ideia de que a legitimidade do governo nos tempos posteriores ao fim da Segunda Grande Guerra era plena e que a sua integração no novo plano internacional estava estabelecida. Prova disto é a revisão constitucional em 1951, que embora seja aprovada num contexto externo diferente da constituição de 1933, “o discurso anticomunista, corporativista, católico, nacionalista, ultramontano”<sup>120</sup> continuava a ser a doutrina seguida pelo Estado Novo. A sua base ideológica era preservada, bem como a forma de governo, não permitindo que a influência exterior afetasse a forma e a política nacional.

O grande inimigo antes da guerra continuava a ser o mesmo depois da guerra: o comunismo. O que se alterava eram os aliados, passando os Estados Unidos a ocupar o lugar cimeiro nas relações de Portugal com o exterior, em deterioramento da Grã-Bretanha. O presidente dos Estados Unidos da América, Dwight D. Eisenhower, afirma que “ditaduras deste género são necessárias em países cujas instituições políticas não

---

<sup>119</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso*, Lisboa, Sétimo Volume, Círculo de Leitores, p. 395

<sup>120</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso*, Lisboa, Sétimo Volume, Círculo de Leitores, p. 503

são tão avançadas como as nossas”<sup>121</sup>, o que era a confirmação de que o presidente da maior potência do Ocidente, do autodenominado mundo livre, era cúmplice na aceitação de que a democracia não era um sistema que estava ao alcance de todos os povos.

É também neste período que se começa a debater quem iria tomar o poder quando Salazar falecesse ou ficasse incapaz. O nome mais destacado para a tarefa seria Marcello Caetano. Professor universitário, Marcello Caetano contava com vasta experiência dentro dos órgãos de Estado: Ministro das Colónias entre 1944 e 1947, foi também presidente do partido único, a União Nacional, e manteve lugares de destaque no Banco Nacional Ultramarino e no Banco de Angola. A vasta rede de contactos que detém e a competência demonstrada são motivos que influenciam a sua notoriedade como possível sucessor, acrescentando a relação estreita que tinha com o novo presidente da República, o general Craveiro Lopes que assumiu o cargo deixado com a morte de Carmona.<sup>122</sup>

O termo “evolução da continuidade”<sup>123</sup> está muito ligado a este período. A evolução proposta por Caetano não ia contra a estrutura basilar do regime, com o intuito de alterar a forma corporativista do Estado. Era, sim, uma evolução suave e que não punha em perigo a sobrevivência do Estado Novo. “Corporativista convicto – continuará a advogar sem desfalecimento a extensão e aperfeiçoamento do sistema corporativo -, partidário sempre de um Estado forte, adversário ferrenho do liberalismo, da democracia parlamentar e do sistema partidário, a «abertura» política dos caetanistas entendia-se no quadro do regime vigente, expurgado dos seus vícios, dos seus abusos e das suas rotinas corruptas”<sup>124</sup>.

A resposta dada pelos salazaristas é criar as condições para que constitucionalmente a ascensão de Marcelo Caetano seja efetivada, garantindo o controlo por parte desta facção das forças armadas, o domínio da União Nacional e da doutrina política e social por esta defendida, o reforço da prevenção e repressão política, a exaltação de Salazar e a importância que teve e tinha no exercício do cargo de

---

<sup>121</sup> Antunes, José Freire (1992), *Kennedy e Salazar – O leão e a raposa*, Lisboa, Difusão Cultural, p.20

<sup>122</sup> Rosas, Fernando, José Maria Brandão de Brito (1996), *Volume 1 de Dicionário de história do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, p.110

<sup>123</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso*, Lisboa, Sétimo Volume, Círculo de Leitores, p. 505

<sup>124</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso*, Lisboa, Sétimo Volume, Círculo de Leitores, p. 506

Presidente do Conselho de Ministros. É nesta linha que surge uma tentativa de golpe de Estado parlamentar. Em Abril de 1951, com a cadeira vazia na Presidência da República, por morte de Carmona, Mário Figueiredo encabeça o golpe que tinha como fim delegar mais poderes a Salazar, com um propósito monárquico muito subjacente nos princípios desta iniciativa. As motivações a curto prazo eram: “ eliminar o risco de uma nova consulta por sufrágio direto, concentrar em Salazar os dois poderes presidenciais (a chefia do Estado e do Governo) e mantê-lo por tempo indeterminado nessas funções – uma espécie de «regente vitalício», como Franco se tornara à luz da lei de sucessão espanhola de 1947”<sup>125</sup>.

Esta iniciativa acaba por não ter uma conclusão positiva para o lado dos salazaristas, exatamente por causa de Salazar que tinha como máxima, anteriormente referida, quem tem as Forças Armadas, detém o poder, e fora informado de que as Forças Armadas se iriam opor à retificação deste intento. Por saber que a promoção de uma crise dentro de governo teria efeitos muito nocivos para si, decide promover então a eleição presidencial e desencoraja os promotores da iniciativa.

Como Fernando Rosas defende, Salazar tinha a noção de que existiam dois tipos de realidade. A primeira é que a facção que o apoiava em maior número, e que tinha uma grande cota-parte na sua permanência no poder, era a extrema-direita, responsável pela manutenção e ação no papel da repressão. Desprezar e abandonar este grupo seria o seu fim e o fim do regime. Por outro lado, delegar um maior poder a esta facção reduziria futuramente o Estado Novo à extrema-direita e os grupos mais moderados que compunham o Governo juntar-se-iam à oposição, na perspectiva de propor outra solução política. Consciente destes cenários, Salazar afirmava numa nota oficiosa a 5 de junho de 1951: “ Não podemos pensar senão em estar unidos e mais fortes [...] o que nos divide enfraquece-nos, e o que nos enfraqueça diminui-nos perigosamente ”, concluindo que “ não podemos dar-nos ao luxo de menosprezar quaisquer elementos que estejam dispostos a servir a Nação [...] para nos queixarmos depois que não nos compreendam, que nos abandonaram ”<sup>126</sup>

---

<sup>125</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso*, Lisboa, Sétimo Volume, Círculo de Leitores, p. 510

<sup>126</sup> Salazar, António de Oliveira (1967), *Discursos e notas políticas*, Volume V, Coimbra, Coimbra editora, p.150

Este tempo de união, de que Salazar fala, tem o seu expoente em 1955, com o convite que faz a Marcelo Caetano para ser o próximo Ministro da Presidência, tornando-se o número dois do governo, convidando também outros quadros que pertenciam à ala mais ligada a Caetano.

#### 2.4.2 Entre eleições, na ótica da oposição

Com o infortúnio do resultado das eleições de 1949, a oposição viveu anos de divisão e desmobilização. Com o início da Guerra Fria, as várias facções que compunham a oposição estavam de lados contrários da barricada na esfera internacional, o que impossibilitava a elaboração de acordos, na concretização de uma frente comum.

Neste período, até às eleições de 1958, a agitação popular é praticamente nula, realçando porém um dos acontecimentos que mais marcaram a história da oposição ao Estado Novo: o assassinato de Catarina Eufémia, que a 19 de maio de 1954 participava numa greve de trabalhadores agrícolas em Baleizão, distrito de Beja, sendo morta por um tiro disparado pela GNR, na tentativa de dispersar os grevistas. O seu exemplo seria futuramente utilizado e aclamado pelo Partido Comunista Português.<sup>127</sup>

Porém, a dissidência de vários membros do governo e a aparente cisão dentro do regime, muito personificada por Marcelo Caetano, dão mote a que exista, por parte da oposição, a crença de que a deterioração do regime estava a acontecer por dentro e que as suas fragilidades, mais tarde ou mais cedo, viriam ao de cima, facilitando assim a luta por parte dos grupos da oposição.

Depois das eleições de 1949 foi criado o Directório Democrato-Social. Constituído por antigos militantes do Partido Republicano Português e por dissidentes do Partido Comunista Português, este grupo tinha linhas ideológicas que iam diretamente contra o PCP, definindo-se, “ [...] basicamente pela sua adesão às democracias de tipo ocidental, pelo seu repúdio do comunismo e pela preocupação de estabelecer uma alternativa credível ao regime, capaz de ajudar a preparar uma evolução pacífica para o pós-salazarismo e assumir um papel decisivo”<sup>128</sup>.

---

<sup>127</sup> Rosas, Fernando, José Maria Brandão de Brito(1996), *Volume 1 de Dicionário de história do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, p.85

<sup>128</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso*, Lisboa, Sétimo Volume, Círculo de Leitores, p. 519



Em 1952, surge a possibilidade de efetuar uma conspiração *putchista*. Orquestrada por Henrique Galvão, David Neto, Mário Pessoa e, numa fase posterior, Humberto Delgado, o golpe acaba por ser descoberto ainda na sua fase de preparação e Henrique Galvão é preso. É com a tentativa deste golpe que, quatro anos mais tarde, em 1956, surge o convite a Humberto Delgado, então a viver nos Estados Unidos da América, para chefiar um movimento que estava a surgir de oposição ao regime.

### 2.4.3 Oposição Comunista

A oposição comunista, nos anos posteriores à eleição de 1949, passou grandes dificuldades políticas e organizativas, sendo exemplo disso a prisão de Álvaro Cunhal em 1949 e a expulsão de militantes que eram considerados pelo partido como traidores. Mário Soares era um desses nomes. É nestes anos que o partido tem, como foi dito anteriormente, a sua viragem à direita e, como tal, surge uma grande cisão, sendo a esfera internacional um rastilho importante nessa perpetuação.

Os acontecimentos que têm lugar neste período, no seio interno do Estado Novo, nomeadamente a influência crescente de Marcelo Caetano, promovem a ideia de que o governo podia cair internamente e de forma pacífica, aliando-se esta perspectiva, ao facto da própria URSS difundir a ideia de que os partidos comunistas da Europa Ocidental deviam adotar uma postura mais pacífica do que aquela defendida por Estaline, que morre em 1953.

Em setembro de 1957 tem lugar, no Estoril, o V Congresso do Partido Comunista Português, adotando uma nova orientação política, refletida no programa aprovado, “ [...] desaparecem o «levantamento nacional» e a «revolução democrática nacional» como objectivos estratégicos, substituídos pela «possibilidade de solução pacífica»<sup>129</sup>. De assinalar que é a primeira vez, pelo menos de um modo explícito, que o PCP declara que defende “ o reconhecimento incondicional do direito dos povos das colónias portuguesas em África à imediata e completa independência”<sup>130</sup>.

O desvio de direita por parte do PCP significa naturalmente uma aproximação à restante oposição, tornando-se clara no I Congresso Republicano de Aveiro, que tem como objetivo a união da oposição numa lista conjunta para a escolha dos deputados

---

<sup>129</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso*, Lisboa, Sétimo Volume, Círculo de Leitores, p. 522

<sup>130</sup> Costa, Ramiro da (1984), «O XX Congresso do PCUS e o PCP», in *Estudos sobre o comunismo*, n.º 3-4, pp. 8 a 14

para as eleições de novembro de 1957. Para a oposição não comunista, esta aproximação do PCP não era vista com bons olhos, “[...] representava um óbvio obstáculo à sua política de aproximação e entendimento com os dissidentes do regime visando o pós-salazarismo. E, efetivamente, este curto ensaio unitário será sol de pouca dura: na campanha para as eleições presidenciais de 1958, os liberais tratarão de não dar qualquer hipótese ao surgimento de um candidato único da oposição”<sup>131</sup>

## 2.5 As eleições de 1958 e a viragem na perspetiva da luta.

Só passados nove anos é que a oposição se uniu novamente em torno de um candidato que detinha o prestígio que Norton de Matos não tinha. Esse homem dá pelo nome de Humberto Delgado.

Humberto Delgado, em relação a Norton de Matos, provinha, não da oposição, mas de dentro da máquina do regime. O General, que tinha participado no 28 de maio em 1926, era uma figura ilustre do regime, com os cargos mais destacados de adido militar na Embaixada de Portugal em Washington em 1952 e, posteriormente, Chefe da Missão Militar na OTAN. As suas experiências no exterior são decisivas para a sua candidatura em prol de uma sociedade democrática, percebendo que o regime estava internacionalmente descontextualizado e que a solução para futuramente manter Portugal no bloco ocidental passava pela via de eleições, menorizando assim a possibilidade de uma revolução comunista e o reposicionamento do país na Guerra Fria.

A iniciativa de propor a Humberto Delgado a corrida à Presidência da República partiu de Henrique Galvão, que estava preso nesta altura. A 25 de outubro de 1957, Galvão recebe a visita de Delgado no Serviço de Propedêutica Médica do Hospital de Santa Maria, comunicando: “que tinha à sua frente o homem ideal para se candidatar à Presidência da República e atingir o regime no topo da pirâmide”.<sup>132</sup> Delgado aceita a proposta de Galvão, assumindo que avançando com a candidatura não era para seguir o exemplo de Norton de Matos e desistir à última da hora. Rapidamente, António Sérgio, grande pensador e político português, apoia Delgado, bem como Eduardo Santos Silva, antigo Presidente da Câmara Municipal do Porto e Ministro da I República, que reúne

---

<sup>131</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso*, Lisboa, Sétimo Volume, Círculo de Leitores, p. 523

<sup>132</sup> Rosa, Francisco Delgado (2015), *Humberto Delgado, Biografia do General sem Medo*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 205

um grupo de intelectuais portugueses, como por exemplo o seu filho, Artur Santos Silva, e Artur Andrade, criando um núcleo de apoio a Delgado na cidade do Porto.

A posição de Delgado desde o início da campanha era a de rutura total com o regime, negando-se a apresentar-se ao eleitorado como um “continuador renovador”, argumentando; “– Eu não estou aqui para fazer retoques. Eu quero mudar tudo!”. Passado um ano a fazer campanha na Cidade Invicta, dá provas dessa intenção ao discursar na Praça Carlos Antunes quando afirma ao microfone: “ – Povo do Porto! Chegou o momento da união dos portugueses. Não a União deles, mas a união de todos nós que nos encontramos aqui para dizer ao Governo: «Vão-se embora que já é tempo! Vão-se embora! Vão-se embora!»”<sup>133</sup>

As medidas do programa político de Delgado que propunham uma maior rutura com o regime eram: a reintegração nos quadros do Estado de todos os funcionários que tivessem sido afastados, bem como a amnistia a todos os presos políticos, salvaguardando a liberdade de expressão, de associação e reunião, não podendo o Estado prender sem culpa formada e a realização de eleições gerais depois de realizadas as eleições para a presidência.<sup>134</sup> Essa rutura, era vista aos olhos da PIDE como algo a evitar a todo o custo. Depoimentos registados por agentes da polícia política junto de militares de várias patentes sobre a candidatura do general não agoiravam nada de bom para o lado do regime, como por exemplo: “ – O Humberto Delgado é apreciado pelos americanos e não é para brincadeiras. Ele tem um grande valor e é um homem sem medo. Se o Governo puser qualquer entrave na sua eleição, ele saberá fazer despertar o Exército do estado letárgico em que se encontra neste momento e quase todos irão atrás dele para se acabar com isto que está.”<sup>135</sup>

O momento que marca a campanha do General foi quando, questionado por um jornalista sobre o que faria a Salazar se obtivesse a maioria de votos nas eleições Presidenciais, respondeu “Obviamente, demito-o!”<sup>136</sup>. Esta posição de total afastamento com o regime vigente fez com que uma certa áurea positiva se envolvesse em torno da

---

<sup>133</sup> Rosa, Francisco Delgado (2015), *Humberto Delgado, Biografia do General sem Medo*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 226

<sup>134</sup> Rosa, Francisco Delgado (2015), *Humberto Delgado, Biografia do General sem Medo*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 208

<sup>135</sup> Rosa, Francisco Delgado (2015), *Humberto Delgado, Biografia do General sem Medo*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 210

<sup>136</sup> Rosa, Francisco Delgado (2015), *Humberto Delgado, Biografia do General sem Medo*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 216

sua campanha, com o momento mais alto a 14 de maio, quando cerca de duzentas mil pessoas, dos quatrocentos mil habitantes do Porto, estavam à sua espera. “esmagaram tudo e todos e transformaram Humberto Delgado num ícone do século XX”<sup>137</sup>.

Este movimento populacional teve repercussões no resto do país: a 16 de maio, assistiu-se, em Lisboa, à maior manifestação que até então se tinha registado em tempo de ditadura.

O regime utilizou a violência de forma a dispersar os manifestantes e a desencorajá-los no apoio a Delgado, o que só teve a reação contrária, incrementando cada vez mais a sensação de um possível triunfo. Não tendo qualquer efeito a repressão, o regime tenta ir por outra via. Nas suas memórias, Delgado chega a afirmar que: “o governo preparava um plano astuto, pela qual tencionava reunir o Conselho de Estado a fim de me declarar não apto para concorrer às eleições, sob pretexto de ter sido responsável pelos distúrbios à ordem pública, que estiveram na origem do tiroteio da polícia contra a multidão. Então aquele órgão pronunciar-se-ia a favor do Dr. Arlindo Vicente, sabendo que a sua popularidade era muito menor que a minha e que tinha muito menos hipóteses de ganhar as eleições, garantindo assim a permanência no governo”<sup>138</sup>.

Por outro lado, a restante oposição, nomeadamente o Partido Comunista Português, tinha como candidato o Engenheiro Cunha Leal. Com o adiantar da campanha, perceberam que o único modo de conseguir alterar a situação do país através das eleições, era apoiar Humberto Delgado numa candidatura conjunta por parte da oposição, mesmo depois o terem apelidado de “general fascista”<sup>139</sup> pelo passado em congruência com o regime. Por isso, de modo a ganhar mais força, assistiu-se a uma espécie de reedição das eleições de 1949 com a união daqueles que estavam contra o Estado Novo.

Salazar percebia que uma oposição dividida era o melhor adversário que podia ter e, por isso, tudo tentou para levar a que as diferenças dentro da própria oposição

---

<sup>137</sup> Rosa, Francisco Delgado (2015), *Humberto Delgado, Biografia do General sem Medo*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 219

<sup>138</sup> Delgado, Iva, António Figueiredo (coord.) (2009), *Memórias de Humberto Delgado*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 106

<sup>139</sup> Ramos, Rui, Bernardo Vasconcelos Sousa, Nuno Gonçalves Monteiro (2015), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 677

tivessem maior importância, do que o combate ao seu regime. Porém, isso não se registou e assim, “o regime procurou impedir a união da oposição, mas ao ver que esta se tinha unido, resolveu aumentar a repressão: as atividades da oposição eram sistematicamente interrompidas pela PIDE, a censura redobrou a vigilância, centenas de apoiantes de Delgado foram presos e este foi impedido de ir a Braga”.

As eleições ocorreram a 8 de junho de 1958. Os eleitores que foram às urnas contabilizaram 999872, o que correspondia a 70,7% das pessoas que estavam recenseadas. Os números oficiais foram de 750733 votos para Américo Tomás, cerca de 75,8%, e 234026 votos, 23,6%, para o general Humberto Delgado.<sup>140</sup>

Com o fim das eleições, o regime tratou de reorganizar o país, depois dos vários tumultos que se tinham registado por causa delas. Primeiramente, demitiram o General do seu cargo de Diretor-Geral da Aeronáutica Civil. Depois, prenderam e torturaram vários partidários da candidatura de Delgado. Tal como tinha acontecido com as eleições nove anos antes, esta tinha sido uma oportunidade para o regime se aperceber daqueles que lhe faziam frente e que por norma não se mostravam publicamente. A 21 de junho, o General pede a impugnação das eleições tendo como base que: “o recenseamento era incompleto e facilmente acrescentável; a oposição viu recusada a cópia de cadernos eleitorais; a distribuição das listas foi dificultada à oposição e facilitada à União Nacional; foi impedido de fazer pessoalmente propaganda à sua campanha; foram cometidas irregularidades nas assembleias de voto; não foi permitida a fiscalização do ato eleitoral por elementos da oposição; foram exercidas coações, à boca das urnas, sobre os eleitores; os absurdos resultados da eleição que lhe deram a derrota no Porto, em Lisboa e em Viana do Castelo e a vitória em pequenas vilas e aldeias dos arredores daquelas cidades”<sup>141</sup>.

No ano seguinte, em 1959, Humberto Delgado é obrigado a exilar-se no Brasil. É com o seu exílio que a oposição democrática, que estava fora do país, encontra alguém que reúne consenso e pode liderar uma ofensiva externa ao regime, ampliada pela forma como nas várias ações de campanha, as populações receberam e ovacionaram o general. Na perspetiva do Partido Comunista Português, o exílio de

---

<sup>140</sup> Rosa, Francisco Delgado (2015), *Humberto Delgado, Biografia do General sem Medo*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 256

<sup>141</sup> Ferreira, A. (2006). As eleições no Estado Novo - As eleições presidenciais de 1949 e 1958. Revista da Faculdade de Letras, Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3412.pdf> [11 May 2019], pag 7

Delgado origina um braço de forças na disputa pelo lugar cimeiro da oposição ao regime no estrangeiro, algo que se veio a intensificar com a ida para o exílio, no ano seguinte, de Álvaro Cunhal.

Como foi abordado anteriormente, as eleições de 1958 são um dos atos, se não o ato, mais visível da oposição durante a ditadura. O general Humberto Delgado, embora derrotado, consegue mobilizar como nunca uma grande massa da população portuguesa em torno da sua candidatura. Apesar de não ter ganhos práticos, a sua campanha surge como exemplo, até 1974, de que através de mecanismos legais seria impossível conseguir derrubar o regime, não só pelos resultados deturpados das eleições mas também pela reação que o regime teve de forte repressão nos meses e anos seguintes, sendo exemplo a própria morte do general às mãos da PIDE, em 1965.

As vozes, que tinham anos antes defendido uma transição pacífica, rapidamente se calaram, percebendo que não existia dentro do próprio sistema que compunha o regime, abertura suficiente de forma a surgir um golpe palaciano ou uma transição ‘doce’, como anteriormente foi referido. As únicas posições que se mantiveram foram a do PCP, através do “levantamento nacional” e a do novo grupo que surgia nesta altura, mais ligado aos países ocidentais, tendo o general Delgado como líder, defendendo a utilização da luta armada como método para derrubar o regime. Embora tenha sofrido por parte de Salazar uma grande pressão para se exilar, Delgado opõe-se a essa ideia, numa primeira fase, criando, com base na estrutura que tinha permanecido aquando da sua campanha, o Movimento Nacional Independente (MNI), a 18 de junho do mesmo ano, apenas dez dias após as eleições, de modo a continuar a sua atividade política.

No ano a seguir às eleições, a 12 de março de 1959, tem lugar em Lisboa uma tentativa de golpe de estado, ficando para a história como Golpe da Sé. Esta ação, elaborada pela facção católica que tinha aderido à candidatura do general Humberto Delgado, tendo como figura de proa Manuel Serra, acaba por fracassar, sendo previamente detetada pela PIDE. O PCP apoia o golpe sem nele ter parte ativa. Porém, o golpe não tendo contribuído para o derrubamento do regime, “confirma a persistência de um potencial de rebelião nas Forças Armadas e a entrada em cena de uma nova geração anti-salazarista, em que é relevante a presença católica”<sup>142</sup>.

---

<sup>142</sup> Rosas, Fernando, José Maria Brandão de Brito (1996), *Volume 1 de Dicionário de história do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, p.179

Delgado acaba por não ter mais condições para se manter em território nacional, exilando-se em 1959 no Brasil. A principal tarefa do General era conseguir unificar os exilados numa frente comum, contactando vários grupos oposicionistas. É nesta altura que fixa um acordo com Emílio Herrera, líder do governo espanhol no exílio, com o objetivo de que a união das forças exiladas dos dois países da Península Ibérica teriam juntas maior projeção internacional e reconhecimento, bem como a capacidade para concretizar algum ato revoltoso contra as duas ditaduras. Efetivamente, esta união de esforços acabou por ter na prática uma ação em conjunto, que ficaria para a história como Operação Dulcineia.<sup>143</sup>

## 2.6 A Operação Dulcineia

Em 1959, o capitão Henrique Galvão encontrava-se preso em Lisboa. Numa ida ao Hospital de Santa Maria consegue fugir e pede asilo político à Argentina, refugiando-se na embaixada deste país. Com o asilo político concedido, parte para a Argentina de onde, pouco tempo depois, tenta pedir asilo ao Brasil, local em que se encontravam um maior número de emigrantes portugueses e onde existia uma maior probabilidade de continuar a sua ação contra o Estado Novo. O asilo não é concedido a pedido de Salazar e, a convite de outros exilados, Galvão parte para a Venezuela com o intuito de organizar a comunidade emigrante na perspetiva da insurreição. As promessas que lhe são feitas acabam por não ter resultado prático e Galvão percebe que a base organizativa que julgava ter à partida não existe.

No seu livro, *Assalto ao “Santa Maria”*, Henrique Galvão reflete sobre as possibilidades que tinha de luta, no momento em que se apercebe que está praticamente sozinho. Desta forma, admite que: “A solução em vista era fazer um pacto ibérico de oposição, dando mais força à causa de ambos. A maioria dos opositores espanhóis, eram contra uma ação direta e a favor de que algo a nível internacional aconteceria, para derrubar a ditadura”<sup>144</sup>. Esta conclusão surge após a análise de dois grandes entraves à luta que se propunha travar. O primeiro era o poder político, militar e financeiro que estava à disposição do inimigo e da forma como este o utilizava, além da posição neutral que ocupavam na política internacional. Outro grande entrave era a distância

---

<sup>143</sup> Rosa, Francisco Delgado (2015), *Humberto Delgado, Biografia do General sem Medo*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 290

<sup>144</sup> Galvão, Henrique (1973), *Assalto ao “Santa Maria”*, Lisboa, Edições Delfo, p. 142

geográfica e o Oceano Atlântico, que impediam de elaborar uma ação direta. “David, na sua luta contra Golias, tinha uma funda; nós, numa época em que as fundas modernas custam muito dinheiro, nem isso tínhamos. A nossa escolha era bem clara: ou descobríamos e tentávamos alguma forma de combate que equilibrasse esta luta de almas sem armas materiais contra poderosas forças materiais sem almas, ou teríamos que aceitar logo de início a derrocada das nossas esperanças”<sup>145</sup>.

A questão que surge de seguida é com que meios é que a luta podia ser efetuada e como. Para responder a estas questões, Galvão indica duas maneiras possíveis: as ditaduras serem atacadas no seu próprio território de um modo inesperado e, também, serem atacadas através da opinião pública internacional.

Relativamente a Portugal, Galvão era da opinião de que um ataque ao regime teria mais ganhos para a causa que defendia se fosse feito no seu ponto mais débil. Assim, decide que um ataque de surpresa e original num dos locais que compunham o império ultramarino português era algo mais concretizável do que no território continental. É nesta altura que Galvão lê num jornal que o paquete Santa Maria, propriedade do governo português, atracaria na Venezuela para deixar e ao mesmo tempo recolher passageiros, questionando-se: “ Porque não iniciar o levantamento contra as ditaduras num destes pedaços flutuantes que se deslocavam até onde nós estávamos, precisamente como outros levantamentos se iniciavam numa cidade ou em qualquer território fixo duma nação?”<sup>146</sup>

O efetivo dos participantes da ação em vista seria composto pelo então criado Directório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), contendo ao todo 23 homens que participariam de forma ativa, doze portugueses e onze espanhóis. O plano era assaltar o barco, pouco tempo depois de sair de águas Venezuelanas e encaminhá-lo para a ilha de Fernando Pó, para reunir recursos, entre eles armas, e por fim dirigir-se para Angola e aportar no Norte desta província ultramarina portuguesa, instalando aí uma espécie de governo provisório. “O Santa Maria seria, pois, o navio para a operação a que chamámos DULCINEIA porque também éramos românticos lutando por nossa dama – a Liberdade”<sup>147</sup>.

---

<sup>145</sup> Galvão, Henrique (1973), *Assalto ao “Santa Maria”*, Lisboa, Edições Delfo, p. 143

<sup>146</sup> Galvão, Henrique (1973), *Assalto ao “Santa Maria”*, Lisboa, Edições Delfo, p. 146

<sup>147</sup> Galvão, Henrique (1973), *Assalto ao “Santa Maria”*, Lisboa, Edições Delfo, p. 147



A operação acabou por não ter nenhum apoio, nem do Partido Comunista Português, nem do Partido Comunista Espanhol que se opunham veementemente à ação direta defendida por Galvão. O Conselho Patriótico que era pró-comunista, chegou mesmo a denunciar o DRIL às autoridades venezuelanas, acabando por não ter nenhum resultado prático, muito por causa do sigilo a que a ação estava sujeita.

A 22 de Janeiro de 1960, a operação entra em curso. O assalto acaba por originar um morto e dois feridos pertencentes à tripulação de oficiais do navio que se envolvem numa troca de tiros com os assaltantes. A tomada do navio acaba por levar a que toda a operação tome um rumo diferente daquele que estava pré-definido. Tinham de escolher entre duas soluções, “uma solução sentimental e outra utilitária, do que determinar qual das soluções seria a melhor, afinal, para todas as pessoas afetadas. Chegámos afinal a uma conclusão: os dois homens seriam postos em terra”<sup>148</sup>.

Posteriormente, numa entrevista a um jornal argentino, já depois da ação ter terminado e em tom de retrospeção, Galvão afirma que esta decisão demonstrava a falta de uma qualidade indispensável a um verdadeiro revolucionário, a de ser impiedoso, comprometendo a revolução pela sensibilidade a outros valores humanos, como a compaixão, pondo em causa a liberdade que poderia estar em jogo com a concretização do plano estipulado previamente. Os dois feridos são desembarcados na Ilha de Santa Lúcia, de modo a lhes serem prestados os cuidados médicos para lhes salvar a vida. Esta decisão acaba por ser fatal, como já foi dito anteriormente: o desembarque tinha uma grande probabilidade de ser as “migalhas” deixadas pelo Santa Liberdade (nome dado pelos revolucionários ao navio) facilitando a busca e o encontro com as autoridades policiais e militares dos países que estavam à procura do navio.

Nessa noite, ouvem na rádio um comunicado feito pelo governo americano a informar que a marinha inglesa e a marinha americana estavam à procura do navio que tinha sido tomado por piratas e que tinha a bordo vários cidadãos americanos. De modo a propagar na opinião pública internacional os verdadeiros motivos e princípios da operação, Galvão decide fazer um comunicado para a imprensa internacional defendendo: “ [...] Procuramos atingir objetivos políticos de natureza meramente democrática antitotalitária, opostos a todas as formas de governo arbitrarias. Procuramos não só o apoio dos governos de todos os povos do mundo, verdadeiramente

---

<sup>148</sup> Galvão, Henrique (1973), *Assalto ao “Santa Maria”*, Lisboa, Edições Delfo, p. 181

livres, mas também o reconhecimento desta parcela do território. Iniciámos a nossa ação sem auxílio político ou material de qualquer governo estrangeiro. Contámos apenas com a patriótica abnegação e sacrifícios pessoais das forças sob o meu comando e dos nossos companheiros na base de operações. Desembarcaremos os passageiros no primeiro porto neutro que garanta a nossa segurança e a do navio”. O comunicado tem então um pressuposto democrático, fornecendo também um princípio de legitimação eleitoral para ser efetuado, afirmando: “ Em nome do Conselho Nacional Independente de Libertação, presidido pelo General Humberto Delgado, que foi eleito Presidente da Republica Portuguesa mas fraudulentamente destituído dos seus direitos pelo Governo de Salazar, tomei e ocupei com forças sob o meu comando o navio Santa Maria, a primeira parcela liberta do território português”<sup>149</sup>.

Através das receções de rádio e através do comunicado, Galvão começa a ficar com a impressão de que a opinião pública começava a mudar a seu favor. A sua materialização ocorre aquando da discussão na Câmara dos Comuns, em Inglaterra, da razoabilidade da utilização de embarcações de guerra na procura do navio, ação pedida ao governo inglês por Salazar. O âmago da discussão estava focado em duas perspetivas: auxiliar um país aliado e que tinha pedido ajuda ao Estado Inglês, e quando fosse feita a captura do navio, entregar os revoltosos em Lisboa, de modo a serem julgados pela jurisdição portuguesa ou então, como defendia Hugh Gaitskell, líder do Partido Trabalhista, o Governo Inglês deveria efetuar as suas operações com base numa informação mais neutra do que aquela fornecida pelo governo de Lisboa, afirmando que não fazia parte da tradição inglesa perseguir e efetuar a captura de homens que estão a tentar libertar-se de um regime ditatorial. A conclusão será a retirada dos navios de guerra ingleses sob o pretexto de estarem com pouco combustível, sendo a perseguição interrompida.<sup>150</sup>

Em comunhão com esta posição, os Governos francês e holandês, que tinham também recebido um pedido de ajuda das autoridades portuguesas, preferiram abster-se. Corroborando com esta posição, o governo americano, através do Presidente Kennedy, reconhece que os revoltosos não são piratas nem passageiros amotinados, assegurando que o governo americano trataria esta situação como uma ação política. Esta decisão tinha como base o comunicado do Departamento de Estado dos Estados Unidos, que

---

<sup>149</sup> Galvão, Henrique (1973), *Assalto ao “Santa Maria”*, Lisboa, Edições Delfo, p. 193

<sup>150</sup> Galvão, Henrique (1973), *Assalto ao “Santa Maria”*, Lisboa, Edições Delfo, pp. 198,199

baseando-se em Green Hackworth, afirmava que “não há pirataria no caso de as pessoas que se revoltam contra um governo, limitarem as suas atividades à nação em causa”<sup>151</sup>

Estas decisões têm um forte impacto no governo de Salazar, que se sente impotente e isolado nas possibilidades que tinha para conter este problema o mais rapidamente possível. “O Governo português fez saber aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha a sua indignação quanto à situação que, pela sua atitude, aceitaram e confirmaram. Portugal apresentou fortes protestos ao Governo brasileiro instando-o a deter o navio e entregar Galvão à justiça brasileira”<sup>152</sup>

O Santa Liberdade é avistado pela primeira vez no dia 25 de janeiro, dois dias depois de começar a operação. O avistamento é feito por um cargueiro dinamarquês, que muito provavelmente comunicou o avistamento do navio e poucas horas depois tinha um avião militar americano a sobrevoá-lo, estabelecendo o primeiro contacto direto com o navio.

### 2.6.1 O fim da operação

O culminar da Operação Dulcineia dá-se com o primeiro avistamento e com a margem de manobra limitada que os Estados Unidos da América, a partir daqui, vão dar a Galvão.

Para perceber a conclusão da Operação Dulcineia, é de realçar que, na preparação da mesma, Henrique Galvão tinha-se reunido com Jânio Quadros, Presidente eleito do Brasil mas que ainda não tinha tomado posse, num hotel em Caracas. Na reunião, Jânio afirmou a Galvão que, como lembra Camilo Mortágua, presente neste encontro: “Capitão, que eu tome posse e pode contar com o meu apoio incondicional”<sup>153</sup>, significando que o Brasil, com o seu novo presidente, conferiria a Galvão apoio internacional e, caso a operação não tivesse o efeito desejado, um porto amigo para atracar o barco e solucionar esse problema futuro, e era este o caminho que a operação estava irremediavelmente a tomar.

É acordada com o Contra-Almirante Allen Smith uma conferência a bordo do Paquete. No torpedeiro em que seguia a bordo o Contra-Almirante, estavam vários jornalistas internacionais que queriam fazer a cobertura do acontecimento e, caso

---

<sup>151</sup> Galvão, Henrique (1973), *Assalto ao “Santa Maria”*, Lisboa, Edições Delfo, p. 199

<sup>152</sup> Galvão, Henrique (1973), *Assalto ao “Santa Maria”*, Lisboa, Edições Delfo, p. 234

<sup>153</sup> Carmo, Isabel do (2017), *A Luta Armada*, Lisboa, Dom Quixote, p.353

tivessem permissão, embarcar no paquete. Galvão permite a introdução dos jornalistas no Santa Maria, negando apenas a entrada de jornalistas portugueses e espanhóis por não existir uma imprensa livre nestes dois países, embarcando assim, mais de trezentos jornalistas no Paquete.

A conferência corre como expectável, existindo total sintonia no desembarque dos passageiros. Ocorre no dia 31 de janeiro, dia da tomada de posse de Jânio Quadros. Tendo em conta este aspeto, é acordado que o desembarque dos passageiros seja feito apenas no dia 1 de fevereiro, já com as totais garantias de que o novo Presidente do Brasil apoiaria Galvão e não procederia à retenção do navio em águas brasileiras, quando fosse efetuado o desembarque no Recife, local combinado pelas partes.

É nessa tarde que chega ao Santa Maria o total apoio por parte dos representantes do Ministério da Marinha e do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil, assegurando que após o desembarque dos passageiros, os rebeldes que seguiam no Paquete poderiam voltar para águas internacionais sem qualquer intervenção hostil das autoridades brasileiras. Esta posição era o reconhecimento por parte do Brasil do estatuto de beligerantes políticos o qual Galvão pretendia e que significava a conclusão da primeira fase da operação com êxito. De realçar, também, que é no final dessa mesma tarde que o general Humberto Delgado embarca no navio, conferindo à operação, caso ainda não tivesse, uma legitimação política com a sua presença.

Através da conversa que Henrique Galvão tem com Delgado, aquele perde todas as esperanças na continuação da operação depois de efetuado o desembarque dos passageiros. A possibilidade de conseguir o dinheiro necessário para reabastecer o navio e o recrutamento de nova tripulação eram, de acordo com o panorama atual, impossíveis, ficando a segunda fase da operação por concluir. Estas eram as duas opções dos revoltosos: “ 1) Podíamos voltar para águas internacionais, mandar os nossos homens abandonar o navio e depois afundá-lo com os comandantes da operação a bordo; 2) Podíamos entregar o navio às autoridades brasileiras e deixá-las decidir o que haveriam de fazer. Em caso algum o abandonaríamos a forças Salazaristas ou faríamos algo que implicasse rendição. Afundar o navio comigo e com Sotomayor a bordo, tornava-se bastante legítimo, devido à ordem de Salazar para afundar o navio em

caso de necessidade, ordem cuja execução teria causado muito maiores perdas de vida”<sup>154</sup>

A decisão recai na segunda opção. O Paquete Santa Maria atraca no Recife e os passageiros são aí desembarcados. Os revoltosos recebem asilo político por parte das autoridades brasileiras, como antes tinha sido acordado. Acabava assim a Operação Dulcineia, e Galvão, em título de conclusão afirma: “ [...] teremos demonstrado, perante representantes de duas grandes potências, que, até mesmo numa insurreição, a força combativa e a determinação não são incompatíveis com o respeito pelos direitos dos indivíduos”, concluindo, “ A primeira fase de uma série de operações visando a liberdade dos povos ibéricos está praticamente terminada. O mundo livre reagiu ao nosso movimento pela forma que esperávamos, seguindo o drama da Península com um interesse humanitário superior aos interesses políticos de certos governos”<sup>155</sup>.

---

<sup>154</sup> Galvão, Henrique (1973), *Assalto ao “Santa Maria”*, Lisboa, Edições Delfo, p. 259

<sup>155</sup> Galvão, Henrique (1973), *Assalto ao “Santa Maria”*, Lisboa, Edições Delfo, p. 261

### 3º Capítulo, As Organizações Armadas Revolucionárias.

O desfecho da Operação Dulcineia deixa em aberto duas formas de ler a conclusão da operação: primeiro, porque demonstra que uma ação contra o regime, mesmo feita com um oceano a separar o local de execução do território físico português, tinha capacidade para ter ganhos para o lado dos revoltosos. Em segundo, significava que a ordem internacional tinha acabado por ficar do seu lado e, portanto, numa perspetiva de médio a longo prazo, a perpetuação de ações deste género poderia levar finalmente à queda do regime, devido às fragilidades demonstradas por este e pelo real apoio internacional que tinha, quando era posta em causa a sua legitimidade como regime autoritário e ultramarino, o que efetivamente se colocou à prova.

O ano de 1961 acaba por ser o “annus horribilis”<sup>156</sup> para Salazar. Primeiro pela conclusão da Operação Dulcineia e pelo facto de o regime estar de braço dado com um novo paradigma internacional, nomeadamente as relações com os Estados Unidos da América que não consideraram Henrique Galvão e os seus companheiros como piratas internacionais, legitimando a sua ação política como um momento de libertação territorial e luta pela liberdade do seu país. O mesmo acontece com Jânio Quadros., o novo Presidente do Brasil, eleito a 3 de outubro de 1960, tomando posse no primeiro dia do ano seguinte. Quadros confere asilo político aos participantes na Operação, asilo prometido antes mesmo da operação se realizar e de ele tomar posse, “ É certo que essa mudança de orientação deveu-se à própria perspectiva de Quadros, em função dos interesses nacionais brasileiros e da evolução do sistema internacional”<sup>157</sup>.

Com a descolonização a ser matéria de grande foco nas instâncias internacionais, nomeadamente na Organização das Nações Unidas (ONU), Portugal é afetado exatamente pelo mediatismo desse discurso e as primeiras possessões ultramarinas que são postas em causa pertencem ao Estado Português da Índia. Os direitos humanos estavam na agenda da ONU, conquistando um maior protagonismo à medida que a organização amadurecia. Esta agenda não ia ao encontro da política interna portuguesa, na medida em que, os direitos humanos passaram ” a ser considerados como verdades

---

<sup>156</sup> Rosas, Fernando (2015), *Salazar e o Poder - A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta da China, p.248

<sup>157</sup> Gonçalves, Williams da Silva (2003), *O Realismo da Fraternidade: Brasil – Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, p. 236.

evidentes, a ideia de que a autodeterminação tornou mais vincada a exigência da transmissão de informações sobre os territórios não autónomos.”<sup>158</sup> Nesta altura, Portugal tinha somente três cidades em território Indiano, Goa, Damão e Diu, que se tornam tema de discussão em dezembro de 1960 na Assembleia Geral da ONU, estando do lado do Estado da Índia, numa primeira fase, uma minoria de países afro-asiáticos. Esta pressão internacional acaba por ter uma conclusão favorável para os indianos que, com a independência de outros territórios em África, nomeadamente o Congo Belga, decidem, em dezembro de 1961, invadir as três cidades ultramarinas portuguesas, tornando-as dependentes do Estado Indiano. Esta autonomia só será reconhecida por Portugal depois do 25 de Abril, retomando então as relações institucionais entre os dois países.

Com a alteração notificada da posição dos Estados Unidos perante os processos de descolonização ao redor do globo, Portugal é pressionado pelo embaixador dos EUA, Elbrick, a tomar uma política liberalizadora em relação às suas possessões coloniais e, ao fim e ao cabo, a modificar a política ultramarina. Esta posição era encabeçada pela nova administração norte-americana tendo J. F. Kennedy como seu presidente. “Washington insta por mudanças no sentido da autodeterminação e da independência das colónias, e afirma que, a não se verificarem, os EUA não poderão continuar a apoiar Lisboa na ONU. A 13 de Março, no Conselho de Segurança, pela primeira vez, o delegado americano, Adlai Stevenson, vota com os afro-asiáticos contra Portugal. E, a 15 de Março, a União dos Povos de Angola desencadeia os mortíferos ataques no Norte de Angola”<sup>159</sup>

### 3.1- A “Abrilada”

Esta instabilidade perspetivava que uma guerra de libertação tivesse lugar em Angola, por causa do exemplo de outros processos de autodeterminação que tinham como pano de fundo territórios ultramarinos de outras potências coloniais europeias. Assim, com a posição oficial dos EUA que declarava que o caminho político seria a descolonização e os acontecimentos que tinham tido lugar em Angola, uma força pró-

---

<sup>158</sup> Santos, Aurora Almada (2017), *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1960-1975*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, p.31

<sup>159</sup> Rosas, Fernando (2015), *Salazar e o Poder - A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta da China, p.249

reformista surge de dentro do núcleo duro do regime, chefiada por Júlio Botelho Moniz que detinha a pasta ministerial da Defesa. Além de Botelho Moniz, este núcleo reformista também era constituído por: “o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general Beleza Ferraz, o ministro do Exército (apesar de hesitante), coronel Almeida Fernandes, o subsecretário de Estado do Exército, tenente-coronel Costa Gomes, o chefe de Estado-Maior da Força Aérea, o general Albuquerque de Freitas, além dos comandos das regiões militares. Expectantes, neutrais, sem se quererem comprometer, o chefe do Estado-Maior da Marinha, almirante Sousa Uva, e o ministro do Interior, coronel Arnaldo Schultz. Fora do aparelho militar, Moniz conta com o activo apoio do general Craveiro Lopes e pensa em Marcelo Caetano, com o qual se chega a avistar, para futuro chefe do Governo, não obstante as reservas deste quanto ao processo golpista de afastar Salazar.”<sup>160</sup>

Os acontecimentos posteriores vão ficar para a história como a «Abrilada», estendendo-se, como diz o próprio nome, até 13 de abril de 1961. As pretensões desta tentativa de golpe estavam muito ligadas às posições internacionais que os EUA tinham feito chegar ao Governo Português. Porém, abriam uma via alternativa em relação à descolonização, defendendo uma progressiva autonomia que iria desembocar numa federação de Estados. O receio desta fação, que futuramente se viria a confirmar, é a incapacidade das Forças Armadas Portuguesas conseguirem estar presentes em tantos cenários de guerra. Portugal, tendo em conta os Estados Ultramarinos que detinha na altura, previa uma guerra que, considerando os recursos portugueses e os cenários de guerra estimados, se perspectivava numa derrota das forças portuguesas, cenário este previsto pelo futuro ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira: «Poderemos ficar à mercê de um ataque frontal com forças dispersas pelos quatro continentes, sem meios bastantes e com uma missão de suicídio da qual não seremos capazes de sair, uma vez que a política lhe não encontra solução nem parece capaz de a procurar»<sup>161</sup>. Era, portanto, a previsão de um futuro anunciado.

O golpe acaba por fraquejar. Américo Tomaz, Presidente da República à altura, acaba por não dar o seu apoio, determinante, para levar a revolta avante. O processo de renovação do regime não acontece, ficando Tomaz do lado de Salazar. A conclusão da

---

<sup>160</sup> Rosas, Fernando (2015), *Salazar e o Poder - A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta da China, p.250

<sup>161</sup> Nogueira, Alberto Franco (1977), *Salazar*, vols I e II, Coimbra, Atlântida, p.226



«Abrilada» tem como mensagem importante a natureza que compunha os quadros principais das Forças Armadas, concluindo por isso Fernando Rosas: “A elite mostrava-se definitivamente incapaz de enfrentar o regime que há muito a tutelava. Era a sua cultura: nunca aceitaria correr qualquer risco ao longo da história do Estado Novo para impor uma mudança. Salazar conhecia bem os seus generais”<sup>162</sup>.

Embora tenha conseguido virar o jogo a seu favor, o Presidente do Conselho acaba por admitir na esfera mais privada que “Desta vez foi por pouco” prosseguindo, o Professor Adriano Moreira que ouvira o ditador “desabafar que nunca se sentira tão perplexo em toda a sua vida política, e admitir que o General Moniz tinha na mão todos os comandos”<sup>163</sup>.

Salazar sai deste golpe de um modo triunfante. Por um lado, consegue afastar dos quadros militares e dos ministérios, as personalidades que tinham mostrando intenção de alterar o regime. Por outro, a decisão convicta que tinha da intervenção militar em Angola acaba por ocorrer, proferindo um dos seus discursos mais conhecidos, no mesmo dia em que se concluí a “Abrilada”, 13 de abril, “Se alguma explicação há a dar [...] essa é Angola [...] andar rapidamente e em força”<sup>164</sup>, afirmação que detém para a história o simbolismo do início da Guerra Colonial, significando posteriormente o início do fim do regime.

## 3.2- A Guerra Colonial

A Guerra Colonial, para além de um cenário de guerra em Angola, encabeçada pelas forças revoltosas da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), vai-se desenvolver em mais três campos de batalha: a 18 de dezembro, a União Indiana promove um ataque com uma força de quarenta mil homens às possessões portuguesas, nas quais estava presente um efetivo militar quase inexistente. Os portugueses não conseguem fazer frente a uma força de maior número e acabam por se render. A 23 de janeiro de 1963, começa um conflito armado na Guiné-

---

<sup>162</sup> Rosas, Fernando (2015), *Salazar e o Poder - A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta da China, p.254

<sup>163</sup> Rosas, Fernando (2015), *Salazar e o Poder - A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta da China, p.246

<sup>164</sup> Rosas, Fernando (2015), *Salazar e o Poder - A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta da China, p.253

Bissau, liderado pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e pelo seu líder histórico, Amílcar Cabral. Por fim, a 25 de setembro de 1964, na última possessão continental africana portuguesa, Moçambique, começa a guerra de libertação do povo moçambicano, liderada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)<sup>165</sup>.

Excetuando o conflito que tem lugar na Índia, todos os outros se vão prolongar ativamente até 1974, até ao fim do Estado Novo, a 25 de Abril de 1974. As independências seriam oficializadas com o início da era democrática portuguesa. Portugal reconhece o Estado Angolano, através do Acordo do Alvor, a 15 de janeiro de 1975. As relações diplomáticas com o Estado Indiano são reatadas com o 25 de Abril, passando oficialmente a administração das cidades, que outrora foram portuguesas, para a Índia. A 10 de setembro de 1974 a Guiné-Bissau, que já tinha declarado a sua independência unilateralmente a 24 de setembro de 1973, é reconhecida como Estado por Portugal. Por último, com os acordos de Lusaka, a 7 de setembro de 1974, Moçambique é reconhecido enquanto Estado a 25 de junho de 1975.

### 3.3 – O que se seguiu à Operação Dulcineia

Como já foi dito anteriormente, depois da Operação Dulcineia os seus intervenientes receberam asilo por parte do Estado Brasileiro. A conclusão que se podia retirar da operação dava-lhes força moral para quererem voltar a fazer ações revolucionárias contra o regime<sup>166</sup>.

O período imediatamente após o assalto ao Santa Maria é caracterizado pela incompatibilidade criada no relacionamento de Galvão e Delgado, que tinham visões antagónicas relativamente à liderança da operação e do movimento posterior. Humberto Delgado considerava que devia ser o líder da operação, quer do ponto de vista político, quer militar, enquanto que Henrique Galvão considerava possível ser ele o líder militar, apesar da diferença hierárquica entre ambos.<sup>167</sup> O expoente máximo desta animosidade dá-se quando Galvão, à revelia do Movimento Nacional Independente, organismo que tinha como presidente Delgado, elabora um abaixo-assinado em forma de ultimato,

---

<sup>165</sup> Rosas, Fernando, José Maria Brandão de Brito (1996), *Volume 2 de Dicionário de história do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, p.536

<sup>166</sup> Galvão, Henrique (1973), *Assalto ao “Santa Maria”*, Lisboa, Edições Delfo, p. 270

<sup>167</sup> Vaz, Luís (2012), *Palma Inácio e o Desvio do Avião (1961)*, Lisboa, Âncora Editora, p.61

dando trinta dias para o Governo Português entregar o poder a este organismo. O ultimato não tem qualquer efeito prático, sendo visto aos olhos de Delgado e daqueles que estavam mais próximos de si como um ato ridículo, exonerando assim Galvão, a 16 de setembro de 1961, do seu cargo de Secretário-Geral. A exoneração de Galvão é acompanhada pela suspensão de funções de outros membros que se tinham comprometido na assinatura do documento.

Neste cenário, com os homens que os rodeavam, decidem arranjar financiamento para conseguirem orquestrar alguma ação que ainda seria decidida no futuro, de modo individual.

Manuel Serra, companheiro próximo de Delgado, parte para a Europa na tentativa de arranjar financiamento junto das comunidades portuguesas emigradas. Serra entrou na Juventude Operária Católica (JOC) aos 17 anos. Em 1958 participa na campanha de Delgado, acabando por ser preso no ano seguinte mediante o fracasso do Golpe da Sé. Parte para o Brasil em 1960, elaborando uma fuga bem conseguida da prisão. Volta a encontrar o general Delgado no Brasil, estando implicado na ação do quartel de Beja. Foge para o sul do país, mas acaba por ser preso em Tavira, só sendo libertado em 1972, dez anos depois da sua prisão.<sup>168</sup> A sua tentativa de arranjar financiamento junto das comunidades portuguesas emigradas tem poucos frutos. O financiamento que consegue advém de sócios do Movimento Nacional Independente e de algumas Associações de Cultura e Beneficência registados no Movimento. Neste cenário desfavorável, apelam às Lojas Maçónicas Brasileiras o auxílio quer moral quer material para a causa em que a Maçonaria Portuguesa se empenhava, realçando o apoio mútuo entre os maçons portugueses e Delgado que surge não só legitimando de um melhor modo a própria causa, mas também definindo-se como o líder que se comprometia a derrubar Salazar<sup>169</sup>.

Em relação ao grupo de Galvão, sem a notoriedade e os contactos que o general dispunha, o grupo que estava ao seu lado acaba por ter de se financiar autonomamente,

---

<sup>168</sup> Vaz, Luís (2011), *Palma Inácio e o golpe dos generais (1947)*, Lisboa, Âncora Editora, p.126

<sup>169</sup> Prancha-circular com o «*Fraternal apelo dos Maçons Portugueses aos seus irmãos de todo o Brasil*»; Rio; 1961; Biblioteca Museu República e Resistência da CML; espólio do coronel Francisco Oliveira Pio.

não conseguindo qualquer empréstimo ou doação por parte de entidades ou personalidades que se encontravam exiladas.<sup>170</sup>

Embora estivessem os dois completamente convictos na ação para a queda do regime, não concordavam no método para o fazer. Delgado defendia que devia ser tomado o quartel de Beja e posteriormente rumar ao Algarve, isolando esta região do país. Galvão tinha um plano praticamente idêntico, porém era de opinião que uma operação deste género teria melhores frutos se fosse feita no norte do país. Nos dois planos originais, estava inserida a ideia, que viria dar lugar à Operação Vagô, de desviar um avião de modo a lançar impressos “tipo ordem de batalha, que apelavam à insurreição e forneciam à população instruções sobre cortes de árvores para inviabilizar acessos, fabrico de *cocktails molotov*, apelos à mobilização e apoio às tropas revoltosas a actuar no palco das operações em terra”<sup>171</sup>

Com o impasse criado, devido à má relação entre Galvão e Delgado, são os “operacionais” que estavam ligados quer a um grupo e a outro que tiveram de se entender. Elaboram um documento com o compromisso de honra em que assumiam e desenhavam a operação a levar a cabo. Quem assume coordenar as operações é Manuel Serra, ligado a Delgado, Camilo Mortágua e Palma Inácio, ligados a Galvão. Este último, Hermínio de Palma Inácio, fora recrutado nos meses anteriores. Palma Inácio, em abril de 1947, participa numa ação orquestrada por quadros pertencentes à Força Aérea. Depois deste golpe é obrigado a ir para a clandestinidade, sendo preso pouco tempo depois. Evade-se da prisão em maio do ano seguinte, fugindo para os Estados Unidos. Depois de estar mais de uma década em solo americano, por problemas no seu visto e com a possibilidade de ser deportado para Portugal, decide ir viver para o Brasil onde entra em contacto com o grupo de Henrique Galvão, acabando por o integrar através de Mortágua. Ficou para a história como uma referência essencial na luta contra o regime, considerado por Natália Correia como o último grande herói romântico português.<sup>172</sup>

---

<sup>170</sup> Vaz, Luís (2012), *Palma Inácio e o Desvio do Avião (1961)*, Lisboa, Âncora Editora, p.24

<sup>171</sup> Vaz, Luís (2012), *Palma Inácio e o Desvio do Avião (1961)*, Lisboa, Âncora Editora, p.62

<sup>172</sup> Vaz, Luís (2012), *Palma Inácio e o Desvio do Avião (1961)*, Lisboa, Âncora Editora, p.45

### 3.4 – A Operação Vagô

É então decidido que seria feita a aglutinação dos dois planos originais. Os dois planos, a operação Vagô de Galvão e a operação Íkaro de Delgado, são juntos num só.<sup>173</sup> Oriundos do Brasil, rumam a Marrocos, país que servia de base de operações devido à aproximação geográfica e ao facto de não correrem perigo de serem extraditados. Delgado fixa-se em Casablanca e Galvão em Tânger. Vagô e Íkaro eram os nomes que tinham a liberdade como fim.

O plano estava marcado para o início de novembro de 1961. Um comando entraria clandestino em Portugal, preparando a operação terrestre. Quando o planeamento estivesse concluído, seria comunicado ao comando que tinha ficado em Tânger para avançar com o desvio do avião. Depois do avião lançar os panfletos no intuito da insurreição, seria executado o resto do plano. O conteúdo dos panfletos acabou por ser alterado. Com a data remarcada de 9 para 10 de novembro de 1961, dois dias antes das eleições para a Assembleia Nacional, o Comando achou por bem que a matéria tratada no texto que compunha o informe fosse alusivo exatamente a esse ato eleitoral.

Numa primeira parte, Galvão, que escreveu o conteúdo do texto, propunha que fossem boicotadas as eleições, rasgando as listas, propondo desta forma um outro tipo de manifestação eleitoral, “protestando de todas as formas abertas ou clandestinas ao vosso alcance, impedindo o exercício do acto eleitoral de qualquer maneira, mostrando pela vossa repulsa que votais assim pela abolição do Estado Novo e destituição do seu tirano”.<sup>174</sup> Prosseguia, com uma mensagem muito idêntica à do “Levantamento Nacional”, proposta pelo Partido Comunista, afirmando que: “A PIDE poderá prender e exercer violência sobre 100 ou 1000 homens, mas será impotente contra 10000 que se manifestarem”<sup>175</sup>. De notar que, embora a Guerra do Ultramar já tivesse tido início em Angola, meses antes da operação, já era matéria utilizada contra o regime no prenúncio

---

<sup>173</sup> Vaz, Luís (2012), *Palma Inácio e o Desvio do Avião (1961)*, Lisboa, Âncora Editora, p.63

<sup>174</sup> Panfleto lavrado por Galvão em nome da Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres no Estrangeiro (FAPLE) e despejado sobre Lisboa, Barreiro, Beja e Faro, a partir do avião desviado.

<sup>175</sup> Panfleto lavrado por Galvão em nome da Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres no Estrangeiro (FAPLE) e despejado sobre Lisboa, Barreiro, Beja e Faro, a partir do avião desviado.

de que esta era uma guerra sem vitória possível e que o seu prolongamento significava a perda de muitos jovens portugueses, os sacrificados. Galvão não vai esquecer, também, a autodeterminação dos povos ultramarinos, defendendo que só num ambiente de paz é que a questão colonial será resolvida. Concluindo a ideia, afirma que o mundo livre está com a causa que representa e não com o Estado Novo. A última ideia que achamos importante de realçar é de que: “De outra maneira, será a queda na miséria total, ou no comunismo que espreita para se instalar”.<sup>176</sup>

É reforçada, portanto, a posição política do movimento e o posicionamento global em que se enquadrava. O inimigo declarado era o Estado Novo mas o comunismo também o era, afirmando que só existiam três futuros possíveis, dois passando pela miséria, com a continuação de Salazar no poder ou, então, através de uma revolução comunista, “que espera para se instalar”<sup>177</sup>. O movimento Frente Antitotalitária de Portugueses Livres no Exílio (FAPLE) era, portanto, o terceiro futuro proposto aos portugueses, e entre eles o único que seria próspero para Portugal e para o seu povo, um futuro que passaria por uma lógica democrática, ao estilo do que se praticava na Europa Ocidental e nos Estados Unidos.

A 10 de novembro de 1961, Camilo Mortágua, Hermínio de Palma Inácio, Amândio Silva, Maria Helena Vidal, Fernando Vasconcelos e João Martins embarcam num avião da Transportadora Aérea Portuguesa (TAP) no aeroporto de Casablanca com destino a Lisboa.

Cerca de uma hora depois de levantar voo, já em território nacional, Mortágua e Palma Inácio dirigiram-se à cabina de navegação identificando-se e informando que a chefia do avião estava agora nas suas mãos. De seguida, comunicaram aos dois pilotos qual era o plano de voo, que passaria por sobrevoar a baixa altitude as cidades de Lisboa, Barreiro, Beja e Faro e largar os já referidos panfletos, ao todo cem mil. A Operação acaba por ser realizada com enorme sucesso: são cumpridos todos os seus objetivos e estava assim iniciada a reação em cadeia que tanto almejavam – e que seria, posteriormente, continuada com o assalto ao quartel de Beja. A Operação Vagô fica

---

<sup>176</sup> Panfleto lavrado por Galvão em nome da Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres no Estrangeiro (FAPLE) e despejado sobre Lisboa, Barreiro, Beja e Faro, a partir do avião desviado.

<sup>177</sup> Panfleto lavrado por Galvão em nome da Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres no Estrangeiro (FAPLE) e despejado sobre Lisboa, Barreiro, Beja e Faro, a partir do avião desviado.

para a história não apenas, mas também, por ter sido o primeiro desvio de um avião civil por motivos políticos na história da humanidade.<sup>178</sup>

Os dias seguintes à operação são dias de braço de ferro com as autoridades marroquinas. O governo marroquino, na tentativa de não deteriorar as relações com o Estado Português, tenta ver-se livre dos ocupantes do avião. Várias tentativas de repatriamento foram feitas sem sucesso. O destino destes revolucionários acabou por ser, primeiro, o Senegal e posteriormente o Rio de Janeiro, onde passaram os meses seguintes.

### 3.5 – A Operação Íkaro

Entretanto, Manuel Serra, Raul Marques e José Silva Graça entraram clandestinamente em Portugal para preparar a Operação Íkaro. Depois de ser feita a prospeção no terreno e avaliadas as possibilidades que existiriam de serem bem sucedidos na operação, Marques e Graça são de opinião de que, a curto prazo, um movimento nacional não iria vingar. Serra era de opinião contrária e continua os preparativos, aliando-se a Varela Gomes.

Na madrugada de 1 de janeiro de 1962, dá-se o Assalto ao Quartel de Beja. Os implicados na operação provinham de vários setores da sociedade. Civis, alguns intelectuais e militares tinham parte ativa na ação, estando programada, depois de ser feito o assalto ao quartel, a distribuição das armas roubadas a camponeses e trabalhadores rurais, com o objetivo de executar um levantamento populacional de todo o sul do país, Alentejo, Algarve e Ribatejo, com o desejo de propagar o movimento para outras regiões de Portugal.<sup>179</sup>

A revolta acaba por falhar. O mérito está muito ligado ao nome de Henrique Calapez. O major conseguiu controlar os revoltosos através de uma troca de tiros, sendo necessária a retirada de Manuel Serra e dos seus companheiros. A PIDE conseguiu

---

<sup>178</sup> Pista73. (2006). Foi há 50 anos a história do primeiro desvio de um avião comercial - Pista73.com. [online] Disponível em: [https://www.pista73.com/temas/navegacao-aerea/foi-ha-50-anos-a-historia-do-primeiro-desvio-de-um-aviao-comercial/?fbclid=IwAR0zjEFNbDfwXTsuWt\\_rzThAVfAp-8rnhrX8O9bjzcnVRvhgnQAZm6jBUw](https://www.pista73.com/temas/navegacao-aerea/foi-ha-50-anos-a-historia-do-primeiro-desvio-de-um-aviao-comercial/?fbclid=IwAR0zjEFNbDfwXTsuWt_rzThAVfAp-8rnhrX8O9bjzcnVRvhgnQAZm6jBUw) [24 Oct. 2019].

<sup>179</sup> Santos, José Hipólito dos (2011), *Felizmente Houve a LUAR*, Lisboa, Âncora Editora, p. 37

identificar e prender a maior parte dos implicados no assalto. Delgado, que se tinha dirigido clandestinamente a Portugal, consegue fugir, retornando a Marrocos.

### 3.6 – LUAR

Embora o grupo mais próximo de Delgado tivesse sofrido uma forte repressão por parte da PIDE, os responsáveis pelo desvio do avião continuavam no Brasil. Camilo Mortágua, um dos membros do grupo do DRIL, afirmou numa entrevista que o estado de espírito era: “estamos no Brasil, queremos continuar o nosso trabalho, mas não vale a pena pensar que é aqui no Brasil que vamos influenciar a queda do regime”. Com a noção de que não podiam dar a sua cota parte para ferir o regime estando no Brasil, decidem então agir, “Eu, o Palma e mais dois, Viegas Aleixo e o Júlio Alves, decidimos vir para a Europa. Ir para França porque era lá que a juventude e a emigração estavam, era lá que se podia recrutar gente. E aí, viemos para Paris”<sup>180</sup>. Esta decisão também é estimulada pelo golpe de militar em abril de 1964, derrubando o então Presidente do Brasil, João Goulart.

Camilo Mortágua e Júlio Alves chegam a França em 1965 e começam a trabalhar na construção civil. Palma Inácio, que entretanto tinha criado uma empresa de comercialização de peças para a aviação, fica mais uns meses no Brasil na tentativa de juntar mais dinheiro, e parte para França no ano seguinte. O principal objetivo desta mudança era a de trabalhar com emigrantes que proviessem do operariado português em França, que pertencessem, por exemplo, aos setores da construção civil e da indústria metalomecânica, de modo a criar uma organização política e revolucionária. Na tentativa de não serem criadas condições para a infiltração por parte de agentes da PIDE, colocaram de parte a possibilidade de recrutar estudantes e intelectuais portugueses que residiam, em maior número, no Quartier Latin, decisão esta que acabou por não ter efeito nos meses seguintes. É neste período que o grupo, formado por Palma Inácio, Camilo Mortágua, António Barracosa e Luís Benvindo, começa a preparar o que viria a ser a Operação Mondego.

António Barracosa, natural de Faro, tinha emigrado para Paris em 1965. Com actividade política desde a sua juventude, é mobilizado para o serviço militar, chegando ao grau de sargento miliciano, seguindo posteriormente para a Guiné. Três meses após a

---

<sup>180</sup> Carmo, Isabel do (2017), *A Luta Armada*, Lisboa, Dom Quixote, p. 114



sua chegada a África, Barracosa deserta do exército, fugindo para a base do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), o que lhe possibilitou o contacto direto com Amílcar Cabral, elemento que teve forte impacto durante os seus anos de vida na clandestinidade. Parte para Argel e ao fim de seis meses rumo a Paris, já que o ambiente então existente não era propício para a criação de uma organização revolucionária dentro da oposição portuguesa aí estabelecida. É através dele que Luís Benvindo, também natural de Faro, conhece o restante grupo, emigrando para França depois de saber da chegada de Barracosa a Paris.

### 3.6.1 – A Operação Mondego

A Operação Mondego ocorre no dia 17 de maio de 1967. Parte da constatação que era necessário ter ao dispor dos revoltosos largos recursos económicos, permitindo que os seus esforços fossem todos focados na luta armada. Não tendo por detrás nenhum partido ou organização política, as possibilidades de arranjar esse financiamento eram limitadas. Ocorre então a ideia de que a melhor forma de obter esses meios económicos seria através do Estado Português, com um assalto. Esse assalto significaria não só a obtenção desses recursos, mas também um ataque direto ao regime autoritário.

A Operação inicia-se com a entrada clandestina do grupo em Portugal. Correm o país de Norte a Sul de forma a escolher qual seria o melhor sítio para fazer um assalto a uma das sedes do Banco de Portugal. Obtiveram então o contacto de um homem que era natural e vivia na Figueira da Foz e que, através de um familiar, sabia que no final do mês, em certos dias, estava no Banco de Portugal da Figueira da Foz dinheiro para pagar salários. A base aérea que foi escolhida para poder fazer a fuga pelos ares foi o aeródromo de Cernache, que ficava a cerca de 30 km da Figueira da Foz. Por outro lado, Mortágua ficou com a preparação da fuga, tendo de arranjar um sítio ao pé da fronteira entre Portugal e Espanha para conseguir aterrar um avião e arranjar transporte que os levaria posteriormente de Espanha para Paris.

A operação esteve marcada várias vezes, já que quando chovia, não se podia realizar, pois a pista do aeródromo de Cernache era de terra batida, o que tornava impossível a descolagem do avião. Quando isto acontecia, todo o dispositivo tinha de ser informado, ou seja, todos os grupos de operação, desde os que tinham alugado os carros em Sagres, passando por um homem que tinham contratado para os avisar se

havia ou não uma brigada da Guarda Nacional Republicana na ponte do rio Guadiana, como também as pessoas contactadas para lhes entregar os carros que lhes permitiriam a fuga para Paris. Era, portanto, muito complicado conseguir estar constantemente a contactar todas estas pessoas e conseguir desmarcar toda a operação.

A 17 de maio de 1967, o assalto perpetrado rendeu vinte e nove mil contos, que hoje em dia, com dados da Pordata, corresponde a cerca de dez milhões de euros.<sup>181</sup>

É durante esta operação que nasce efetivamente a organização que ficaria para a história com o nome de Liga de Unidade e Acção Revolucionária, LUAR, nome dado por Emídio Guerreiro. Natural de Guimarães, Emídio Guerreiro era uma figura muito conhecida no núcleo de oposição ao Estado Novo estabelecido em Paris. Ao todo viveu exilado mais de quarenta anos, participando em vários cenários políticos e militares contra governos autoritários e fascistas em Portugal, Espanha e França. Participou pelo lado dos Republicanos na Guerra Civil Espanhola e depois, já durante a Segunda Guerra Mundial, alista-se nas fileiras da Resistência Francesa contra a ocupação Nazi em Toulouse. Com o fim da Grande Guerra, exerce a docência no colégio Lycée Janson-de-Sailly, lecionando até ao 25 de Abril. Cria, em 1954, o Comité para as Liberdades de Portugal, com o intuito de denunciar os crimes cometidos por parte da ditadura portuguesa e, em 1959, torna-se representante, em Paris, do General Humberto Delgado.

O grupo, que realizou o Assalto ao Banco da Figueira, teve contacto com Emídio Guerreiro tempo antes de efetuar a operação. Porém, como Guerreiro não se queria comprometer efetivamente com nenhuma ação, Palma Inácio e os restantes acabaram por agir à revelia deste. Foi, portanto, já depois de atravessar a fronteira entre Espanha e França, que ao parar numa área de serviço, são confrontados com uma entrevista dada por Guerreiro ao jornal francês *Le Monde*, afirmando que a ação que tinha acontecido no dia anterior tinha sido levada a cabo pela LUAR, nome então desconhecido para os operacionais. O entrevistado afirmou, posteriormente, que a entrevista dada tinha como objetivo protegê-los politicamente e reivindicar o assalto como uma ação política contra uma ditadura, preservando a sua integridade política e física contra os possíveis problemas jurídicos que a justiça francesa podia colocar. Como é referido no comunicado posteriormente enviado para os órgãos de comunicação a nível

---

<sup>181</sup>PORDATA - Base de Dados de Portugal. [online] Disponível em: [https://www.pordata.pt/Portugal?fbclid=IwAR1PB1sDMrR\\_EHv9dEVH4R75Urg3eIhid5JamdgauTM95Z77beoL38U92wnA](https://www.pordata.pt/Portugal?fbclid=IwAR1PB1sDMrR_EHv9dEVH4R75Urg3eIhid5JamdgauTM95Z77beoL38U92wnA) [10 Set. 2019].

internacional, o objetivo da operação era o “financiamento da organização e preparação do movimento revolucionário” que teria como principal propósito pôr termo “definitivamente ao despotismo salazarista”<sup>182</sup>.

Emídio Guerreiro seria uma peça chave nesta operação, uma vez que garantia poder assegurar “a cobertura política” da operação, trabalhando “para encontrar um local seguro onde pôr o dinheiro de maior dificuldade em cambiar e também para abrir contas na Suíça, e depositar os cerca de 4700 contos em notas correntes, muito dinheiro nessa época”<sup>183</sup>, o que correspondia a cerca de dois milhões de euros, a preços actuais<sup>184</sup>. A maior parte das notas furtadas eram notas novas, ou seja, eram notas que ainda não tinham entrado em circulação e das quais o Banco de Portugal, pouco depois do assalto, denunciou os números de edição, de modo a não serem possíveis de transacionar ou trocar em qualquer banco nacional ou estrangeiro. É então decidido contactar especialistas financeiros, de forma a conseguir resolver a situação. Palma Inácio viaja para os Estados Unidos e Camilo Mortágua para Israel, mas nem um nem outro têm sucesso.

### 3.6.2 – A estruturação da LUAR

Com a criação da LUAR, era então necessário organizá-la compondo os vários órgãos diretivos da mesma. Os órgãos criados são: o Conselho Superior, o órgão de decisão política, de relações internacionais e de aprovação a projetos de ações a desencadear, ou outras iniciativas por parte dos membros. Subordinado a este Conselho, seria criada uma Comissão Financeira e um Comité Militar, presidindo Palma Inácio a este último, mas também estaria presente na Comissão Financeira, partilhando a presidência com Emídio Guerreiro que assumiria o cargo máximo no Conselho Superior.<sup>185</sup>

É no primeiro comunicado, anteriormente já enunciado, que os objetivos políticos da LUAR para Portugal são declarados, objetivos estes que iam ao encontro da doutrina política defendida por Delgado e Galvão, nomeadamente ao procurar

---

<sup>182</sup> Comunicado em: Santos, José Hipólito dos (2011), *Felizmente Houve a LUAR*, Lisboa, Âncora Editora, p. 250

<sup>183</sup> Santos, José Hipólito dos (2011), *Felizmente Houve a LUAR*, Lisboa, Âncora Editora, p. 51

<sup>184</sup> PORDATA - Base de Dados de Portugal. [online] Disponível em: [https://www.pordata.pt/Portugal?fbclid=IwAR1PB1sDMrR\\_EHv9dEVH4R75Urg3eIhid5JamdgauTM95Z7beoL38U92wnA](https://www.pordata.pt/Portugal?fbclid=IwAR1PB1sDMrR_EHv9dEVH4R75Urg3eIhid5JamdgauTM95Z7beoL38U92wnA) [25 Out. 2019].

<sup>185</sup> Santos, José Hipólito dos (2011), *Felizmente Houve a LUAR*, Lisboa, Âncora Editora, p. 51

“estabelecer uma ordem autenticamente democrática, com liberdade de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de reunião, liberdade de organização sindical e de partidos políticos”<sup>186</sup>.

### 3.6.3 – As Operações da LUAR

Ao longo da sua história, a LUAR realizou 9 operações. Cronologicamente, a *Mondego*, anteriormente referida, a *Diana*, concretizada em Évora, consistindo na recuperação de pistolas e munições a 17 de setembro de 1967, a operação *A. José Matias* que tinha como objetivo a tomada da Covilhã, procedendo ao assalto a agências bancárias, postos da PSP e GNR e posto emissor. Esta operação estava marcada para finais de agosto de 1968, mas não teve efeito, pois praticamente todos os futuros implicados foram presos antes da sua realização, incluindo Palma Inácio. A quarta operação da LUAR foi a operação *Primavera*. Tendo lugar, a 30 de abril de 1969, no Porto, cinco membros da organização sabotaram três pilares de alta-tensão no Porto Alto e de seguida explodiram um pacote junto ao muro do consulado americano naquela cidade.

Entretanto, já fazia quase um ano que Palma Inácio estava encarcerado na sede da PIDE no Porto quando consegue entrar em contacto com dois membros da LUAR, Fernando P. Marques e Fernando Oneto, que coordenados, elaboram a fuga do seu dirigente no dia 8 de maio de 1969. Neste mesmo ano, a 12 de outubro, é feita a sabotagem de fragatas da Marinha de Guerra num estaleiro de Hamburgo. De realçar que a operação foi realizada a par com um grupo de alemães que trabalhavam nos estaleiros navais. A sétima operação acontece a 1 de maio de 1971, com um assalto ao consulado de Portugal em Roterdão. Um mês depois, a 4 de junho, não em Roterdão, mas na cidade do Luxemburgo, é também feito um assalto ao consulado português desta cidade. A última operação da LUAR ocorre em Paris, com o assalto à carrinha do Banco da Agricultura, a 9 de abril de 1972.

A LUAR volta a ter atividade a seguir ao 25 de Abril, mas já não vai ser através de operações armadas. Na época do chamado Processo Revolucionário em Curso

---

<sup>186</sup> Comunicado em: Santos, José Hipólito dos (2011), *Felizmente Houve a LUAR*, Lisboa, Âncora Editora, p. 250

(PREC), vários membros participaram na ocupação de terras, nomeadamente na ocupação da herdade da Torre Bela, momento icónico da Reforma Agrária<sup>187</sup>.

Voltando atrás cronologicamente, embora tenha sido feito um estruturamento na organização, não existiu ao longo do tempo de vida da LUAR um consenso da matriz de futuro que esta devia tomar. Formaram-se dois núcleos. Um constituído pelos operacionais, liderado por Palma Inácio, e outro constituído pelos intelectuais, com Emídio Guerreiro como figura destacada. Os métodos de ação e de planeamento eram ponto de discórdia e Emídio Guerreiro, que tinha em sua posse as notas que podiam ser utilizadas, detinha o poder de permitir a atuação ou não.

#### 3.6.4 – O princípio do fim da LUAR

Numa entrevista que nos foi dada por Camilo Mortágua em dezembro de 2015, este afirma que “na LUAR havia jogadores de todos os clubes, em que a LUAR era a seleção. Quem estava disposto a bater-se e a sacrificar o pêlo jogava na seleção”<sup>188</sup>. Era, portanto, uma organização que demonstrava que a combatividade e a disponibilidade física para a ação estavam à frente da ideologia política inerente à causa, no sentido mais intelectual e político, afirmando também, que: “Quanto mais intelectual, menos ativista”<sup>189</sup>. Acaba por ser uma crítica à fação Guerreiro, que se mostrava mais focada no que fazer depois do fim da ditadura e o modelo político a seguir, do que propriamente tomar medidas práticas para a liquidar e depois sim, pensar nesse tipo de questões.

Porém, Camilo reconhece que os métodos de recrutamento eram pouco ortodoxos. Em contrapartida com o Partido Comunista Português, que detinha uma estrutura muito sólida e era muito cauteloso na hora de arranjar novos recrutas, na LUAR isso não acontecia. Por não acontecer, era mais susceptível a entrada de voluntários que não tinham o seu currículo completamente analisado, originando um cenário de ação com possibilidades de maior sucesso para a PIDE se infiltrar. E foi isso que efetivamente se registou. Por inúmeras vezes, a PIDE infiltrou-se na organização e

---

<sup>187</sup> Plano Revolucionário em Curso (PREC), conceito utilizado relativamente aos primeiros anos depois do 25 de Abril de 1974, “permite generalizar ao todo nacional a percepção de se ter vivido uma época revolucionária, independentemente dos seus resultados” - Rosas, Fernando (1994). *História de Portugal, Direcção de José Matoso, Oitavo Volume*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 9

<sup>188</sup> Entrevista realizada pelo autor a Camilo Mortágua no dia 4 de Dezembro de 2015 em Alvito.

<sup>189</sup> Entrevista realizada pelo autor a Camilo Mortágua no dia 4 de Dezembro de 2015 em Alvito.

obteve informações relevantes acerca dos seus operacionais e das operações que estavam a ser preparadas, levando a um clima de constante suspeição em relação ao próximo, “acabavam todos por duvidarem de todos”, originando vários confrontos internos<sup>190</sup>.

Esta é a causa que leva Mortágua a não querer compactuar com a operação que tinha como finalidade a ocupação da cidade da Covilhã. Para a executar era necessário dinheiro e quem detinha o dinheiro, como foi dito anteriormente, era Emídio Guerreiro. A postura deste era: “ só dou o dinheiro se me contarem o que é que vão fazer tim tim por tim tim”<sup>191</sup>. Camilo, que anteriormente já tinha testado a influência e informação que a PIDE tinha de Guerreiro, achou por bem não participar. “O que eu acuso e sempre acusei foi a de não ser suficientemente inteligente para perceber que como líder e pivô da intelectualidade portuguesa da oposição em França, a PIDE teria que ter feito esforços...”<sup>192</sup>. Guerreiro, devido ao mediatismo que tinha dentro da oposição portuguesa exilada em Paris, era alvo de um grande aperto por parte da PIDE e não se escudava da melhor forma, com o objetivo de lhe dificultar o trabalho. Podemos concluir que a LUAR não se prevenia corretamente contra os intentos da polícia política, quer em relação às operações planeadas, nomeadamente na manutenção do sigilo, quer no que se refere à proteção dos operacionais envolvidos. José Hipólito dos Santos afirma: “Criou-se mesmo a ideia, no exterior, de que era uma organização que não oferecia garantias conspirativas, de que quem a ela aderira, rapidamente ou muito rapidamente cairia nas garras da PIDE”<sup>193</sup>.

A Operação na Covilhã confirma esta ideia. A má preparação e a escassez de recursos são a causa do seu falhanço. Exemplo disso é o cenário em que Palma Inácio é preso. Sem carta de condução, outros documentos de identificação e um carro que tinha lotação para cinco pessoas e onde iam nove, é uma operação stop que acaba por ser a causa do encarceramento.

É nesta fase que se dá a cisão dentro da LUAR. As várias prisões feitas pela polícia política dentro do grupo de operacionais levaram a um clima de culpas e suspeição dentro da organização. O restante grupo de Palma Inácio, que não tinha feito

---

<sup>190</sup> Carmo, Isabel do (2017), *A Luta Armada*, Lisboa, Dom Quixote, p. 132

<sup>191</sup> Carmo, Isabel do (2017), *A Luta Armada*, Lisboa, Dom Quixote, p. 131

<sup>192</sup> Carmo, Isabel do (2017), *A Luta Armada*, Lisboa, Dom Quixote, p. 132

<sup>193</sup> Santos, José Hipólito dos (2011), *Felizmente Houve a LUAR*, Lisboa, Âncora Editora, p. 231

parte da ação, onde estava incluído Camilo Mortágua, corta relações com Emídio Guerreiro, nascendo assim duas organizações com o nome LUAR, uma gerida pelos operacionais, e outra gerida pelos intelectuais.

### 3.7 – Ação Revolucionária Armada

Como já foi abordado no capítulo anterior, o Partido Comunista Português foi palco de várias lutas internas na discussão de qual seria a melhor maneira de combater e extinguir o Estado Novo. Três linhas foram adotadas ao longo do tempo. Uma estava mais ligada ao movimento de luta de massas, que contribuiria para o levantamento nacional, muito próxima ao trabalho do partido junto dos sindicatos e tendo como forma de luta o recurso a greves e paralisações. Posteriormente, a possibilidade do regime cair na forma de *putsch*, um golpe palaciano, fase marcada pela prisão de Álvaro Cunhal e caracterizada como uma viragem à direita por parte do PCP e, por último, a utilização de ações armadas revolucionárias, que tinham o ímpeto de levar à queda do regime, promovendo e acelerando o levantamento nacional.

É esta última fase que vamos abordar.

#### 3.7.1 – O contexto da criação da ARA

Em julho de 1964, o PCP dá os primeiros passos para a criação da Acção Revolucionária Armada (ARA). Ao longo dos anos, o PCP mostrou-se sempre muito relutante em relação a ações mais diretas, condenando, por exemplo, membros que tinham participado à revelia do partido no Assalto ao Quartel de Beja. A sua posição interna também se devia à falta de apoio por parte da URSS, nomeadamente de Nikita Khrushchov, Secretário Geral do PCUS entre 1953 e 1964. Khrushchov não permitia a criação de revoltas inspiradas na Revolução Russa de 1917 levadas a cabo pelos partidos comunistas da Europa Ocidental, uma vez que poderiam “pôr em perigo o tácito entendimento das duas superpotências sobre as suas esferas de influência estabelecidas na conferência de Yalta, quando estava à vista a vitória na 2ª Guerra Mundial”.

Por isso, foi de forma muito cautelosa e num grande secretismo que Álvaro Cunhal abriu um pouco de espaço à possibilidade de ações armadas serem organizadas e executadas pelo PCP. O foco dos recursos que o partido tinha eram disponibilizados em grande parte para a luta de massas, sendo uma pequeníssima fatia delegada para a

organização de um movimento armado. A criação da ARA é, portanto, condicionada pela repressão policial e pelas condições que o PCP, quer a nível humano quer material, disponibilizou para a organização, existindo por parte dos seus operacionais um grande sentido de dever para levar a sua concretização avante.<sup>194</sup> De realçar que, três anos antes, a Guerra do Ultramar se tinha iniciado, promovendo e contribuindo para esta decisão do Secretário-Geral do Partido Comunista Português.

O papel do movimento maoísta, “enquanto cultura radical de oposição”, impulsiona o PCP a criar um braço armado, na tentativa de abafar as incursões de alguns militantes para este setor político que culmina com a fundação em 1970 do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP).

### 3.7.2 – A preparação para as ações armadas

Raimundo Narciso e Rogério de Carvalho foram os dois militantes responsáveis por criar uma organização autónoma para as ações armadas. Narciso era estudante do Instituto Superior Técnico. Durante os anos universitários, participou em várias greves estudantis, começando nessa altura e até ao 25 de Abril a sua fase de insurreição contra a ditadura. Depois de fazer o Serviço Militar Obrigatório entre 1959 e 1963 e com a expectativa de que mais tarde ou mais cedo seria enviado para a Guerra do Ultramar, entra na clandestinidade em 1964, partindo nesse mesmo ano para Moscovo. É nesta cidade que conhece Cunhal e é este que o impele a criar a dita organização. Rogério de Carvalho está intrinsecamente ligado à história do PCP. Participa, a par de Cunhal e de outros oito militantes, na célebre fuga da Cadeia do Forte de Peniche a 3 de janeiro de 1960. Em 1963 torna-se membro do Comité Central, passando a viver entre a República Democrática Alemã (RDA) e a Rússia.

É no final de 1964 que Raimundo Narciso e Rogério de Carvalho partem para Havana, Cuba, para frequentar um curso militar promovido pelo Estado Cubano. As “matérias abordadas” vão de táticas de guerrilha até à fabricação e manuseamento de explosivos. Passados três meses e meio voltam a Moscovo. Os meses seguintes são de preparação das futuras operações a nível material, onde se inclui a criação de algumas infra-estruturas, nomeadamente “arrecadações, algum armamento, explosivos”<sup>195</sup> e na recruta de operacionais. De realçar que os primeiros esforços para organizar a ARA são

---

<sup>194</sup> Narciso, Raimundo (2000), *A. R. A. - Acção Revolucionária Armada*, Lisboa, Dom Quixote, p.18

<sup>195</sup> Carmo, Isabel do (2017), *A Luta Armada*, Lisboa, Dom Quixote, p. 175



no final de 1964 e a primeira ação só acontece a 25 de outubro de 1970. Há várias causas para essa inatividade, sendo a principal as várias prisões políticas, que, foram levadas a cabo pela Polícia Política, nomeadamente, em dezembro de 1965, a prisão de Rogério de Carvalho, principal responsável na organização da ARA. Este tinha entrado em Portugal de forma clandestina em junho desse ano, acompanhado por Raimundo Narciso, e ambos neutralizaram de certo modo a organização, levando esta à necessidade de uma reestruturação constante. Prova disso é o facto de que de todas as pessoas “[...] envolvidas desde início nesta actividade apenas duas chegaram à fase operacional iniciada em 1970 [...]”<sup>196</sup>

### 3.7.3 – As ações da ARA

Porém, chegou-se quase a realizar uma operação, em outubro de 1965, dois meses antes de Rogério de Carvalho ser preso. A operação consistia na colocação de “[...] uma carga explosiva numa instalação da NATO, numa vivenda em Mem Martins. Tínhamos feito reconhecimento, a acção era mais propagandística do que outra coisa. A vivenda estava rodeada por um muro, íamos meter a carga explosiva encostada ao muro e chamar a atenção para isso.”<sup>197</sup>. O PCP tinha delegado um militante para apoiar a ação, um operário, alentejano, que vivia no Barreiro. Estava incumbido de ser ele a colocar a carga explosiva. Porém, no último minuto foge, o detonador não foi acionado e a operação acabou por não acontecer.

Dois meses depois dá-se a prisão de Rogério de Carvalho e Raimundo Narciso fica na clandestinidade, desligado da direção do partido. Só em agosto de 1966 é que volta a ter ligação com a estrutura do partido, partindo para Moscovo e ingressando num curso político na Escola Central do Komsomol, a juventude política do Partido Comunista da União Soviética. Regressa a Portugal em julho de 1967 com Ângelo Veloso, substituto de Rogério de Carvalho, na tentativa de prosseguir com a ARA. Os anos de 1968 e 1969 são de uma forte repressão nos quadros do PCP, influenciando a neutralização dos esforços até então feitos. Só entre maio e junho de 1970, com a chegada de novos quadros ao PCP e conseqüentemente à ARA, as estruturas, o armamento e o número de voluntários conduzem a um estado de capacidade operacional sustentável. No mês seguinte, em julho, forma-se o Comando Central, dirigido por

---

<sup>196</sup> Narciso, Raimundo (2000), A. R. A. - *Acção Revolucionária Armada*, Lisboa, Dom Quixote, p.15

<sup>197</sup> Narciso, Raimundo (2000), A. R. A. - *Acção Revolucionária Armada*, Lisboa, Dom Quixote, p.175

Raimundo Narciso, Francisco Miguel e Jaime Serra, este último histórico membro do PCP que tinha entrado na clandestinidade em 1947, e que vai dar uma maior credibilidade à ARA em relação aos quadros superiores do partido, pouco crentes no verdadeiro impacto que a organização poderia ter.

Ao longo do seu período de atividade, a ARA concretizou nove ações, algumas coordenadas para terem lugar em vários locais do país em simultâneo, de modo a terem um impacto maior.

A primeira ação aconteceu a 25 de outubro de 1970 em Lisboa. O alvo era o navio de transporte de tropas para a guerra colonial de nome *Cunene*. O objetivo desta ação era deixar inoperável o navio, de modo a enviar a mensagem para aqueles que tinham sido recrutados para a Guerra Colonial de que o Partido Comunista Português era contra este conflito e que outra solução haveria de ser encontrada, como é referido no comunicado feito depois da ação: “ O Comando Central da ACÇÃO REVOLUCIONÁRIA ARMADA declara que ao atacar a máquina de guerra que alimenta a guerra colonial não estamos contra os soldados, os sargentos e oficiais honrados, forçados a fazer uma guerra que odeiam. Estamos, sim, contra a continuação desta criminosa guerra de opressão colonial que se transformou num flagelo para os povos de Angola, Guiné e Moçambique [...]”<sup>198</sup>.

No mesmo ano, a 21 de novembro, decorrem três ações simultâneas. Uma foi na Escola Técnica da PIDE, que infelizmente originou a morte de um jovem, que ao sair do seu posto de trabalho na Maternidade Alfredo da Costa e ao passar na rua da Escola Técnica da PIDE, achou curioso um pacote junto ao muro. Ao tocar-lhe acionou o explosivo e faleceu devido à explosão. Este acontecimento levou a que a ARA, de hora avante, não voltasse a executar operações na via pública, mesmo que fossem de madrugada. As restantes ações aconteceram no Centro Cultural dos EUA e no Cais da Fundação.

“Mas a acção mais espectacular da ARA seria levada a efeito contra a Base Aérea nº3, em Tancos [...]”<sup>199</sup>. Nesta operação, a 8 de março de 1971, foram destruídos 16 helicópteros e 11 aviões, causando à época um prejuízo ao Estado Português a rondar

---

<sup>198</sup> 1º comunicado da ARA, maio de 1973, publicado em Narciso, Raimundo (2000), *A. R. A. - Acção Revolucionária Armada*, Lisboa, Dom Quixote, p.367

<sup>199</sup> Rosas, Fernando, José Maria Brandão de Brito (1996), *Volume 2 de Dicionário de história do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, p.525

os 80 mil contos. Apesar da grande destruição, a operação não registou nenhuma vítima mortal. No mesmo ano, a 3 de junho, são sabotadas a Central de Telecomunicações, durante uma conferência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e a Rede Elétrica de Alta Tensão em Sacavém e Belas. O ano de 1971 é o ano de maior atividade da organização, executando a 3 de outubro o assalto ao Paiol na Serra da Amoreira e a 27 do mesmo mês o assalto ao Quartel do Comiberlant, pertencente à OTAN, a três dias da sua inauguração.

Em 1972, último ano de atividade da ARA, a organização realiza duas operações. A 12 de janeiro, efetuam a sabotagem de material de guerra que se encontrava no navio *Muxima*, com destino ao auxílio das tropas portuguesas na Guerra Colonial. A 9 de agosto executam a última operação. Consistiu na coordenação de quatro ações em simultâneo, com o corte de torres elétricas de alta tensão no Porto, Coimbra, Belas e Alhandra.

#### 3.7.4 – A suspensão da organização

As decisões da direção da ARA em relação à suspensão das suas atividades são muito influenciadas pelas prisões que a Polícia Política efetua ao longo dos anos. Em fevereiro e março de 1973, sete operacionais são presos, diminuindo a capacidade da organização e a necessidade de uma reestruturação, que acaba por não acontecer. Em maio do mesmo ano surge um comunicado de suspensão das atividades da organização. Neste comunicado, a ARA referia que a pausa nas ações da organização tinha o intuito de “facilitar que sejam aprofundadas ao máximo outras possibilidades da luta popular antifascista”<sup>200</sup>, ou seja, era voltar atrás na doutrina do PCP, que nunca deixou de ter como bandeira a luta de massas. Na opinião de Raimundo Narciso, a ARA, embora tenha sido afetada com as várias prisões no início da década de setenta, continuava com condições humanas e materiais para prosseguir as ações. Porém, a decisão de desmantelamento da organização coube exclusivamente à direção do PCP. O órgão diretivo da ARA não estava de acordo com a decisão, referindo no comunicado que “[...] O Comando Central da A.R.A e todos os seus militantes continuam no seu posto procurando manter e reforçar a sua capacidade operacional”<sup>201</sup>.

---

<sup>200</sup> 1º comunicado da ARA, maio de 1973, publicado em Narciso, Raimundo (2000), *A. R. A. - Acção Revolucionária Armada*, Lisboa, Dom Quixote, p.367

<sup>201</sup> Narciso, Raimundo (2000), *A. R. A. - Acção Revolucionária Armada*, Lisboa, Dom Quixote, p.64

Na perspetiva de Narciso, a decisão tomada pelo PCP era exclusivamente por razões políticas. Primeiro, no sentido de diminuir a pressão e endurecimento da repressão política e policial pois o PCP tinha sido alvo de uma grande repressão. Segundo, com a maior visibilidade do movimento católico pró-democracia e contra a guerra colonial, o Secretariado do Partido era da opinião que um clima pacífico era mais favorável e propício ao surgimento de movimentos como este<sup>202</sup>.

Este hiato acabou por significar o fim da ARA. Com o 25 de Abril perdeu a razão de existir uma organização armada pertencente ao PCP.

### 3.8 – Frente Armada Popular.

Como já abordamos anteriormente, a história do Partido Comunista Português durante o Estado Novo é feita de várias cisões e visões em conflito dentro do partido. Para além das várias posições relativamente à política a adoptar contra Salazar, as cisões dentro do partido vão ter maior relevância nos últimos anos da ditadura, nomeadamente, com o surgimento da Revolução Cultural Chinesa e as novas doutrinas de Mao Tsé-Tung que originaram o Maoísmo. São duas fases que retratam este afastamento: “na primeira critica-se a burocracia soviética, defende-se o legado de Estaline e olha-se com esperança para a emergência da liderança chinesa; na segunda a «revolução cultural», a Guerra do Vietname, o Maio de 68, a invasão da Checoslováquia, e, internamente, a perda de ilusões com o processo eleitoral de 1969”<sup>203</sup>. Estes movimentos internacionais e nacionais vão contribuir para o questionamento da doutrina soviética e da política do PCP.

Esta nova via comunista é muito aliciante para a facção dentro do PCP que desejava uma posição mais agressiva do partido. A doutrina Maoísta estava de acordo com as insurreições armadas em vários países do mundo, como Cuba, Vietname e outros países do Sudeste Asiático.

A primeira manifestação documental desta via alternativa, que teve forte impacto no PCP, ocorre a 1 de janeiro de 1964, com a publicação do manifesto “O caminho da insurreição antifascista e da liberdade”. O documento, escrito por Francisco

---

<sup>202</sup> Carmo, Isabel do (2017), *A Luta Armada*, Lisboa, Dom Quixote, p. 220

<sup>203</sup> Rosas, Fernando, José Maria Brandão de Brito, *Volume 2 de Dicionário de história do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, p.543

Martins Rodrigues, expulso do partido em janeiro de 1964, e já excluído da Comissão Executiva em 1963, abordava o diferendo sino-soviético e a questão da inação do partido no papel ativo da luta armada, propondo “a mobilização popular e o desencadear de acções violentas para se alcançar uma democracia popular, primeira etapa da revolução socialista”<sup>204</sup>.

Vários fatores internos são apontados para esta cisão: o início da Guerra Colonial, o agravamento da situação económica devido ao esforço de guerra e a intenção de vários militantes do PCP em participarem em ações armadas, como exemplo, o Assalto ao Quartel de Beja, que contou com a participação de militantes, desobedecendo ao PCP, sendo posteriormente criticados pelo partido.

### 3.8.1 – A estruturação da FAP

Nos primeiros meses de 1964, Francisco Martins Rodrigues parte para Paris organizando o Comité Marxista-Leninista Português (CMLP) com inspiração chinesa e albanesa. Os nomes mais importantes do CMLP, a par de Francisco Rodrigues, são Manuel Claro, Rui d' Espiney e João Pulido Valente, tendo-se estes dois últimos conhecido em Argel, na situação de exilados, simpatizantes da Frente Portuguesa de Libertação Nacional (FPLN).

No fim do ano de 1964, Manuel Claro e João Pulido Valente entram clandestinamente em Portugal e criam a Frente Armada Popular (FAP), braço armado do CMLP. A criação da FAP origina grande crítica por parte do PCP. A edição do *Avante* do mês de dezembro contém um artigo, “Cuidado com eles”, denunciando a FAP, os seus membros e alertando os militantes para não se deixarem influenciar e aliciar, caso fossem abordados para pertencerem à organização. Em fevereiro de 1965 no boletim *O Militante* e em março do mesmo ano no *Avante* continuam a dirigir ataques à FAP, nomeadamente no artigo “Dificultar por todas as formas de acção provocatória da FAP”. As denúncias feitas pelo PCP vão contribuir para a captura, entre os últimos meses de 1965 e o princípio de 1966, do núcleo dirigente do CMLP.

### 3.8.2 – A atividade da FAP

A atividade da FAP acabou por ficar aquém das ambições dos seus dirigentes. Em relação a publicações, são editados os jornais *Estudante Revolucionário* e *Unidade*

---

<sup>204</sup> Rosas, Fernando, José Maria Brandão de Brito (1996), *Volume 2 de Dicionário de história do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, p.543

*Popular* e outros textos da organização em formato panfleto, como por exemplo, no período correspondente às eleições legislativas de 1965, apelando ao povo português a tomar posição de “Contra o fascismo, votos não. Armas sim” e “ Armas para o povo”<sup>205</sup>. Outro tipo de panfletos também foram elaborados com o pressuposto de enquadrar e dar contexto a ações da FAP.

As ações acabaram por ser executadas com pouca preparação. Exemplo disso é a iniciativa de colocar explosivos num carro da Polícia de Segurança Pública (PSP) na Rua do Arsenal. No entanto, o engenho explosivo detonou previamente causando ferimentos graves ao operacional da organização incumbido de ativar o temporizador da bomba a explodir.

As ações que foram executadas como estava previamente planeado foram o lançamento de cocktails Molotov, aquando do ato legislativo de 1965, contra a escola da PIDE em Sete Rios e contra a esquadra do Matadouro.

### 3.8.3 – O fim da FAP

A FAP acabou por ser alvo de grande repressão por parte da PIDE, pela forma como tratou o caso de um informador infiltrado da Polícia Política, descoberto pela organização. Mário Mateus tinha ingressado na organização em agosto de 1965 e pouco tempo depois, através da informação fornecida à PIDE, é preso João Pulido Valente. Os restantes membros dirigentes da FAP, Rui d'Espiney e Francisco Martins planeiam uma cilada e Mário Mateus confessa a sua condição de agente duplo. O julgamento determina a condenação à morte do traidor, procedendo a FAP à sua execução. Esta execução é reivindicada publicamente com o objetivo de prevenir futuras tentativas de infiltração policial, uma mensagem direta à PIDE de represálias futuras por parte da organização.

Porém, Rui d' Espiney e Francisco Martins são presos no início de 1966. Francisco Martins é preso a 30 de janeiro e, poucos dias depois, Rui d' Espiney tem o mesmo destino. Por causa da execução do informador da PIDE, levada a cabo pela FAP, são alvo de fortes represálias, só sendo postos em liberdade apenas com o 25 de Abril, em 1974.

---

<sup>205</sup> Carmo, Isabel do (2017), *A Luta Armada*, Lisboa, Dom Quixote, p. 151

Os militantes que continuaram em liberdade não voltaram a efetuar ações armadas e a sua atividade acabou por se focar na publicação de alguns textos ideológicos. A cisão dentro do grupo restante levou à edição de catorze números do jornal *O Comunista*, continuando o PCP a denunciar os antigos membros que tinham tomado uma decisão de alternativa política ao partido. A prisão dos três principais dirigentes é a machadada final na Frente Armada Popular.

### 3.9- Brigadas Revolucionárias.

A divergência de posições dentro do PCP levou à criação, no início da década de 70, de outra organização armada, que se via confrontada com uma lacuna de ações armadas nos anos anteriores, de seu nome Brigadas Revolucionárias (BR). Foi o último grupo armado português a ser criado durante o Estado Novo e o último a efetuar uma ação armada antes do 25 de Abril.

Com o fim da FAP, surgiu a oportunidade de criar um novo grupo armado, organizado por dissidentes do Partido Comunista Português. As Brigadas Revolucionárias são originais em relação à forma de organização. Não existia um Comando Central, sendo dirigidas por um organismo de coordenação que ligava os vários grupos que faziam parte das Brigadas, dando o organismo de coordenação, autonomia a esses grupos mais pequenos para efetuarem as ações que bem quisessem, ficando incumbidos de comunicar aos restantes grupos o seu plano de ação antes de este acontecer.

#### 3.9.1 – O contexto para a criação das Brigadas Revolucionárias

Os nomes principais das Brigadas Revolucionárias e que tiveram um papel fulcral no seu surgimento foram Carlos Antunes e Isabel do Carmo. Eram os dois antigos membros do PCP, Carlos Antunes tinha-se iniciado no partido em 1955 e Isabel do Carmo três anos depois, em 1958.

Com uma vida muito ligada ao PCP, entrando na clandestinidade no final de 1959, Carlos Antunes partira para a Roménia em 1964. Tendo várias funções dentro do secretariado do partido nos anos de clandestinidade em Portugal, o PCP coloca-o a trabalhar, até 1967, na Rádio Portugal Livre que emitia a partir de Bucareste. No ano seguinte, parte para Paris, dirigindo a organização do PCP que estava nessa cidade. O Maio de 1968 marca o início do fim da sua ligação ao PCP, acabando por se desvincular

em 1970. É em Paris que as Brigadas Revolucionárias vão ser pensadas e posteriormente fundadas.

Isabel do Carmo entrou para o PCP com 18 anos, pouco tempo depois de ter entrado na Faculdade de Medicina de Lisboa. É em 1964 que termina o último estágio do curso, então com 24 anos. Durante os estudos universitários, fez parte da direção clandestina da Cidade Universitária. Na crise académica de 1962, Isabel do Carmo foi a única mulher que subiu à tribuna do estádio universitário para discursar, o que demonstra a importância que tinha no seio dos estudantes comunistas. Na primavera de 1969, o PCP começa a preparar as eleições legislativas que teriam lugar em outubro. O objetivo do partido era fazer um movimento unitário em que estaria representada toda a oposição. É criado o movimento das Comissões Democráticas Eleitorais (CDE), do qual fazia parte o PCP mas também nomes que se tinham desvinculado do partido, como por exemplo Mário Soares.

O CDE acaba por não ser levado avante. Soares não concordava com a organização do movimento sugerido pelos comunistas, que propunha a existência de uma comissão política eleita por delegados que representavam em locais de trabalho ou nos bairros, além da comissão política autoconstituída. Acreditava Soares que esta era a forma de o PCP ter o controlo total do CDE, devido à influência que tinha nas zonas urbanas e nas classes trabalhadoras. Soares desvincula-se do movimento e cria as Comissões Eleitorais de Unidade Democrática (CEUD). Estas eleições, tal como tinha acontecido com todos os atos eleitorais até então, são uma farsa. “A seguir ao período eleitoral de Outubro de 1969, como sempre após os momentos altos, tirava-se a conclusão de que a queda do regime não seria por ali e que era necessário o emprego da força.”<sup>206</sup>. Entretanto, Isabel do Carmo tinha ido para Paris com uma bolsa do Governo Francês, onde passou seis meses.

Conhece Carlos Antunes, que na altura se apresentava como Jacques, nome que utilizava enquanto funcionário do PCP. Ao longo do tempo, a relação entre os dois fica cada vez mais próxima, tendo como base as discussões ideológicas sobre o PCP e o rumo que o partido tinha tomado para a concretização do fim do regime. A resposta do PCP às vozes insatisfeitas com a inação do partido é a criação da ARA, como anteriormente foi abordado. Porém, em 1970, Carlos Antunes envolve-se em conflitos

---

<sup>206</sup> Carmo, Isabel do (2017), *A Luta Armada*, Lisboa, Dom Quixote, p. 337



com a direção do partido. Cunhal propõe-lhe que este seja responsável pelo setor internacional, o que é recusado. Em contrapartida, Antunes propõe a Cunhal ir para Portugal clandestinamente, proposta esta declinada. Esta recusa marca o seu afastamento definitivo do PCP. Em março de 1970, Isabel do Carmo volta a Portugal. A sua contestação ao partido mantém-se, para mais, com o afastamento de Antunes. Embora tenha participado em algumas reuniões, as diferenças de opinião eram inultrapassáveis, afastando-se igualmente do partido.

### 3.9.2 – A estruturação das Brigadas Revolucionárias e a primeira ação armada.

“Passada a ressaca da grande mudança começámos a pôr de pé o projecto da criação das Brigadas Revolucionárias. Para tal era necessário arranjar dinheiro, armas e militantes”.<sup>207</sup> Depois do processo de afastamento, começou-se a constituir o projeto que levou à criação das Brigadas Revolucionárias. O primeiro condicionamento que identificaram era a falta de recursos económicos e de recursos humanos, sendo necessário retificá-lo. Entraram em contacto com ex-militantes do PCP que estavam na mesma linha política que Isabel e Carlos. Nomes como Orlando Lindim Ramos, que tinha estado preso cinco anos em Peniche, e Rui Perdigão, antigo companheiro de Antunes na Rádio Portugal-Livre, em Bucareste, juntam-se à causa. Sondaram ainda a ala dos católicos progressistas. As BR passam também a estar ligadas à FPLN e à Rádio Voz da Liberdade. Esta ligação vai ser importante na preparação de alguns treinos das BR que se realizaram na Argélia. É também nesta altura que se forma o Partido Revolucionário do Proletariado (PRP) que, embora não utilizasse as ações armadas, tinha uma organização clandestina, que ao longo do tempo se tornou muito próxima das BR. Entretanto, são constituídas as primeiras brigadas, compostas por membros da margem sul, região onde a classe operária era muito numerosa.

A 7 de novembro de 1971 ocorre a primeira ação das BR. A operação consistiu na sabotagem da base da OTAN localizada na Fonte da Telha, que seria inaugurada brevemente. Esta primeira ação possibilita a elaboração do primeiro comunicado, com o título: “Contribuição para um movimento revolucionário organizado dos trabalhadores portugueses”. No comunicado era referida a escolha do local, argumentando que a ação feita pelas BR tinha como objetivo atacar “o principal instrumento de agressão do imperialismo”, instrumento utilizado pelos Estados Unidos em território nacional. A

---

<sup>207</sup> Carmo, Isabel do (2017), *A Luta Armada*, Lisboa, Dom Quixote, p. 339

existência desta base em solo português era motivo para que os EUA exercessem uma relação de subjugação em relação a Portugal, não permitindo e dificultando “as aspirações de Liberdade, Paz e Socialismo”. O comunicado enaltece também a sua posição anti-colonial, referindo que esta ação era dedicada aos povos ultramarinos que se viam em luta contra o “regime fascista e colonialista de Marcelo Caetano.”<sup>208</sup>

### 3.9.3 – As ações das Brigadas Revolucionárias

O ano de 1972 é repleto de ações por parte das Brigadas. A primeira, a 11 de maio de 1972, foi uma tentativa de cortar a rede elétrica no centro e no sul do país, mas a operação não correu da melhor forma. Também no dia 11, de junho e julho, são furtados, primeiro, centenas de quilos de explosivos em Boliqueime e, no mês seguinte, são sabotados quinze tanques em Lisboa. Em julho também é feita a distribuição de panfletos através do uso de petardos na capital. A 25 de agosto é feita a sabotagem das comunicações telefônicas e telegráficas com as colónias em Palmela e em Sesimbra, terminando o ano de 1972 com o roubo de mapas militares no Centro Cartográfico do Exército (CCE), em dezembro desse ano.

O ano seguinte, 1973, é o ano com mais atividade por parte das Brigadas Revolucionárias. A 9 e 10 de março, são feitas operações de sabotagem no Distrito de Mobilização, no Quartel Mestre General e nos Serviços Mecnográficos do Exército, em Lisboa. No mês seguinte, mas no Porto, também são feitas operações de sabotagem no Distrito de Recrutamento e Mobilização e no Quartel-General da Região Militar do Porto, a 6 de abril. No mesmo mês, a 29, são distribuídos panfletos através do rebentamento de petardos. Dois dias depois, no dia 1 do mês seguinte, é feita uma sabotagem no interior do Ministério das Corporações. A última ação em 1973, é uma operação conjunta que se realiza no Porto e em Lisboa, no dia 26 de outubro. No entanto, a ação do Porto é a única que tem sucesso, com o rebentamento de uma bomba no Quartel-General, sendo a de Lisboa detetada e neutralizada antes de rebentar.

No último ano de atividade das Brigadas, 1974, são efetuadas apenas duas ações. A primeira ocorre na Guiné-Bissau, no Quartel-General, com o rebentamento de uma bomba, em fevereiro, dia 22. A segunda ocorre 16 dias antes do 25 de Abril, com um rebentamento de uma bomba no navio *Niassa*, que se destinava às colónias africanas.

---

<sup>208</sup> 1º comunicado das BR, disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/brigadas/index.htm>, 15 de setembro de 2019

### 3.9.4 – A capela do Rato

Porém, a iniciativa das Brigadas Revolucionárias que teve maior impacto ao nível da cúpula política foi a greve de fome na capela do Rato como forma de protesto contra a Guerra Colonial, a 30 de dezembro de 1972. Participaram nesta greve de fome não só comunistas como católicos progressistas, sendo alguns membros das BR, outros não. No dia seguinte, a PIDE entrou dentro da capela e efetuou várias prisões, pondo fim a todo o aparato. Estas prisões têm um grande impacto na Assembleia Nacional, na medida em que a chamada Ala Liberal, constituída por nomes como Pinto Balsemão e Sá Caneiro, que depois do 25 de Abril fundariam o Partido Popular Democrático (PPD), hoje Partido Social Democrático (PSD), se pronunciaram contra estas prisões e a brutalidade policial utilizada para acabar com a greve de fome. As BR formularam um comunicado a descrever os acontecimentos no Rato, que foi enviado para a imprensa estrangeira. Com a carência da liberalização do regime, proposta defendida por Marcelo Caetano ao ser indicado como Presidente do Conselho, e com os exemplos que essa política não estava a ser tentada, a Ala Liberal acaba por se demitir da Assembleia Nacional, originando uma crise dentro do regime que se irá prolongar até à revolução. Embora esta não tenha sido uma ação armada por parte das BR, a greve de fome na capela do Rato conseguiu mobilizar várias fações políticas numa causa única, tendo por isso um impacto generalizado naqueles que eram a favor da liberalização do Estado Novo e de arranjar uma solução política, única via possível já que a militar não era solução, de forma a pôr um fim à Guerra Colonial.

Com o 25 de Abril, as Brigadas Revolucionárias adaptam-se ao novo panorama político, cessando assim a sua atividade. Muitos militantes das BR, com o fim do Estado Novo e a abertura do sistema partidário, acabaram por se juntar ao Partido Revolucionário do Proletariado.

## 3.10 - O 25 de Abril, influências externas e internas

Os últimos tempos do Estado Novo prenunciavam o golpe de estado que aconteceu a 25 de Abril de 1974. Vários sinais eram detetáveis, quer no plano externo, quer no plano interno.

Externamente, embora a nova administração na presidência dos Estados Unidos da América tivesse uma posição de apoio a Portugal em relação à guerra em África, a

recepção feita pelo Papa Paulo VI aos dirigentes das várias forças que estavam em rebelião contra Lisboa, como o MPLA, a FRELIMO e o PAIGC, fere o prestígio que o regime detinha no plano católico e fragiliza a política colonial adotada. A contribuir para este enfraquecimento, estavam as denúncias feitas por padres em missão em África, que revelavam as políticas de Lisboa, nomeadamente os massacres contra as populações indígenas executados pelo Exército Português. Esses massacres vão ter um forte foco mediático na imprensa britânica, que divulga os massacres de Wiriyamu, em Moçambique, fragilizando cada vez mais o regime internacionalmente. Por fim, a contribuir para um maior isolamento do regime, está a proclamação de independência da Guiné-Bissau, unilateralmente, por parte do PAIGC, e o cenário de guerra em Moçambique e na Guiné-Bissau a complicar-se, obtendo o PAIGC, nos últimos anos de guerra, uma maior capacidade de meios militares, nomeadamente mísseis terra-ar, de fornecimento e fabrico russo.

No plano interno, vários acontecimentos sucessivos vão levar ao fim do regime. Como realça o professor Fernando Rosas, “os efeitos da política de abertura manifestar-se-ão em cadeia. Desde logo, com a radicalização das oposições e a reunificação dos seus sectores tradicionais. A frustração eleitoral de 1969 e a evolução posterior originaram um fenómeno de esquerdização geral da luta contra o regime, com o desaparecimento das posturas de expectativa benévola ou de diálogo”<sup>209</sup>.

A criação da ARA e das Brigadas Revolucionárias são expressão dessa “esquerdização”. A par disto, o Partido Socialista, recentemente criado, em abril de 1973, entende-se com o PCP, de modo a criar uma frente única. Com o esforço de guerra, a situação económica e social piorava progressivamente, não existindo qualquer sinal que a guerra estava a acabar ou que uma solução de outro tipo, que não a militar, era possível. A constituição clandestina da Intersindical, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), em outubro de 1970, é a prova deste desagrado. De salientar que: “desde Outubro de 1973 suscitaram-se um significativo movimento de lutas em diversos sectores: entre aquela data e Abril de 1974, cerca de 100 000 trabalhadores recorreriam à greve”<sup>210</sup>.

---

<sup>209</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso*, Lisboa, Sétimo Volume, Círculo de Leitores, p. 554

<sup>210</sup> Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso*, Lisboa, Sétimo Volume, Círculo de Leitores, p. 555

Porém, esta radicalidade emergente não tinha força suficiente para conseguir pôr termo ao regime. A sua combinação com outros fatores de política interna e de bastidores, nomeadamente cisões internas na cúpula política e militar, eram o gatilho para a alteração do status quo, e aconteceram.

Marcelo Caetano nunca aceitou uma solução política para a Guerra Colonial, as possibilidades federativas e independentistas nunca foram postas em cima da mesa, mesmo quando dentro do Exército estas posições começaram a ganhar adeptos, nomeadamente o General António de Spínola. A primeira discórdia entre Spínola e Caetano dá-se em 1972. Com o apoio do Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas na altura, Francisco da Costa Gomes, Spínola tenta chegar a um entendimento com o PAIGC para acabar com a guerra, entendimento esse bloqueado por Caetano.

A publicação do livro *Portugal e o Futuro*, em fevereiro de 1974, expõe a tese de Spínola materializando na opinião pública a via de Portugal optar pelo caminho federativo, questionando os alicerces do regime, colocando a possibilidade de uma viragem democrática como caminho viável para a concretização das propostas estruturais que apresentava e propondo a tomada de poder pelos generais descontentes com o rumo do país. O livro, argumentando que a guerra estava perdida “ retirava ao Exército qualquer remanescente vontade de combater”<sup>211</sup>, significando também que, caso existisse uma revolta por parte das Forças Armadas para mandar abaixo o regime, alguns generais, nomeadamente Spínola, estariam do lado dos revoltosos. Toda esta situação estava aliada ao facto de quer Spínola, quer Costa Gomes, meses antes do 25 de Abril, terem sido afastados das forças armadas, por incompatibilidades com Marcelo Caetano.

### 3.11 – O balanço

O 25 de Abril marca o fim do período de atividade armada e revolucionária das organizações até aqui referidas. Estas não tiveram cota-parte ativa na Revolução, não foi através delas, diretamente, que o regime caiu, e, ao longo da história, como foi anteriormente descrito, nunca estiveram perto de o conseguir, embora as suas atividades tivessem repercussões na estabilidade do regime.

---

<sup>211</sup> Valente, Vasco Pulido (1990), *Marcelo Caetano, as desventuras da razão*, in K, nº2, p. 182

### 3.11.1 – Aspetos que não contribuíram para o fim do regime

São vários os fatores que apresentamos para essa não concretização da revolução.

Primeiro, o Partido Comunista Português, ao longo do tempo, sofreu de uma forte indefinição em relação ao melhor caminho a tomar para o fim do regime. Exemplo disso são as várias viragens do partido, quer à direita, quando estava em cima da mesa o *putchismo*, como hipótese de transição do regime, quer à esquerda, quando optaram pelas ações armadas através da ARA e quer na linha mais tradicional do partido, na luta de massas que levaria à insurreição nacional. Em diferentes períodos, dependendo de quem estava a comandar as rédeas do partido, foram levadas a cabo diferentes perspetivas de luta, sendo esta uma forma muito interessante de analisar a história do PCP ao longo destes 41 anos.

Estas alterações também são compreendidas devido ao enquadramento exterior em que o PCP se colocava. Muito próximo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o PCP esteve, até à formação da ARA, inserido no enquadramento político e dentro das diretrizes ideológicas e práticas que a URSS ditava para os partidos comunistas que se encontravam geograficamente na Europa Ocidental. Seguiu a linha ditada pelo Comité Central da Partido Comunista Russo de não orquestrar ações que pudessem pôr em causa a balança de poderes internacionais que tinha levado à paz existente. Esta posição acabou por deixar o PCP de braços atados no sentido de que, quando começaram a surgir vozes em desacordo com a linha política soviética tomada pelo partido, este ficou inerte e assumiu sempre uma postura de não contestação em relação à modificação da sua linha prática e ideológica, independentemente de existirem exemplos, principalmente asiáticos, que mostravam que uma revolução armada era possível, como forma de derrubar ditaduras e promover a revolução. É esta inércia do PCP que leva à criação de outros movimentos comunistas que se identificavam com a cartilha ideológica chinesa, inspirada em Mao Tsé-Tung.

Porém, a questão da convergência também é um ponto muito importante que contribui para a explicação. O PCP, ao longo do tempo que durou a ditadura, procurou poucos momentos de convergência com outras forças de oposição ao regime. Prova disso é a relação que teve com o general Humberto Delgado. Embora tenha acabado por apoiar Delgado nas eleições para a Presidência da República em 1958, a relação, antes e depois deste ato eleitoral, tem vários altos e baixos, com culpas para os dois lados. A

decisão de fazer algo para derrubar o regime, acabava por ficar para segundo plano quando surgia a questão de decidir o que vinha depois, qual o regime que se seguiria. O presente era posto em causa pelo futuro que ainda não pertencia a ninguém.

A oposição, fora alturas pontuais, não teve capacidade para ter uma voz única. Delgado, depois das eleições de 1958, não teve capacidade política para se tornar o líder da oposição no exílio. O comunicado a afirmar a autoria da Operação Vagô obviamente que acusa Salazar de várias atrocidades cometidas contra o povo português, mas, também, denuncia o PCP, na conclusão do conteúdo: “De outra maneira, será a queda na miséria total, ou no comunismo que a espera para se instalar”<sup>212</sup>.

Outro exemplo, na Operação Ikaro, o PCP condenou a participação de membros do partido, à sua revelia, no assalto ao quartel de Beja. Quando o general Humberto Delgado é assassinado em Espanha, junto à fronteira portuguesa, numa emboscada organizada pela PIDE, o PCP no período em que não se sabia o que tinha acontecido ao general, acusou-o de ter fugido e, por isso, desistido da luta contra o regime.

A questão da violência policial, ao nível político, por parte das várias organizações que ao longo do tempo a exerceram, como a PIDE ou a DGS, é um fator de bloqueio e de estabilidade de organismos políticos ilegais.

O PCP foi muito afetado por estas prisões. É efetivamente o trabalho da polícia política que origina um hiato na direção e atividade do partido, nomeadamente no Cargo de Secretário-Geral, devido à prisão de Bento Gonçalves, enviado para o Tarrafal em 1936, acabando por morrer aí, em 1942. O período sem Secretário-Geral é de 19 anos. São 19 anos em que a atividade do partido esteve quase parada, assumindo a direção do secretariado, em 1961, Álvaro Cunhal, depois de ter estado preso num total de 15 anos, oito dos quais em total isolamento. É exatamente no período que antecede a fuga de Cunhal que ocorre o anteriormente referido desvio de direita do PCP, época de maior inatividade do partido. Posteriormente, a repressão vai levar à fuga de Cunhal para o exílio, refugiando-se na ex-URRS, dificultando a organização comunista em território nacional. Já na fase final da ditadura, o PCP cria a ARA, organização que acaba por ter de cancelar as suas atividades em 1973, depois da prisão da cúpula dirigente da organização.

---

<sup>212</sup> Vaz, Luís (2012), *Palma Inácio e o Desvio do Avião (1961)*, Lisboa, Âncora Editora, pag 89.

A violência policial não afetou estruturalmente apenas o Partido Comunista. Os condicionalismos impostos foram sentidos em todas as organizações e grupos que ativamente se opuseram ao regime, quer aqueles considerados mais moderados, próximos das democracias liberais ocidentais, quer aqueles considerados mais extremistas, próximos dos países do Bloco Soviético e, numa fase mais avançada, do Bloco Maoísta.

A história dos últimos anos da LUAR também é um exemplo possível de apresentar. A prisão de Palma Inácio, dirigente e principal operacional da organização, durante a operação de assalto à Covilhã, leva à sua estagnação.

As organizações armadas nunca conseguiram equilibrar essa força na balança de poderes. A balança de poder coercivo sempre pendeu de forma esmagadora para o lado do regime, utilizando-o a seu belo prazer. Esta força levava muitos opositores do regime, caso não fossem presos, a exilarem-se, como aconteceu com Cunhal, referido anteriormente, ou a viveram em Portugal numa condição de clandestinidade, situação muito limitativa para prosseguir a luta contra o regime.

Este poder coercivo utilizado pela polícia política só conseguiu ter os seus êxitos graças ao sistema de informação e de inteligência da própria PIDE, “a violência preventiva”<sup>213</sup>, assim designada pelo Professor Fernando Rosas. A morte de Humberto Delgado é um bom exemplificador pois este acaba por cair numa armadilha da PIDE, a Operação Outono, pensando que ia ter com um grupo de opositores e é morto a 13 de fevereiro de 1965. A morte de um agente da PIDE às mãos da ARA advém dessa capacidade de infiltração da polícia, já que antes de ser executado, esse agente conseguiu levar à prisão de elementos da organização. A LUAR também tem um caso idêntico de infiltração policial. Como é abordado na entrevista de Camilo Mortágua a Isabel do Carmo, a PIDE tinha um agente infiltrado na organização que conseguiu recuperar para o regime um montante monetário que provinha do roubo ao Banco de Portugal na Figueira da Foz, na Operação Mondego.

No próprio arquivo da PIDE na Torre do Tombo, no relatório que aborda a Operação Vagô, toda a informação, como fotografias dos próprios suspeitos do

---

<sup>213</sup>Rosas, Fernando (2013), *Salazar e o Poder, a arte de saber durar*, Lisboa, Tinta da China, pag 196.



sequestro do avião, provam essa capacidade de procurar e recolher informação de características pessoais dos opositores ao regime.

Os próprios métodos utilizados por parte da polícia política, para prender e neutralizar as organizações, acabavam por ter muito êxito e eram realizadas por vezes com algum grau de originalidade. O caso da primeira prisão de Isabel do Carmo é exemplo disso. Como foi referido ao longo do trabalho, o início da cisão entre Isabel e o Partido Comunista Português inicia-se com a ida para Paris, para fazer um estágio no âmbito do curso de medicina. Isabel, antes de regressar a Portugal, recebeu em França a visita de uma conhecida de infância que tinha pedido o seu contacto junto da sua família. Começaram a encontrar-se praticamente todos os dias, até ao ponto de esta começar a pedir para ir assistir às reuniões do partido. Porém, Isabel nunca cedeu ao pedido. Embora Isabel não desse importância, a amiga chegou a dizer “de raspão: «Vê lá que alguém (um familiar de Silva Pais) me convidou para eu te vigiar»”. É interessante o facto de esta amiga de Isabel conhecer Carlos Antunes, que se apresentava com o nome de Jacques. Antunes apresentou-se como jornalista, que não era, dado que consta nas fichas da PIDE.

Como não conseguia obter informações sobre o PCP através de Isabel, esta conhecida de infância aproximou-se de outro militante do partido, Victor Carvalho, mantendo uma relação com este.

Pouco tempo depois de chegar a Portugal, a casa de Isabel foi assaltada pela PIDE, retirando tudo o que eram livros e documentos que pudessem ser suspeitos aos seus olhos. Isabel é levada primeiro para a sede da PIDE na rua António Maria Cardoso, seguindo depois para Caxias. É na prisão que se apercebe que “«aquela rapariga meio desequilibrada do Barreiro que me visitara em Paris», tinha sido a minha delatora”<sup>214</sup>.

### 3.11.2 – Aspetos que contribuíram para o fim do regime

Embora o fim do regime não tenha tido uma participação direta de nenhum grupo revolucionário armado, existe, porém, uma contribuição destes grupos para o fim do Estado Novo, mais propriamente nas últimas duas décadas de vida do regime.

A primeira ação analisada neste trabalho, a Operação Dulcineia, é também uma das ações que teve maior impacto no regime. Não o é por ter tido a conclusão que os

---

<sup>214</sup> Carmo, Isabel do (2017), *A Luta Armada*, Lisboa, Dom Quixote, pag 340

seus participantes desejavam, o fim do regime, mas sim por colocar o Estado Português como alvo de escrutínio por parte dos atores internacionais.

Este impacto na esfera internacional tem duas dimensões.

Primeiro, colocando o regime português nos jornais um pouco por todo o mundo, coisa que ainda não tinha acontecido. Isto foi importante pelo facto de Portugal nos anos anteriores ter conseguido introduzir-se positivamente no novo tabuleiro político internacional a seguir à 2ª Guerra Mundial, recebendo, como abordámos no 1º capítulo, o apoio e inclusão por parte dos países que compunham o bloco ocidental, onde se colocou. A contribuir está a posição que a imprensa livre global tomou, ficando do lado do movimento, contradizendo Salazar, que afirmava que os homens que tomaram o navio eram perigosos terroristas e piratas, descrevendo as boas condições que os jornalistas encontraram a bordo do navio durante o seu sequestro e a relação harmoniosa entre tripulação e revoltosos.

É exatamente por isso que o segundo impacto é tão importante. Henrique Galvão e os seus companheiros, através da ocupação do paquete Santa Maria, cujos passageiros eram na sua maioria de nacionalidade estrangeira, nomeadamente dos Estados Unidos da América, obrigaram os governos de grandes potências, como a Inglaterra, a Holanda, a França, o Brasil e os Estados Unidos da América, a tomarem uma posição política sobre o acontecimento.

O velho aliado inglês decidiu não concretizar o apelo de Salazar. No início, um navio de guerra inglês foi destacado para iniciar a procura do paquete e resolver a situação. Porém, este voltou para trás com a desculpa de que existiam falhas de combustível para continuar a perseguição. Esta decisão deveu-se ao debate, anteriormente referido neste trabalho, na Câmara dos Comuns, prevalecendo a posição de que não fazia parte da tradição política inglesa perseguir e capturar homens que estão a tentar libertar-se de um regime ditatorial. O mesmo aconteceu com o governo holandês, “ Quanto aos navios de guerra e aviões holandeses que diziam andar em nossa procura, nunca mais ouvimos falar deles”<sup>215</sup>.

---

<sup>215</sup> Galvão, Henrique (1973), *Assalto ao “Santa Maria”*, Lisboa, Edições Delfo, pag 199

O governo francês, por seu lado, enviou uma resposta imediata ao apelo de Salazar, negando qualquer apoio na procura do navio, argumentando que: “não tem a mínima intenção de interferir no assunto que, aliás, parece não ser um caso de pirataria mas de política”<sup>216</sup>.

A posição brasileira é, provavelmente, aquela que se demonstrou mais extrema no apoio a Galvão, Delgado e aos restantes implicados no assalto ao paquete. Ainda para mais, com a tomada de posse do presidente Jânio Quadros no dia 31 de janeiro 1961, uma das primeiras medidas deste enquanto presidente do Brasil foi exactamente cumprir o que estava previamente acordado com Delgado e Galvão, o exílio político aos envolvidos no assalto. Era, portanto, de prever que o relacionamento entre os dois Estados se iria agravar, para mais tendo o presidente Jânio Quadros recebido a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo em 1958.

Finalmente, os Estados Unidos da América enquadra-se na mesma linha seguida por estes países. A posição de J.F.Kennedy vai contra a tese defendida por Salazar, assumindo à partida de que o caso Santa Maria era um ato político e não, como era defendido internacionalmente pelo Estado Português, um caso somente de pirataria, justificando que a Marinha Americana não tem ordem do governo americano para atacar o navio. Esta posição vai estar concordante com a ação do Almirante Denninson, comandante da operação americana, de modo a salvaguardar a segurança dos cidadãos americanos que tinham embarcado no paquete. Para mais, como é referido pelo próprio Henrique Galvão, a forma como foi feita a abordagem ao navio, por parte dos americanos, “de igual para igual, em condições de respeito mútuo. Forças físicas que podiam eliminar-nos e forças morais que nos são favoráveis – uma espécie de triunfo de modo algum vulgar na era em que vivemos”<sup>217</sup>.

“O caso do Santa Maria agrava consideravelmente a já difícil posição em que se encontrava Portugal desde a recente sessão das Nações Unidas”<sup>218</sup>, quando foi negado o lugar deixado vazio pela Itália no Conselho de Segurança. Salazar viu-se isolado externamente. A força que tinha junto dos governos de países seus aliados, para atuarem em seu auxílio, enfraqueceu. Os governos internacionais, na hora de escolher entre o

---

<sup>216</sup> Galvão, Henrique (1973), *Assalto ao “Santa Maria”*, Lisboa, Edições Delfo, pag 226

<sup>217</sup> Galvão, Henrique (1973), *Assalto ao “Santa Maria”*, Lisboa, Edições Delfo., pag 212

<sup>218</sup> Galvão, Henrique (1973), *Assalto ao “Santa Maria”*, Lisboa, Edições Delfo, pag 234

auxílio a um aliado, que tinha um regime ditatorial, e a ação perante uma base moral democrática, escolheram a segunda.

De constatar que dois meses depois da Operação Dulcineia, contribuindo de modo fulcral o envio de tropas portuguesas para Angola, dando início à Guerra Colonial, o regime passa por uma das suas piores crises, que fica para a história como a *Abrilada*. Embora tenha saído com sucesso desse momento negro, Salazar não sai como força incontestável, no seio da elite que pertencia ao Estado Novo, forma como saíra de crises anteriores.

Como foi retratado anteriormente, as prisões políticas eram um enorme entrave à atividade revolucionária. No entanto, quando as prisões tomavam uma dimensão internacional, alguns ganhos se podiam originar com o ocorrido, na medida em que levava à tomada de posição, em relação a Portugal, por parte do país que tinha executado a prisão. Exemplo disso são as prisões de Palma Inácio nos Estados Unidos da América e em França. Estas prisões foram feitas devido à falta de documentos ou mesmo pela falsificação destes e pelo requisito português de busca internacional. O Estado Português, nos dois casos, elaborou um pedido de extradição junto das instituições desses países para procederem à extradição de Palma Inácio, procedimento negado. De realçar que nos Estados Unidos, através de Tomé Feiteira, a Família Kennedy, antes de J.F.K ser presidente, intercedeu junto do governo americano para não aceder ao pedido de Salazar. Em França, Palma Inácio é preso depois da Operação Mondego, detido pela Interpol, em Paris, esteve quatro meses na prisão de Santé, altura em que o tribunal julgou o assunto político e negou a sua extradição (o caso fez jurisprudência em França, por ser o primeiro assalto a um banco com fins políticos).<sup>219</sup>

Este é um ponto importante ao longo da história das organizações armadas. As ações muitas vezes eram executadas por uma organização com alicerces no plano internacional, por serem apoiadas materialmente ou mesmo ideologicamente por regimes estrangeiros, ou só porque a sua base de operações estava localizada em território estrangeiro. Foram decisões políticas do Estado Português que forçavam o posicionamento de outros países em relação às medidas tomadas por Salazar e Caetano.

---

<sup>219</sup> Rosas, Fernando, José Maria Brandão de Brito (1996), *Volume 1 de Dicionário de história do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, pag 456

Os homens e mulheres que dedicaram a sua vida ao combate ao regime conseguiram essa proeza, levar o plano internacional a olhar para o caso político português e a ser alvo de escrutínio e posicionamento, exatamente pela questão da forma de regime, pelas liberdades, deveres e garantias que este proclamava e incutia na sociedade portuguesa. Salazar era assim alvo de análise e atenção de países como o Brasil, os Estados Unidos, a França ou a Inglaterra, colocando em perspectiva o próprio sistema e valores políticos que existiam nestes países, quando estes se encontravam em situações de política internacional em que um seu aliado não defendia esses valores internamente. O marketing da realidade política feita por estas organizações no estrangeiro, na consciencialização do mundo sobre o caso português é de louvar. É exatamente por isso que, quando uma ação armada envolvia direta ou indiretamente atores internacionais terceiros, os ganhos foram sempre superiores.

Embora, e referido anteriormente neste último capítulo do trabalho, os acontecimentos ocorridos na capela do Rato a 30 de dezembro de 1972 organizados pelas Brigadas Revolucionárias não pertencessem ao leque das ações armadas, esta iniciativa por parte desta organização revolucionária teve fortes repercussões na vida política portuguesa. A decisão da “Ala Liberal”<sup>220</sup> em se demitir devido à força excessiva utilizada pela polícia política, para neutralizar a greve de fome contra a Guerra Colonial, demarcou posições dentro da Assembleia Nacional contra o regime. Esta demissão contribuiu para a corrosão do regime por dentro, mostrando que os deputados que constituíam o Parlamento, não democrático, português, e que à partida era composto por indivíduos que pertenciam à linha política do regime, não se reviam mais com as medidas tomadas por este. A própria elite política portuguesa começava a pedir uma transformação no regime, acontecimento este, iniciado indiretamente pelas Brigadas Revolucionárias.

### 3.11.3 – Análise detalhada às ações armada

A análise da distribuição do número de ações armadas ao longo do tempo contribui para o exercício da compreensão do aumento das suas ocorrências no sentido temporal ao aproximar-se do 25 de Abril de 1974. Ao analisar o gráfico circular (gráfico nº 2), concluímos que 74% das ações realizadas aconteceram nos últimos cinco anos, de 1970 a 1974, não esquecendo que o ano de 1974 acaba por ser só alvo de análise nos

---

<sup>220</sup> Carmo, Isabel do (2017), *A Luta Armada*, Lisboa, Dom Quixote, pag 346

quatro primeiros meses desse ano, concluindo por isso no gráfico de barras (gráfico nº 1) que essa percentagem corresponde a 29 ações. Sem contextualização era possível dizer que o aumento das ações está diretamente ligado ao ato que levou ao fim do regime. Contudo, existem outros níveis de análise necessários a considerar. Primeiro, pelo facto de existirem mais organizações nos últimos anos em análise e, existindo mais organizações, é normal que mais ações fossem praticadas. Depois, porque o intuito das ações nos últimos anos era diferente daquele das realizadas nos primeiros, o nível de complexidade era maior nas operações da LUAR, por exemplo, do que nas operações das Brigadas Revolucionárias, que na sua maioria ficavam pela colocação de um engenho explosivo junto do objetivo designado e fazê-lo explodir. Esta constatação também pode incluir a ARA, que tinha um *modus operandi* muito similar ao das Brigadas. É por isso que, analisando o último gráfico circular (gráfico nº 3), verificamos que quase  $\frac{3}{4}$  das operações realizadas foram feitas por parte destas duas organizações, com um total de 73%, enquanto a LUAR fica apenas com 16%.

Apesar do grau de complexidade ser maior no início da realização destas operações, o maior número de ações e de organizações também significa uma maior atividade por parte dos dissidentes do regime e um aumento da divisão dentro da oposição refletida neste aumento de organizações. A alteração do tipo de atividades também demonstra um princípio diferente incutido na sua concretização, não tendo à partida o fim imediato do regime na origem primordial das suas realizações. Porém, o aumento de ações também pode refletir um incremento das fragilidades por parte do regime. Não discutindo a qualidade das ações, tendo em conta o objetivo de acabar com ele, este aumento, no entanto, vai de encontro ao princípio de desgastar o sistema e dar azo a que um movimento de outro tipo pudesse surgir, o que aconteceu efetivamente, em Abril de 1974.

Gráfico nº1 - Distribuição do número de ações armadas ao longo do tempo

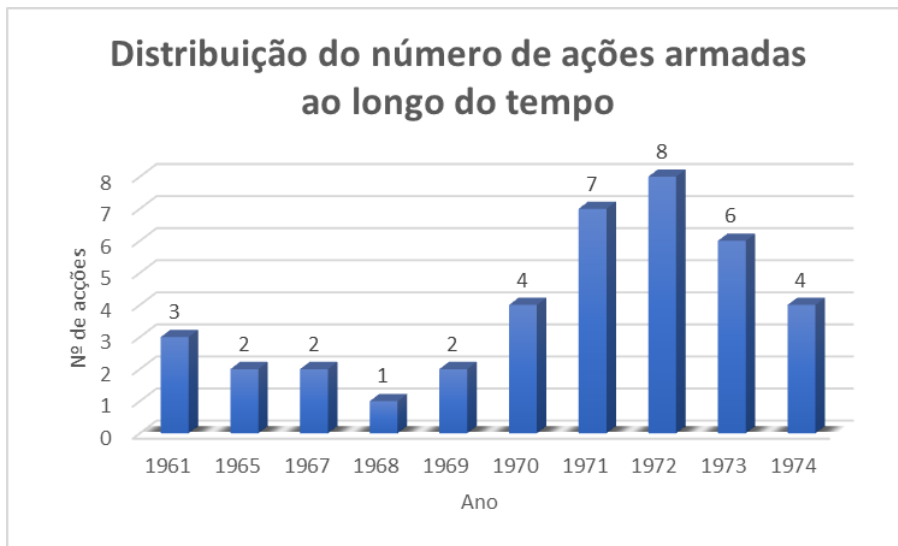
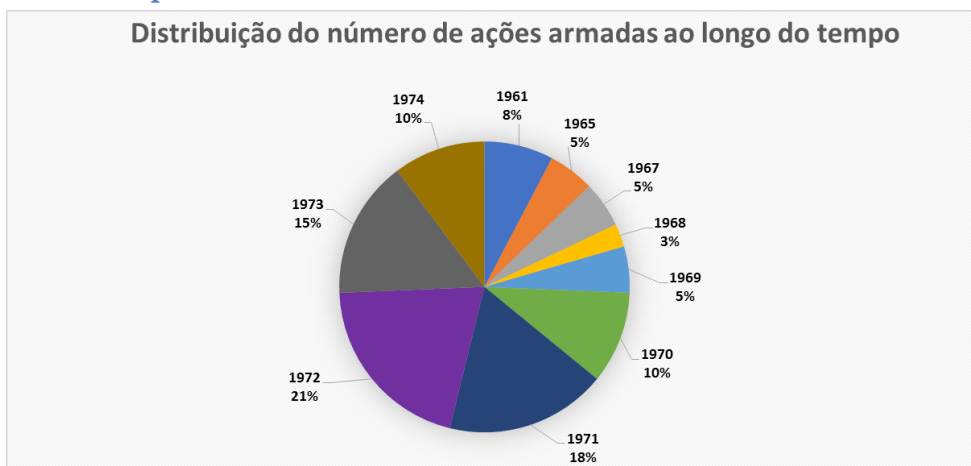
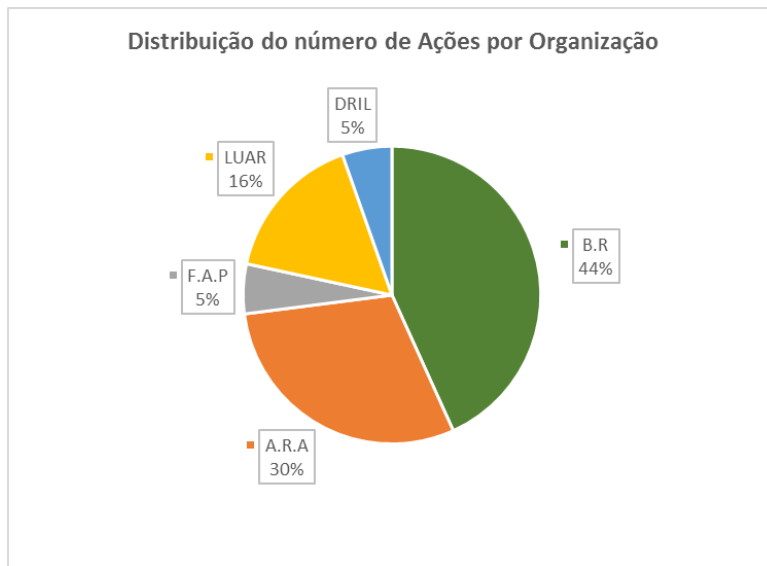


Gráfico nº2 - Distribuição do número de ações armadas ao longo do tempo.



### Gráfico nº3 - Distribuição do número de ações por Organização





## 4 – Conclusão

Existem acontecimentos estruturais à época que são, obviamente, o gatilho que levaram ao 25 de Abril de 1974. A Guerra Colonial, na medida da influência que teve para o Movimento dos Capitães surgir dentro do exército português, foi a grande causa da consciencialização por parte destes homens para alterarem o regime e para acabarem com uma guerra que não tinha fim à vista.

Porém, não ter em conta que a “festa”<sup>221</sup> concretizada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) teve a colaboração destas organizações ao longo da ditadura portuguesa, é crer que um movimento espontâneo foi capaz de levar ao fim do regime, coisa que a história das organizações armadas revolucionárias e de outras tentativas para pôr termo ao Estado Novo demonstram o contrário.

A definição do comunista americano Earl Browder sobre política de transição, identificada no nosso trabalho como a contribuição dada por estas organizações para a deterioração do regime, é resumida no seguinte excerto: “uma acção tendente a favorecer a iniciativa liberalizadora, de dissidentes do regime e de um golpe militar, com renúncia à perspectiva do «levantamento nacional»”<sup>222</sup>.

Esta política de transição, no modo como Earl Browder a apresenta, é distinta da política de transição anteriormente enunciada no segundo capítulo do trabalho. A política de transição tomada pelo PCP durante a sua viragem à direita tinha como objetivo a queda pacífica do regime, uma “saída doce”, expressão utilizada ao longo do texto, que resultaria na formação de um governo de transição, de modo a prevenir uma rutura total de paradigma político, e não perder logo à partida o possível apoio do bloco ocidental, provavelmente mais difícil de obter se a transição de regime fosse feita através de métodos revolucionários e não pacíficos.

O conceito apresentado por Earl Browder vai no sentido oposto. A política de transição defendida surge como um influenciador e, quase, aglomerador das vontades que as massas tinham de ver os seus sonhos de uma mudança estrutural nos órgãos políticos, mas não tendo força para levar esse sonho avante, aparecem representadas por

---

<sup>221</sup> Referencia à música de Chico Buarque “Tanto Mar”.

<sup>222</sup> Rosas, Fernando, José Maria Brandão de Brito (1996), Volume 1 de Dicionário de história do Estado Novo, Lisboa, Bertrand Editora, pag 173

isso nessas ações que tendiam a ser a expressão desse sonho de um modo prático e ativo.

A nossa posição é assim refletida, tendo em conta que não existiu por parte da população um “levantamento nacional”, linha revolucionária adotada durante um maior período de tempo pelo PCP, e também não se registou uma mudança de regime através de um golpe *putchista*.

As ações executadas pelas Organizações Armadas Revolucionárias tiveram exatamente esse fim, o de contribuir para a realização de um golpe militar, apresentando, com maior número nos últimos anos do regime, operações que incutiam em si o descontentamento que existia em relação ao Estado Novo. Estas ações falharam ou nem sequer tiveram o seu início, devido à sua pouca organização e ao trabalho da Polícia Política, inativando os seus intentos. São disso exemplo a Operação *Íkaro*, bem como a operação planeada pela LUAR para tomar a cidade da Covilhã e a partir daí criar um movimento armado, inspirado nos guerrilheiros da Sierra Maestra.

O balanço da importância das ações armadas na deterioração do regime acaba por ter pontos contra e a favor nessa influência incutida pelas ações realizadas por estas organizações.

A posição adotada pelo PCP de não executar ações na forma de luta armada, sendo o maior grupo e o mais bem organizado e preparado para o fazer dentro da oposição ao Estado Novo, leva a dissidências dentro do partido, dissidências estas que em muitos casos das duas uma: ou se juntaram a outras organizações ou originaram o seu nascimento, adotando medidas de luta diferentes daquelas que eram defendidas dentro do Partido Comunista, como método a seguir para levar ao fim do regime, através da luta armada. Possivelmente, se o PCP tivesse optado por focar todos os seus meios e esforços na luta armada, diferentes resultados podiam ter surgido, exatamente porque PCP foi a força da oposição, durante os 41 anos de ditadura, com mais membros, melhor organização e maior impacto de implantação, quer em território português, quer nas comunidades emigrantes.

Por outro lado, a força, o poder de organização e de implementação da polícia política também foram aspetos de enorme importância. A capacidade de infiltração dentro das organizações que compunham a oposição, levava ao desmantelamento

destas, através da sabotagem de ações, antes da sua concretização, à prisão dos quadros que compunham as organizações e forçava a ida para o exílio ou para a clandestinidade, situações estas que dificultavam continuar a luta armada.

De um modo geral, todas as ações contribuíram para desgastar o regime, na medida em que cada vez que uma ação era levada a cabo, era o surgir de uma espécie de alerta da existência de opositores ao regime. Destacamos por isso a Operação Dulcineia, que tem o mérito de conseguir levar para a esfera internacional a questão ditatorial portuguesa, obrigando por isso vários países, nomeadamente os Estados Unidos da América, a tomar uma posição em relação ao regime português. A greve de fome na capela do Rato, embora não seja uma operação armada revolucionária, também tem a sua contribuição. Esta greve leva a insatisfação da população em relação à Guerra Colonial para dentro da Assembleia Nacional, demonstrando que o Estado Novo estava a desfazer-se por dentro

Concluimos por isso que a própria natureza da operação dos capitães do MFA que realizaram o 25 de Abril tinha princípios distintos das ações feitas pelas Organizações Revolucionárias Armadas, na medida em que, como é abordado ao longo do trabalho, o futuro regime que se seguiria ao Estado Novo era alvo de um maior debate por parte daqueles que tinham meios para despoletar o seu fim, do que propriamente o método e a forma como esse fim se concretizaria.

De realçar, por isso, que sendo o MFA um movimento cujos integrantes eram membros do exército português, a ação era algo prioritário, no sentido da própria natureza do exército. Além disso, o MFA tinha como princípio de ação que o regime e as políticas a seguir no futuro seria o povo e só o povo a decidi-las de forma democrática. O discurso que Salgueiro Maia profere de forma a mobilizar os seus soldados para avançar sobre Lisboa é exemplo disso: “ Meus senhores, estamos aqui porque como vocês sabem há varias modalidades do Estado se organizar, há os Estados Socialistas, os Estados ditos Comunistas, os Estados Capitalistas e há o Estado a que chegámos. Eu proponho acabar com o Estado a que chegámos”<sup>223</sup>

---

<sup>223</sup> Maia, Salgueiro (1994), Capitão de Abril - Histórias da Guerra do Ultramar e do 25 de Abril, Lisboa, Editorial Notícias, pag 42

É por isso que, embora indiretamente, estas organizações revolucionárias acabaram por conseguir cumprir o seu papel, degradando o regime, concluído no dia 25 de Abril de 1974.

## Bibliografia

Amaral, Diogo Freitas (2016), *História do Pensamento Político Ocidental*, Lisboa, Almedina.

Antunes, José Freire (1992), *Kennedy e Salazar – O leão e a raposa*, Lisboa, Difusão Cultural.

Campinos, Jorge (1975), *Ideologia Política do Estado Salazarista*, Lisboa, Portugália Editora.

Carmo, Isabel do (2017), *A Luta Armada*, Lisboa, Dom Quixote.

Castanheira, José Pedro (1983), *Os sindicatos e o Salazarismo – A história dos bancários do Sul e ilhas*, Lisboa, Sindicato do Sul e ilhas.

CC do PCP, *9 Pontos-Programa para a Unidade Nacional*, 1943

CNUAF, *Comunicado a Povo Português*, 1944

Comité Central do PCP (1960), *A tendência anarco-liberal na organização do trabalho de direcção*, Edições Avante.

Costa, Ramiro da (1984), «*O XX Congresso do PCUS e o PCP*», in *Estudos sobre o comunismo*, n.º 3-4.

Cunhal, Álvaro (1997), *O Caminho para o Derrubamento do Fascismo - IV Congresso PCP*, Lisboa, Editorial Avante.

Delgado, Iva e António Figueiredo (coord.), *Memórias de Humberto Delgado*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

*Documentos Relativos aos Acordos entre Portugal, Inglaterra e Estados Unidos da América para a Concessão de Facilidades nos Açores durante a Guerra de 1939-1945*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1946.

«Duarte» [Álvaro Cunhal], *Unidade da Nação Portuguesa na Luta pelo Pão, pela Liberdade e pela Independência. Informe Político do Secretariado do Comité Central*

*ao I Congresso Ilegal do Partido Comunista Português. Tomo I – A Frente Única da Classe Operária*, Editorial Avante, 1944

Entrevista realizada pelo autor a Camilo Mortágua no dia 4 de Dezembro de 2015 em Alvito.

Entrevista a Salgueiro Maia:  
<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ProtSalMaia>

Ferro, António (2003), *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira e Livraria Editora, Lda.

Ferreira, A. (2006). As eleições no Estado Novo - As eleições presidenciais de 1949 e 1958. Revista da Faculdade de Letra, Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3412.pdf> [11 May 2019].

Figueiredo, Mário de, *Notas Manuscritas*, transcritas em Rita Almeida de Carvalho e António Araújo, «A voz dos sinos: O diário de Mário Figueiredo sobre a crise política de 1929», em Estudos. Revista do Centro Académico de Democracia-Cristã, nº 2005.

Gaddis, John Lewis (2015), *A Guerra Fria*, Lisboa, edições70.

Galvão, Henrique (1973), *Assalto ao “Santa Maria”*, Lisboa, Edições Delfo.

Gonçalves, Williams da Silva (2003), *O Realismo da Fraternidade: Brasil – Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Maia, Salgueiro (1994), *Capitão de Abril - Histórias da Guerra do Ultramar e do 25 de Abril*, Lisboa, Editorial Notícias.

Marcos, Daniel da Silva Costa (2007), *Salazar e de Gaulle: a França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*, Lisboa, Instituto Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Narciso, Raimundo (2000), *A. R. A. - Acção Revolucionária Armada*, Lisboa, Dom Quixote.

Nogueira, Alberto Franco (1977), *Salazar*, vols I e II, Coimbra, Atlântida.

Nogueira, Franco (1986), *Salazar*, vol. IV, Lisboa, Livraria Civilização.

Neves, Alexandre (1974), *PIDE, A História da Repressão*, Amadora, Editora Jornal do Fundão.

Oliveira, Pedro Aires, Maria Inácia Rezola (2010), *O Longo Curso, Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*, Lisboa, Tinta da China.

O Desvio de Direita do Partido Comunista Português nos Anos de 1956-1959 (Resolução do Comité Central do PCP)

Oliveira, Salazar (1943), *Discursos e Notas Políticas, Vol. III, 1938 – 1943*, Coimbra, Coimbra Editora Lda.

Panfleto lavrado por Galvão em nome da Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres no Estrangeiro (FAPLE) e despejado sobre Lisboa, Barreiro, Beja e Faro, a partir do avião desviado.

Pereira, José Pacheco (2001), *Álvaro Cunhal, uma biografia política*, Volume 2, Lisboa, Temas e Debates.

Pereira, José Pacheco (2015), *Álvaro Cunhal, uma biografia política*, Volume 4, Lisboa, Temas e Debates.

Pessoa, Fernando (1979), *Da República (1910-1935)*, Lisboa, ed. J. Serrão.

Pista73. (2006). Foi há 50 anos a história do primeiro desvio de um avião comercial - Pista73.com. [online] Disponível em: [https://www.pista73.com/temas/navegacao-aerea/foi-ha-50-anos-a-historia-do-primeiro-desvio-de-um-aviao-comercial/?fbclid=IwAR0zjEFNbDfwXTsuWt\\_rzThAVfAp-8rnhrX8O9bjzcnVRvhgnQAZm6jBUw](https://www.pista73.com/temas/navegacao-aerea/foi-ha-50-anos-a-historia-do-primeiro-desvio-de-um-aviao-comercial/?fbclid=IwAR0zjEFNbDfwXTsuWt_rzThAVfAp-8rnhrX8O9bjzcnVRvhgnQAZm6jBUw) [24 Oct. 2019].

PORDATA - Base de Dados de Portugal. [online] Disponível em: [https://www.pordata.pt/Portugal?fbclid=IwAR1PB1sDMrR\\_EHv9dEVH4R75Urg3eIhid5JamdgauTM95Z7beoL38U92wnA](https://www.pordata.pt/Portugal?fbclid=IwAR1PB1sDMrR_EHv9dEVH4R75Urg3eIhid5JamdgauTM95Z7beoL38U92wnA) [10 Set. 2019].

Prancha-circular com o «Fraternal apelo dos Maçons Portugueses aos seus irmãos de todo o Brasil»; Rio; 1961; Biblioteca Museu República e Resistência da CML; espólio do coronel Francisco Oliveira Pio.

Ramos, Rui, Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalves Monteiro (2015), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

Ribeiro, Sebastião (1900), *Anotações ao presente, Vol. 1*. Sebastião Ribeiro.

Rodrigues, Luís Nuno (2005), *No Coração do Atlântico*, Lisboa, Prefácio.

Rosa, Francisco Delgado (2015), *Humberto Delgado, Biografia do General sem Medo*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso, Sétimo Volume*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, Direcção de José Matoso, Oitavo Volume*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Rosas, Fernando (1996), *O Estado Novo nos anos Trinta 1928-1938*, Lisboa, Editorial Estampa.

Rosas, Fernando (2004), *Pensamento e Acção Política*, Lisboa, Editorial notícias.

Rosas, Fernando (2013), *Salazar e o Poder, a arte de saber durar*, Lisboa, Tinta da China.

Rosas, Fernando, José Maria Brandão de Brito (1996), *Volume 2 de Dicionário de história do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora.

Rosas, Fernando, José Maria Brandão de Brito (1996), *Volume 1 de Dicionário de história do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora.

Santos, Aurora Almada (2017), *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1960-1975*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional.

Santos, José Hipólito dos (2011), *Felizmente Houve a LUAR*, Lisboa, Âncora Editora.

Salazar, António de Oliveira (1967), *Discursos e notas políticas, Volume V*, Coimbra, Coimbra editora.

Silva, Isabel Alarcão e (1992), *A génese do MUD e o Partido Comunista Português, in Vértice*, Lisboa.



União Nacional (1966), *A Campanha Eleitoral de 1965. Documentos Políticos*, Lisboa.

Valente, Vasco Pulido, *Marcelo Caetano, as desventuras da razão*, in K, 1990, n.º, p. 182

Vaz, Luís (2012), *Palma Inácio e o Desvio do Avião (1961)*, Lisboa, Âncora Editora

Vaz, Luís (2011), *Palma Inácio e o golpe dos generais (1947)*, Lisboa, Âncora Editora.

1º comunicado da ARA, maio de 1973

1º comunicado das BR, novembro de 1971

1º Comunicado da LUAR, junho de 1967

## Fontes:

Análise do FO ao despacho nº. 292 da embaixada em Lisboa para o FO, 27/10/1945. FO 371/ 49475

Despacho da Embaixada em Lisboa para o FO, 15/10/1945. FO 371/49475

Decreto-lei nº 35043, de 18/10/1945

Decreto-lei nº 35041, de 18/10/1945

Despacho nº 280 da embaixada em Lisboa para o FO, 13/10/1945, e análise do ministério. FO 371/49475

PRO/FO nº 371, G 8710, telegrama de 31 de julho de 1943